

BrasilInteligente

Publicação da CNTU – 2012 – Nº 1

www.cntu.org.br

Um país que



Campanha



transforma-se numa nação
desenvolvida e forte



Integrantes da diretoria da CNTU em reunião prévia ao lançamento da campanha Brasil Inteligente, que visa a transformação do País nos próximos dez anos

Brasil Inteligente é:

melhor educação para todos, da pré-escola à educação continuada

melhores empregos, desenvolvimento industrial e empreendedorismo

serviço público de qualidade e cidadania respeitada

políticas sociais como investimento

recuperação e ampliação da infraestrutura econômica, social e urbana

tecnologias de informação e comunicação

muita atenção e valor à democracia

Uma campanha para mudar o País

A VOCAÇÃO NATA DA CNTU é cumprir uma dupla missão: representar e defender os profissionais e os filiados por meio de suas federações e sindicatos e contribuir para o debate que visa a melhoria das condições de vida de toda a população brasileira e o desenvolvimento nacional. Essa segunda meta certamente coaduna-se perfeitamente com a primeira, tendo em vista o papel essencial dos trabalhadores de formação universitária na construção de um país melhor.

É, portanto, dessa disposição natural que nasce a iniciativa de propor a campanha Brasil Inteligente, cujas preocupações e objetivos compõem a presente publicação. Em síntese, trata-se de transformar o País, cujo potencial para o progresso já foi mais que comprovado, em uma nação de verdade, que ofereça a todos condições dignas de vida, incluindo os direitos básicos essenciais, como alimen-

tação saudável, saúde, moradia, segurança e ainda o acesso à cultura e à informação e a possibilidade de participação social plena, com valorização do trabalho. Enfim, trata-se de um movimento cidadão, a resgatar anseios que a sociedade brasileira já reafirmou e deixou escritos na Constituição Federal de 1988. Focada em reivindicações já antigas dos movimentos populares e engajada em pautas que ganharam vigor mais recentemente, como a luta pela democratização das comunicações e pela preservação ambiental, a campanha

proposta pela CNTU busca contribuir para a discussão e a ação que possam, no menor prazo possível, eliminar a enorme dívida social brasileira. É tempo de dizer “basta” à miséria, às desigualdades e ao preconceito.

Trata-se ainda de deixar para trás a frustração que já atingiu inúmeras gerações que vislumbraram um futuro de desenvolvimento, sem, no entanto, alcançá-lo. Os investimentos em pesquisa, ciência, tecnologia e inovação, sempre tão propalados, devem tornar-se realidade e ser aplicados de forma a viabilizar definitivamente a inserção do Brasil de forma soberana na economia global. Sem abandonar os importantes avanços agropecuários, é urgente recuperar a indústria nacional, criar empresas fortes, que possam atuar no mercado mundial, gerando divisas ao País.

A dinâmica positiva da atualidade, que combina democracia com distribuição de renda, precisa ser valorizada como a conquista que de fato é, mas tem de ser aprofundada, posto que ainda é insuficiente. Deve-se construir, estrategicamente, um Brasil inteligente, que só se contentará quando todos tiverem o bastante.

Murilo Celso de Campos Pinheiro
Presidente

*Transformar o Brasil,
cujo potencial já foi
comprovado, em uma
nação de verdade,
que ofereça a todos
condições dignas de
vida. É tempo de
dizer “basta” à miséria,
às desigualdades
e ao preconceito*



Diretoria CNTU

Presidente

Murilo Celso de Campos Pinheiro

Vice-presidente

Gilda Almeida de Souza

Diretor Administrativo

José Erivalder Guimarães de Oliveira

Diretor de Finanças

Wellington Moreira Mello

Diretora de Finanças adjunta

Maria Maruza Carlesso

Diretor de Relações Sindicais

Cláudio da Costa Manso

Diretor de Articulação Nacional

Allen Habert

Suplentes

Marcos Cintra, José Carrijo Brom, Clóvis Abrahim Cavalcanti, Fernando Palmezan Neto, Waltoviano Cordeiro de Vasconcelos, Cláudia Beatriz Câmara de Andrade, José Carlos Ferreira Rauhen

Conselho Fiscal

Titulares

Wilson Roberto Villas, Boas Antunes "Betinho", Carlos Alberto Grandini Izzo, José Ailton Ferreira Pacheco

Suplentes

José Campos Sobrinho, Maria Rita de Assis Brasil, Edson Kiyoshi Shimabukuro



Expediente

Diretor responsável

Allen Habert

Projeto e pesquisa

Marta Rezende

Edição

Rita Casaro

Revisão

Soraya Misleh

Projeto gráfico e ilustrações

Gilberto Maringoni

Diagramação

Eliel Almeida

Fotos

Beatriz Arruda, Robert Moreira, Agência Abnel Everton Siqueira, Fotos Robério

Apoio

Lourdes Silva, Fábio Souza, Priscila Dezidério, Luís Henrique Costa

Coordenação gráfica

Antonio Hernandez

Impressão

Neoband Soluções Gráficas

Tiragem

2.500 exemplares



*De cima para
baixo: Encontro
Nacional em São
Paulo e encontros
regionais em Porto
Alegre e Goiânia*





SUMÁRIO

Editorial: Uma campanha para mudar o País	3
Manifesto: Por um Brasil Inteligente	6
Profissionais de todo o Brasil discutem os rumos do País	8
Reconhecer a excelência profissional e na gestão pública	12
Conselho Consultivo por um Brasil inteligente	15

Síntese das palestras	19
Brasil precisa de inovação social.....	20
<i>Marco Aurélio Cabral Pinto</i>	
Formação para toda a vida.....	22
<i>Maria Rosa de Abreu</i>	
Oferecer serviços públicos de qualidade	24
<i>Ceci Juruá</i>	
Previdência é principal política social brasileira	26
<i>Jorge Abrahão de Castro</i>	
Eficiência e qualidade na gestão pública	28
<i>Rubens Araújo de Oliveira</i>	
Construir hoje o Brasil do futuro.....	30
<i>Marcio Pochmann</i>	
Saneamento: essencial à saúde pública	32
<i>Edson Melo Filizzola</i>	
Garantir energia e diversificar a matriz	34
<i>Geoberto Espírito Santo</i>	
Cidades sustentáveis exigem recursos e inovação.....	36
<i>Oswaldo Massambani</i>	
Internet pública com projeto nacional	38
<i>Marcelo Zuffo</i>	
Comunicações: regulamentar para democratizar.....	40
<i>Marcos Dantas</i>	
Institucionalizar o acesso à cultura.....	42
<i>Rosana Alcântara</i>	
Cinema floresce com produção regional	44
<i>Jorge Furtado</i>	
Literatura na berlinda	46
<i>Luís Augusto Fischer</i>	
Propriedade intelectual versus criatividade	48
<i>Ladislau Dowbor</i>	

Investir para mudar o perfil social brasileiro	50
<i>Waldir Quadros</i>	
O papel social da classe média	52
<i>João Guilherme Vargns Netto</i>	
<i>Íntegra das palestras no site da CNTU – www.cntu.org.br</i>	

Pautas do desenvolvimento	55
Garantir qualificação profissional para todos	56
Inteligência a serviço da qualidade de vida nas cidades.....	58
A busca pelo desenvolvimento sustentável na Rio+20... 60	
Participação e mobilização	63
Qualificação e competitividade	64
<i>Wilson Roberto Villas Boas Antunes – Economistas</i>	
Inteligência para um Brasil desenvolvido	65
<i>Murilo Celso de Campos Pinheiro – Engenheiros</i>	
A bandeira do farmacêutico é a saúde do Brasil.....	66
<i>Célia Chaves – Farmacêuticos</i>	
Dever do Estado, saúde exige política nacional	67
<i>Cid Jayme Carvalhaes – Médicos</i>	
Brasil Inteligente é um país melhor para todos	68
<i>Ernane Silveira Rosas – Nutricionistas</i>	
É preciso zerar demanda por próteses dentárias no País ...	69
<i>Wellington Moreira Mello – Odontologistas</i>	
Depoimentos.....	70
<i>Conselho Consultivo da CNTU</i>	

Decisões dos encontros regionais e nacional	79
Carta de Maceió.....	80
Carta de Vitória.....	82
Carta de Goiânia	84
Carta de Porto Alegre	86
Carta de São Paulo.....	88

Por que inteligente?.....	90
<i>Marta Rezende</i>	
Desafios da campanha Brasil Inteligente	92
<i>Allen Habert</i>	



Encontro
Regional em
Maceió



Por um Brasil Inteligente

Manifesto do 1º Encontro Nacional da CNTU

DURANTE 2011, a CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados) reuniu suas lideranças sindicais de todo o País em quatro encontros regionais para debater o Brasil, sobre o tema geral “Os profissionais universitários, o desenvolvimento do País e a política”, culminando no 1º Encontro Nacional da CNTU.

Ao todo, foram 18 palestras seguidas de debates e de aprovação de documentos que expressaram os resultados dos encontros. Assim, nasceram as cartas de Maceió, Vitória, Goiânia, Porto Alegre e São Paulo, apresentando um rico ideário da entidade, construindo seu programa de propostas unitárias em favor do alargamento do desenvolvimento econômico, social e político do País e da melhoria da qualidade de vida para todos. O que se

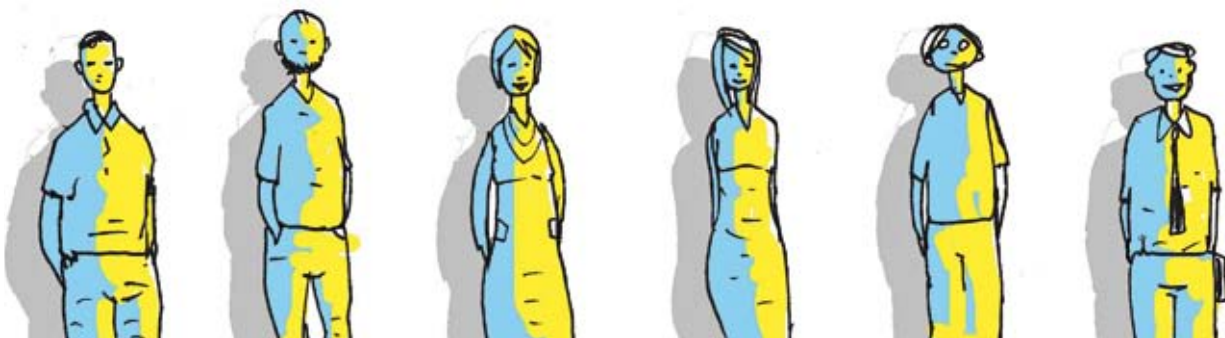
apresenta com mais força nesse processo de debates da CNTU, e que queremos expressar neste manifesto, é a necessidade de afirmar uma ideia geral e ampla que abrace todas as demais debatidas e consensuadas nos diversos encontros. E essa é que precisamos de um Brasil Inteligente.

Melhor educação para todos, da pré-escola à educação continuada: Brasil Inteligente é melhor educação para todos, exigindo-se profundas transformações para dar conta do crescimento da demanda e das responsabilidades sociais da educação, do acolhimento e desenvolvimento das diferentes culturas, valores e modos de vida que frequentam a escola e compartilham o espaço público. Precisamos melhor aproveitar as enormes oportunidades e desafios que se abrem à educação com o alargamento crescente do ciberespaço e da educação para toda a vida. Temos muito a avançar, desde a

educação infantil, passando pelo ensino fundamental e médio e chegando ao superior. É preciso perseguir a universalização, mas assegurando-se também qualidade e combate à evasão em todos os níveis, nas escolas privadas e públicas. Além de ampliar consideravelmente as oportunidades de acesso à pós-graduação, as universidades devem ampliar significativamente sua ação na educação continuada, oferecendo diversidade de alternativas de atualização, requalificação e formação de novas competências.

Melhores empregos, desenvolvimento industrial e empreendedorismo: Brasil Inteligente é geração de empregos, notadamente os mais qualificados e com melhor remuneração. Ou seja, deve-se buscar o desenvolvimento de uma economia mais intensiva em trabalho simbólico e bens intangíveis, portanto de maior valor agregado. A economia brasileira vem reagindo bem à crise internacional, mantendo altas as taxas de empregos, situação que deve ser mantida através do aquecimento do mercado interno e da exportação de *commodities*. Porém, é preciso ir além, recuperando e valorizando a produção industrial, prejudicada em alta conta pelas políticas monetária e fiscal, que facilitam as importações e a

Exigem-se profundas transformações para dar conta do crescimento da demanda e das responsabilidades sociais da educação



especulação financeira. Como política de geração de emprego, faz-se necessário construir forte rede de apoio ao empreendedorismo para acolher novos tipos e formatos de empresas, negócios e parcerias intensivas em conhecimento e tecnologia. Necessário ter em conta que o empreendedorismo no Brasil depende da expansão industrial e agrícola e das oportunidades que se abrem nas cadeias produtivas para os micro, pequenos e médios negócios, os quais devem contar com crédito e financiamento, desenvolvimento tecnológico e capacidade de inovação, política tributária condizente e planejamento de mercado, tendo em vista seu grande peso na geração de empregos, na distribuição de renda e na promoção da mobilidade social ascendente.

Serviço público de qualidade e cidadania respeitada: Brasil Inteligente é serviço público de qualidade para toda a população, servidor bem preparado e transparência e ética nas relações entre os agentes públicos e entre esses e os agentes privados. O Brasil requer a criação de um novo Estado e a via para tal realização são as reformas política, tributária e administrativa. Dentre as três, a reforma administrativa é a menos debatida na sociedade e no Congresso Nacional, embora seja decisiva para remover do serviço público graves deformações históricas e contemporâneas. É preciso também remover os conceitos e as práticas norteadas pelo neoliberalismo que implementou a privatização do planejamento e da gestão pública e o esvaziamento da participação da cidadania. Decisivo realinhar a gestão pública com as conquistas e direitos proclamados pela Constituição de 1988, assim como adequá-la aos novos desafios do desenvolvimento brasileiro e da complexidade do tecido social. Para tanto, promover a transparência e a informatização dos processos e a profissionalização, garantindo-se a qualificação e valorização dos servidores, o desenvolvimento das carreiras públicas, a renovação dos quadros técnicos mediante concursos públicos, eliminando-se a terceirização na administração pública. Devem ser priorizadas no processo de desenvolvimento brasileiro a expansão e a melhoria da equidade dos serviços públicos, garantindo-se a universalização e o atendimento integral das necessidades sociais básicas da população.

Políticas sociais como investimento: Brasil Inteligente concilia políticas de geração de renda e empregos com políticas sociais que garantam padrões mínimos de existência para os mais pobres, amparando também todos aqueles que precisam de cuidados e proteção nos momen-

A universalização da seguridade social é garantida pela Constituição. Ela precisa ser colocada em prática para que a população tenha direito a renda mínima, aposentadoria, saúde e assistência social

tos de instabilidade, desajuste, doença, velhice e desemprego. A universalização da seguridade social é garantida por lei, através da avançada Constituição Federal que o Brasil conquistou em 1988, que precisa ser colocada em prática plenamente de modo a que toda a população tenha direito a renda mínima, aposentadoria, saúde e assistência social. A visão fiscalista, privatizante e mercadológica insiste em apontar o gasto social como despesa, sempre produtora de déficits, quando o gasto social é um investimento que melhora as condições de vida e trabalho, trazendo retornos positivos à coletividade, aos negócios e ao Estado.

Recuperação e ampliação da infraestrutura econômica, social e urbana: Brasil Inteligente preocupa-se com as suas empresas e redes de produção, realizando permanente manutenção e expansão da infraestrutura econômica do País. Essa democratiza, integra o País e agiliza a mobilidade de pessoas, mercadorias e informações, sendo, portanto, essencial à economia brasileira, de extensão continental, contar com bem planejadas e construídas redes de transporte, energia e telecomunicações. As infraestruturas urbana e social também têm destacado papel na economia, no aumento da produtividade e, sobretudo, na qualidade de vida, a qual se encontra seriamente ameaçada pela deterioração das cidades que padecem com excesso de automóveis e escassez de transporte público de qualidade, falta de áreas e equipamentos de lazer, esporte, cultura e convívio com a natureza. Parte significativa do povo vive em habitações precárias, em áreas de risco, sem serviço de esgoto, muitas vezes até sem abastecimento de água e coleta de lixo. O Brasil deve fazer uma opção radical pelo investimento em cidades sustentáveis, capazes de mitigar os desajustes climáticos, e na melhoria significativa das condições de vida, trabalho e moradia da população.

Tecnologias de informação e comunicação: Brasil Inteligente não se restringe a consumir tecnologia, mas sim usar as tecnologias para criar novas tecnologias, conhecimentos, produtos. O

usuário das tecnologias de informação e comunicação fazem melhor uso delas quando possuem formação adequada. Por isso, é fundamental que as políticas de inclusão digital estejam inseridas nas políticas de fortalecimento da educação, da produção cultural, do incentivo à pesquisa, à criação artística, à invenção técnica, à inovação de produtos e processos e à invenção da vida social. É urgente empreender um forte debate na sociedade brasileira sobre o papel das tecnologias de informação e comunicação na formação educacional, cultural, política e ética da sociedade brasileira. A ampla difusão dos meios de comunicação no Brasil deve se dar como meio de promoção da inteligência e dos criadores brasileiros, não se restringindo jamais à mera importação de cultura, mas valorizando a criação nacional e o intercâmbio com outros países.

Muita atenção e valor à democracia: Brasil Inteligente não seria possível se não vivêssemos num regime democrático que precisa ser objeto da atenção e valorização de todos. A democracia política tem avançado no Brasil. Somos um dos maiores colégios eleitorais do mundo, realizando eleições a cada dois anos, possibilitando a renovação dos quadros políticos e o aumento da consciência da população sobre os problemas, soluções e desafios. As liberdades públicas, conquista de nossa jovem democracia de 26 anos, têm possibilitado avançar na participação de todos os setores sociais. Porém, devemos ir em frente, melhorando a governabilidade, com o combate à corrupção, a maior transparência das ações estatais e governamentais e enraizando e ampliando a democracia econômica e social no País. Brasil Inteligente entende serem prioritários os eixos e metas apresentados acima na ação dos governos e da sociedade, rumo ao ano de 2022, quando se comemorará o Bicentenário da Independência do Brasil, marco mobilizador e simbólico na construção de um país mais justo, soberano, democrático e com qualidade de vida para todos.

São Paulo, 18 de novembro de 2011.

Profissionais de todo o Brasil

Em quatro encontros regionais e um nacional, entram em pauta os temas

A CAMPANHA BRASIL INTELIGENTE, lançada pela CNTU, é fruto de um rico processo, desenvolvido em debates abrangentes, profundos e fortemente participativos que a confederação realizou ao longo de 2011, em quatro encontros regionais, em Maceió (AL), Vitória (ES), Goiânia (GO), Porto Alegre (RS), e um nacional, em São Paulo. Nessa maratona, que percorreu o Brasil colocando em discussão

temas-chave para o desenvolvimento nacional, o aprofundamento da democracia e o combate às desigualdades, formulou-se um arcabouço de ideias que resultarão em ações a serem capitaneadas pela entidade, com a adesão da sociedade, especialmente do contingente de 10 milhões de profissionais com formação universitária, que, aliados à classe trabalhadora como um todo, têm muito a contribuir com o País.

Maceió, 20 de maio de 2011

O 1º Encontro Regional aconteceu em 20 de maio, na cidade de Maceió (AL), colocando em pauta “Emprego, trabalho e qualificação profissional”. Para falar sobre o tema, foram escalados Marco Aurélio Cabral Pinto, professor de Engenharia de Produção da UFF (Universidade Federal Fluminense); Luciana Santa Rita, professora adjunta da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Ufal (Universidade Federal de Alagoas); e Maria Rosa Abreu, professora associada da Faculdade de Educação da UnB (Universidade de Brasília).



A programação em Maceió contou ainda com a palestra “Desafios energéticos”, de Geoberto Espírito Santo, vice-presidente de Planejamento Energético do Fórum Nacional dos Secretários de Estado para Assuntos de Energia e presidente da Algás (Gás de Alagoas S.A.).



discutem os rumos do País

considerados essenciais à construção de uma nação democrática e desenvolvida

Proposta fundamental originada de tais discussões é a instituição de um sistema nacional de educação permanente, visando garantir de forma organizada e como política de Estado qualificação à mão de obra brasileira, em todos os níveis. Propõem-se ainda investimentos em ciência, tecnologia e inovação; o aprimoramento da infraestrutura nacional; o resgate da cidadania com serviços públicos de qualidade; a democratização

da comunicação e da cultura. A síntese desses debates foi publicada nas cartas de cada um dos eventos, e ainda no manifesto “Por um Brasil Inteligente” (*leia nas páginas a seguir*).

Allen Habert, diretor de Articulação Nacional da entidade e coordenador da iniciativa, enfatiza o esforço de unificar uma plataforma de ideias. “Esse estado maior da consciência crítica das camadas médias, que é a CNTU juntamente

com as nossas federações, tem uma missão muito clara: transformar o Brasil num país soberano, mais justo e democrático.” “A confederação tem a grande responsabilidade de responder pelas áreas que congrega e por tudo o que a sociedade necessita. Temos que criticar, mas também apontar o caminho, apresentando propostas factíveis para desenvolver o País”, salienta o presidente da CNTU, Murilo Pinheiro.



Vitória, 12 de agosto de 2011

Sob o tema “Reforma da administração pública, serviços públicos e aposentadoria”, aconteceu em 12 de agosto, na cidade de Vila Velha, Região Metropolitana de Vitória (ES), o 2º Encontro Regional da CNTU. A atividade na capital capixaba reuniu profissionais de todo o Brasil e colocou foco na necessidade de resgatar o papel do Estado previsto na Constituição de 1988. O evento teve como palestrantes o presidente da Fundação Escola de Governo de Santa Catarina, Rubens Araújo de Oliveira; a economista Ceci Juruá; o diretor de Estudos e Políticas Sociais do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), Jorge Abrahão de Castro; e o diretor do Instituto de Previdência do Estado do Acre, José dos Santos Pereira.

Goiânia, 23 de setembro de 2011

O esforço necessário para garantir o avanço socioeconômico brasileiro pleno foi o tema do 3º Encontro Regional da CNTU, realizado em Goiânia, no Estado de Goiás (GO), no dia 23 de setembro, que abordou “Desenvolvimento e infraestrutura”. O tema foi tratado por Marcio Pochmann, presidente do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada); Marcelo Zuffo, professor livre-docente da USP (Universidade de São Paulo); Oswaldo Massambani, professor titular do Instituto Astronômico e Geofísico da USP e um dos coordenadores da C40 São Paulo Climate Summit 2011; e Edson Melo Filizzola, assessor de Planejamento da Saneago (Saneamento de Goiás S.A.).





Porto Alegre,

21 de outubro de 2011

Na data, na cidade de Porto Alegre (RS), teve lugar o 4º Encontro Regional da CNTU, que encerrou a série preparatória ao encontro nacional. Desta vez,

os temas foram “Democracia, comunicação e cultura”, contando com o professor da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) Marcos Dantas; a superintendente executiva da Ancine (Agência Nacional do

Cinema), Rosana Alcântara; o professor da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica) Ladislau Dowbor; o cineasta Jorge Furtado; e o escritor e professor da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Luís Fischer.

São Paulo, 18 de novembro de 2011

Resultado dos quatro fóruns regionais, o 1º Encontro Nacional da CNTU foi realizado no dia 18 de novembro, em São Paulo (SP). Na ocasião, o professor da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) Waldir Quadros e o consultor sindical João Guilherme Vargas Netto abordaram os temas democracia e desenvolvimento, do ponto de vista da classe média. No evento, aconteceu ainda o lançamento do manifesto “Por um Brasil Inteligente” e a posse do Conselho Consultivo da CNTU.





www.cntu.org.br

Reconhecer a excelência

No lançamento do manifesto “Por um Brasil Inteligente”,

A CNTU HOMENAGEARÁ anualmente os profissionais de destaque em suas áreas de atuação. O objetivo é valorizar iniciativas de vanguarda no campo profissional e do serviço público, o que vai ao encontro do Brasil inteligente que se busca construir. Em sua primeira edição, o prêmio Personalidade Profissional foi entregue ao final do 1º Encontro Nacional da CNTU, em 18 de novembro de 2011, a seis nomes de cada uma das categorias que integram a confederação, além de um em excelência em gestão pública.

Conjugou-se, portanto, com as demais ações em prol de um país mais justo e inclusivo, com a contribuição decisiva dos profissionais liberais. O prêmio serve de estímulo à participação desses na política nacional, rumo ao desenvolvimento sustentável almejado. Os agraciados na versão inaugural são exemplo nesse sentido. São eles: Dércio Gama Munhoz, em Economia; Arnaldo Calil Pereira Jardim, em Engenharia; Norberto Rech, em Farmácia; Ricardo Albuquerque Pai-

va, em Medicina; Valéria Paschoal, em Nutrição; Gilberto Alfredo Pucca Júnior, em Odontologia; e Gilson de Cássia Marques de Carvalho, em Excelência na gestão pública. Todos agora integram o Conselho Consultivo da entidade, cuja posse de cerca de 300 nomes foi dada também durante o encontro (veja nas páginas 15 a 17).

Com a palavra, os homenageados Primeiro a receber o prêmio, na oportunidade, Munhoz salientou

que a prevalência do sistema financeiro no mundo está na origem da crise global. No Brasil, apontou um dado alarmante: “Pagamos, em uma década, US\$ 1,5 trilhão em juros, o mesmo que os EUA gasta-

Homenagem serve de estímulo e desafio para que, juntos, os profissionais construam um futuro diferente

ram em guerras, o que mostra que somos um país rico.” Diante desse quadro, na sua concepção, a homenagem serve de estímulo e desafio para que, juntos, os profissionais construam um futuro diferente. Na mesma linha, o deputado federal Arnaldo Jardim (PPS/SP) ressaltou: “Além de nos outorgarem essa



Ao final do encontro, na presença de autoridades, CNTU homenageia profissionais.

profissional e na gestão pública

em seu encontro nacional, CNTU agracia sete personalidades

responsabilidade, nos cobrem. Topo lutar para construir um projeto nacional que combata as desigualdades, bem como instrumentos que gerem políticas públicas duradouras. Vamos também zelar pela consolidação das categorias à luz de seus direitos. É o que queremos.”

Rech fez um discurso ao encontro dessa visão. “Compartilho minha história com a de muitos aqui, com o compromisso de continuar a levantar as bandeiras dos que lutaram por um país democrático, independente e soberano. Recebo esse prêmio como um reconhecimento da responsabilidade que temos, tivemos e certamente cumpriremos ao longo de nossa vida.” Para Paiva, os agraciados têm a atribuição de ser voz ativa não apenas da classe média, mas sobretudo “dos desfavorecidos, que não têm tribuna”. Na mesma linha, Valéria Paschoal, única mulher agraciada, enfatizou a importância da nutrição para garantir melhor alimentação e qualidade de vida à população. Pucca completou: “Precisamos nos organizar na



perspectiva de um país digno para todos, ao que é necessário ter consciência de classe social.” Sob tal ótica, colocou-se à disposição para colaborar na construção da proposta da CNTU nessa direção. Grande defensor do SUS (Sistema Único de Saúde), Carvalho dedicou a homenagem aos críticos dos serviços públicos e aos seus usuários. Propugnando pela gestão participativa, salientou: “Nós, da saúde, precisamos de vocês.” Na sua opinião, o grande mal

do século é a terceirização da responsabilidade e da culpa. “Consequentemente, a solução é colocada nos outros, não em nós. Não lutamos por melhoria da escola pública, pagamos planos privados de saúde, compramos grades, pagamos milícias, bloqueamos entradas”, explicou. E fez um apelo: “Que cada um busque o seu papel, acompanhe e fiscalize os serviços públicos.” Para encerrar sua preleção, citou uma frase de Gandhi: “Nós temos que ser a mudança que nós queremos para o mundo.”

Quem são as personalidades profissionais 2011

Economia

Décio Garcia Munhoz

Formado em economia pela Universidade de Brasília e docente aposentado nessa instituição, Décio Garcia Munhoz é mestre na área pela Universidade de São Paulo e professor colaborador de diversos cursos de pós-graduação em importantes universidades do País. Autor de vários livros, tais como “Demografia no Distrito Federal”, “A renda e a demanda de produtos alimentícios no Distrito Federal”, “Economia agrícola: uma defesa dos subsídios” e “Dívida externa: a crise rediscutida”, foi presidente dos conselhos Federal de Economia e Superior da Previdência Social.



Engenharia

Arnaldo Calil Pereira Jardim

Deputado federal (PPS/SP) em seu segundo mandato, Arnaldo Calil Pereira Jardim é engenheiro civil formado pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo.



Na Câmara dos Deputados, coordena a Comissão de Minas e Energia e o Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica. Foi deputado estadual em São Paulo por dois mandatos. Foi ainda secretário da Habitação desse Estado de 1992 a 1993. Como parlamentar, tem destacada atuação

no debate e apresentação de projetos de lei relativos a questões ligadas ao meio ambiente, infraestrutura, cooperativismo, ciência e tecnologia, entre outros.

Farmácia

Norberto Rech

Farmacêutico e farmacêutico-bioquímico pela Universidade Federal de Santa Catarina, Norberto

Rech é professor nessa instituição. Especialista em farmacologia de produtos naturais pela Universidade Federal do Maranhão, em convênio com a Escola Paulista de Medicina da Universidade Federal de São Paulo, é ainda mestre em farmácia pela Universidade Federal do

Rio Grande do Sul. Exerce diversas funções em órgãos federais de saúde e ciência e tecnologia. É gerente de medicamentos da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária).



Medicina

Ricardo Paiva

Médico, especialista em cardiologia, Ricardo Paiva foi diretor do Hospital Universitário Oswaldo Cruz de Pernambuco. Presidiu o Sindicato dos Médicos nesse Estado por dois mandatos e a Federação Norte/Nordeste da categoria. Atuou, ainda, como vice-presidente da Confederação dos Médicos do Brasil e esteve à frente do Conselho Regional de Medicina



de Pernambuco, no qual coordena o Centro de Estudos Avançados. Promoveu, no Estado, as Caravanas de Saúde e Cidadania. É idealizador das Diretrizes de Atenção Integral aos Usuários do Crack.

Nutrição

Valéria Paschoal

Mestre nessa área e em pediatria pela Universidade Federal de São Paulo, Valéria Paschoal é fundadora e diretora da VP Consultoria Nutricional. Editora científica da Revista Brasileira de Nutrição



Funcional, é autora de “Nutrição clínica funcional: dos princípios à prática clínica” e “Suplementação funcional magistral: dos

nutrientes aos compostos bioativos”. Coordena a Comissão Científica da Sociedade Brasileira de Nutrição Funcional e é membro do The Institute for Functional Medicine (EUA).

Odontologia

Gilberto Alfredo Pucca Júnior

Cirurgião-dentista com especialização em saúde pública, Gilberto Pucca é mestre em epidemiologia

do envelhecimento pela Escola Paulista de Medicina da Universidade Federal de São Paulo e pesquisador no Centro de Estudos sobre Envelhecimento nessa instituição. É ainda professor assistente do Departamento de Odontologia da Universidade Estadual de Maringá. É coordenador-geral de saúde bucal do Ministério da Saúde – “Programa Brasil Sorridente”.



Excelência na gestão pública

Gilson de Cássia Marques de Carvalho

Médico pediatra, mestre e doutor em saúde pública, Gilson Carvalho é especialista em gestão e financiamento nessa área. Foi secretário municipal de saúde de São José dos Campos e nacional de Assistência à Saúde, consultor do Conselho Nacional de Secretários de Saúde, professor da Faculdade de Medicina da Universidade de Taubaté e, como

convidado, em várias outras instituições.

Destaca-se no debate sobre a gestão do SUS (Sistema Único de Saúde), defendendo a participação social no controle e na formulação das políticas públicas na área.



Conselho Consultivo por um Brasil inteligente

CNTU empossou cerca de 300 membros em seu 1º Encontro Nacional. Meta é ampliar esse fórum

COM A PRETENSÃO de descentralizar as ações da confederação, de modo que se faça presente em todo o Brasil, a CNTU lançou em novembro de 2011 seu Conselho Consultivo. Reunindo um conjunto de inteligências coletivas, ou seja, uma rede de lideranças de diversas áreas do conhecimento, cujo objetivo é formular e debater propostas que contribuam para a implantação e cumprimento das ações da entidade em prol de um país desenvolvido, com distribuição de renda e justiça social. Entre essas, a campanha Brasil Inteligente é prioritária.

O Conselho Consultivo é formado por membros natos – diretores da CNTU, presidentes das federações que a congregam e dos sindicatos ligados a ela – e efetivos. Integram esse último grupo nomes indicados pela diretoria da confederação e agraciados com o prêmio Personalidade Profissional a cada ano. A posse dos

primeiros a compô-lo – em torno de 300 de diversas categorias profissionais – deu-se durante o 1º Encontro Nacional da entidade, em 18 de novembro último. Allen Habert, diretor de Articulação Nacional da CNTU e coordenador do 1º Encontro, enfatizou: “Queremos ter mil conselheiros em nível nacional, será o conselho das

1.000 cabeças.” Para Murilo Celso de Campos Pinheiro, presidente da confederação, a iniciativa, somada a outras, tem o propósito de fazer dessa organização “a melhor, mais atuante, mais participativa, uma representação de fato da classe média”. Outras personalidades vêm, assim, se somando, rumo a um Brasil inteligente.

Os conselheiros

Natos

Diretores da CNTU

Murilo Celso de Campos Pinheiro - Presidente (engenheiros); Gilda Almeida de Souza - Vice-presidente (farmacêuticos); José Erivalder Guimarães de Oliveira - Diretor administrativo (médicos); Wellington Moreira Mello - Diretor de Finanças (odontologistas); Maria Maruza Carlesso - Diretora adjunta de Finanças (farmacêuticos); Cláudio da Costa Manso - Diretor de Relações Sindicais (economistas); Allen Habert - Diretor de Articulação Nacional (engenheiros); Suplentes: Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque - 1.º (economistas); José Carrijo Brom - 2.º (odontologistas); Clóvis Abrahim Cavalcanti - 3.º

(médicos); Fernando Palmezan Neto - 4.º (engenheiros); Waltoviano Cordeiro de Vasconcelos - 5.º (farmacêuticos); Cláudia Beatriz Câmara de Andrade - 6.ª (médicos); José Carlos Ferreira Rauen - 7.º (engenheiros); Conselho Fiscal: Titulares - Wilson Roberto Villas Boas Antunes “Betinho” (economistas); Carlos Alberto Grandini Izzo (médicos); José Ailton Ferreira Pacheco (engenheiros); Suplentes - José Campos Sobrinho (odontologistas); Maria Rita de Assis Brasil (médicos); Edson Kiyoshi Shimabukuro (engenheiros).

Presidentes das federações filiadas à CNTU

Célia Machado Gervasio Chaves – Fenafar (Federação Nacional dos Farmacêuticos); Cid Célio Jayme

Carvalhoes – Fenam (Federação Nacional dos Médicos); Juarez Trevisan – Fenecon (Federação Nacional dos Economistas); Murilo Celso de Campos Pinheiro – FNE (Federação Nacional dos Engenheiros); Wellington Moreira Mello – FIO (Federação Interestadual de Odontologistas).

Presidentes dos Sindicatos dos Economistas

Antônio de Pádua Ubirajara e Silva (Minas Gerais); Antônio Fernando Rocha Lima (Goiás); Joacy da Silva Leite (Ceará); José Carlos Mota dos Santos (Amazonas); José Ribamar Silva Campos (Maranhão); José Roberto de Araújo Cunha Júnior (São Paulo); Juarez Trevisan (Paraná); Kátia Esteves da Rocha (Pará); Marcos

Antônio M. Calheiros (Alagoas); Mário Camelo Rodrigues (Espírito Santo); Miguel Rendy (Distrito Federal); Olavo Bezerra Lemos (Bahia); Paulo Hermance Paiva (Paraíba); Paulo Roberto Polli Lobo (Santa Catarina); Robespierre do Ó Procópio (Rio Grande do Norte); Ronaldo Antunes da Silva (Londrina); Sérgio da Rocha Bastos (Mato Grosso do Sul).

Presidentes dos Sindicatos dos Engenheiros

Antônio Florentino de Souza Filho (Piauí); Brasil Americo Louly Campos (Distrito Federal); Disneys Pinto da Silva (Alagoas); Edson Kiyoshi Shimabukuro (Mato Grosso do Sul); Eugênia Maria Santos Von Paumgarten (Pará); Gerson Tertuliano (Goiás); João Alberto Rodrigues Aragão (Tocantins); José Carlos Rauen (Santa Catarina); José Luiz Azambuja (Rio Grande do Sul); Lincoln Silva Américo (Amapá); Luiz Benedito de Lima Neto (Mato Grosso); Marcos Luciano Camoêiras G. Marques (Roraima); Maria Odinéa Melo Santos Ribeiro (Maranhão); Modesto Ferreira dos Santos Filho (Rio Grande do Norte); Murilo Celso de Campos Pinheiro (São Paulo); Sebastião Aguiar da Fonseca Dias (Acre); Thereza Neumann Santos de Freitas (Ceará); Wissler Botelho Barroso (Amazonas).

Presidentes dos Sindicatos dos Farmacêuticos

Antonio Lima Pellizzetti (Roraima); Carol Junkes da Silva (Santa Catarina); Cecilia

Leite Mota Oliveira (Amazonas); Debora Raymundo Melecchi (Rio Grande do Sul); Eliane Araújo Simões (Bahia); Gedais Medeiros Pedro (Espírito Santo); Josias Pina (Mato Grosso); Lia Melo de Almeida (Paraná); Maria de Fátima Cardoso Aragão (Sergipe); Maria José da Silva Pinto Tenório (Pernambuco); Paulo José Teixeira (São Paulo); Paulo Roque Medeiros da Costa (Ceará); Rilke Novato Publio - Coordenador-geral (Minas Gerais); Sergio Luis Gomes da Silva (Paraíba); Ulisses Nogueira de Aguiar (Piauí).

Presidentes dos Sindicatos dos Médicos

Adolfo Silva Paraíso (Maranhão); Alvaro Norberto Valentin da Silva (Santos); Andres Kieling (Novo Hamburgo); Antônio Sérgio Ismael (Sorocaba e Região Sul do Estado de São Paulo); Ari Wajsfeld (Santo André e Região-Grande ABC); Cid Célio J. Carvalhaes (São Paulo); Clóvis Abraham Cavalcanti (Niterói e São Gonçalo); Cristiano G. da Matta Machado (Minas Gerais); Cyro Veiga Soncini (Santa Catarina); Diretoria Colegiada (Pará); Elza Luiz de Queiroz (Mato Grosso); Francisco André Corrêa de Araújo (Centro-Norte Fluminense); Geraldo Ferreira Filho (Rio Grande do Norte); Gervani Bueno (Criciúma / Sul Catarinense); Gilberto Longhi (Anápolis); Gilson Salomão Junior (Juiz de Fora); Guilherme Veloso (Norte de Minas); Horácio A. de M. Brum (Rio Grande); Hubert

Eloy Richard Pontes (São José do Rio Preto); Janice Painkow (Tocantins); João Alberto Larangeira (Santa Maria); João Carrera Bahia (Amapá); José Caires Meira (Bahia); José dos Santos Meneses (Sergipe); José Maria Arruda Pontes (Ceará); José Ribamar Costa (Acre); Leonardo Mariano Reis (Goiás); Lúcia Maria de Sousa Aguiar dos Santos (Piauí); Luiz Evandro dos Santos Senna (Roraima); Marco Antônio Leite (Mato Grosso do Sul); Marco Aurélio V. Fagundes (Maringá); Marcos Gutemberg Fialho da Costa (Distrito Federal); Mario Antônio Ferrari (Paraná); Mário Vianna (Amazonas); Marlonei Silveira dos Santos (Caxias do Sul); Mauro Muniz Peralta (Petrópolis); Moacyr Esteves Perche (Campinas); Otto Fernando Baptista (Espírito Santo); Paulo de Argollo Mendes (Rio Grande do Sul); Plínio Luiz Nunes Dias (Taubaté); Reinaldo Tavares Dantas (Campos); Roberto Hirochi (Presidente Prudente); Rodrigo Almeida de Souza (Rondônia); Sebastião Fontes Santiago (Governador Valadares); Silvio Sandro Alves Rodrigues (Pernambuco); Tarcísio Campos de Saraiva de Andrade (Paraíba); Wellington Moura Galvão (Alagoas).

Presidentes dos Sindicatos dos Nutricionistas

Anderson Carlos dos Santos (Paraná); Darlene Roberta Ramos da Silva (Pará); Ernane Silveira Rosas (São Paulo); Rosemarly Fernandes Candil (Mato Grosso do Sul); Zaida Maria de Albuquerque Diniz (Pernambuco).

Presidentes dos Sindicatos dos Odontologistas

Alysson Bestene Lins (Acre); Ana Selma Rodrigues Pinheiro (Cirurgiões-dentistas - Amazonas); Aroldo Pinheiro de Moura Neto (Distrito Federal); Claudio Ferreira do Nascimento (Ceará); Daiz Nunes (Amapá); Gustavo Moreira de Oliveira (Mato Grosso); Ivan Tavares de Farias Júnior (Rio Grande do Norte); José Roberto Pereira Ximenes (Mato Grosso do Sul); Luciano Eloi Santos (Minas Gerais); Márcia Elizabeth Lopes Rodrigues (Rondônia); Marcus Luiz Macedo Santana (Cirurgiões--dentistas - Sergipe); Onofre Augusto Aguiar Miranda (Espírito Santo); Shirley Ferreira Silva (Goiás).

Efetivos

Adélia Gambaro; Adilson de Oliveira; Afonso Comba de Araujo Filho; Ailton Brasiliense; Albaneide Peixinho; Alice Portugal; Altamiro Borges; Amanda Poldi; Amaury Hernandes; Anderson Carlos dos Santos; André Sierra Filho; Andrea Boanova; Andrea Esquivel; Antônio Augusto de Queiroz; Antonio Guimarães; Antonio Correa de Lacerda; Antonio Octaviano; Antonio Roberto Martins; Arnaldo Calil Pereira Jardim; Artur Araújo; Aspásia Camargo; Azuaite Martins de França; Beatriz Tenuta; Breno Botelho Ferraz Amaral Gurgel; Carlos Alberto Guimarães Garcez; Carlos Alberto Mendes de Lima; Carlos Augusto Ramos Kirchner; Carlos Monte; Carlos Roberto Comassetto; Carlos Todeschini; Ceci Juruá; Célia Marcondes; Célio Bermann; Celso Atienza; Celso Renato de Souza; Celso Santos Carvalho; César Augusto Franarin; Cláudio Alberto Habert;

Claudio Henrique Bezerra Azevedo; Cristiano Kok; David Nassi; Dércio Garcia Munhoz; Dimas Ramalho; Dirceu Barbano; Edgar Horny; Edilson Reis; Edireia Carneiro; Edmar Andrade; Edwin Fialho Despinoy; Eliana Moraes; Eliana Zaroni Lindenberg Silva; Elie Ghanem; Eliseu Gabriel; Êneo Alves da Silva; Esdras Magalhães dos Santos Filho; Fabiane Becari Ferraz; Fábio Torkaski; Fabrizio Rosso; Felisbela Pino; Fernando Gomes da Silva; Fernando Vieira de Figueiredo; Flávio José Albergaria de Oliveira Brízida; Flávio Presser; Francisco Ferreira Whitaker; Geoberto Espírito Santo; Gilberto Pucca; Gillian Alonso; Gilson de Cássia Marques de Carvalho; Guilherme Ary Plonski; Hélio Dias; Hêlvio Nicolau Moisés; Henrique Monteiro Alves; Hilton Barlach; Hugo Eduardo Giudice Paz; Izilda Georgia Rossi; Jacó Lampert; Jamil Murad; João Carlos Gonçalves Bibbo; João Carlos R. Peres; João Carlos Reis; João Guilherme Vargas Netto; João Luiz Braguini; José Luiz Pardal; João Paulo Dutra; Jonas Donizette Ferreira; Jorge Monti; Jose Aurélio Claro Lopes; José Chozem Kochi; José dos Santos Pereira; José Luiz Lins dos Santos; José Maria Filho; José Maria Morandini Paoliello; Jose Paneta; José Roberto Cardoso; José Roberto Graziano; Judson Cabral; Juliano Munhoz Beltani; Ladislau Dowbor; Laerte Conceição Mathias de Oliveira; Laerte Machado; Leda Maria de França Bezerra; Letizia Nuzzo; Lucia Abel Awad; Lucyanna Kalluf; Luiz Antonio Moreira Salata; Luiz Antonio Pellegrini Bandini; Luiz Fernando Napoleone; Luiz Guedes; Luiz Pedretti; Luiz Roberto Pagani; Manuel Carlos de Moraes Guerra; Marcel Rabinovich; Marcelo Zuffo; Márcia Fidelix; Marco Aurélio Cabral Pinto; Marcos Antônio de

Almeida Ribeiro; Marcos Dantas; Marcos Wanderley Ferreira; Marcyra Machado; Maria Alice Santos Bueno; Maria Christina Seabra Dutra; Maria de Lourdes S. Souza; Maria Inês Nassif; Maria Lucia Tafuri; Maria Luíza Locatelli Garcia Belloque; Maria Rosa Abreu de Magalhães; Marina Sant'anna; Maria Célia Ribeiro Sapucahy; Mário Edison Picchi Gallego; Marli Brazioli; Marta Suplicy; Martha Paschoa; Maxwell Wagner Colombini Martins; Miguel Guzzardi Filho; Milcira Teixeira; Mohamed Ezz El Din Mostafa Habib; Mônica Krauter; Monika Manfrini; Nabil Bonduki; Nazareno Stanislaw Affonso; Nazem Nascimento; Nelson Martins da Costa; Newton Guenaga Filho; Nilce Barbosa Racine; Nivaldo José Cruz; Nivaldo Santana; Norberto Rech; Odair Bucci; Odilon Guedes; Olga Maria S. Amâncio; Olivio Manuel Souza Ávila; Osvaldo Passadore Júnior; Oswaldo Massambani; Paulo Roberto Feldmann; Paulo Sérgio Saran; Paulo Tromboni de Souza Nascimento; Pedro Bisch Neto; Pedro Petrere; Rafael Canterji; Renata Azevedo; Renata Cassar; Renata Vignali; Ricardo de Albuquerque Paiva; Ricardo José Coelho Lessa; Ricardo Patah; Roberto Benedito Requena Juvele; Rogério Belda; Ronaldo Mattar; Rosana Nogueira; Rosane Nascimento; Roseli de Deus Lopes; Rosemeire Nogueira; Rubens Araújo de Oliveira; Rubens Lansac Patrão Filho; Sandra Chemin; Sara Kanter Pinto de Souza; Sergio Bocalini; Sérgio Fonseca; Sérgio Frota; Sérgio Gomes da Silva; Sérgio Mendonça; Silvana Guarnieri; Silvia Maria da Silva; Tânia Rodrigues; Tatiana Campos; Tereza Watanabe; Ubirajara Tannuri Felix; Valeria Paschoal; Vanessa Grazziotin; Vera Lúcia Rodrigues; Waldir Quadros; Walter Antonio Becari; Wanderlino Teixeira de Carvalho; Wellington Popolin.



Síntese das

A CNTU convidou especialistas reconhecidos na comunidade acadêmica, científica e na vida política nacional para auxiliarem no aprofundamento dos temas centrais da campanha Brasil Inteligente. Ao todo, 17 personalidades discorreram sobre assuntos como economia, desenvolvimento, urbanismo, infraestrutura, políticas sociais, saneamento, comunicações e cultura, dentre outros. Nas próximas páginas, o leitor encontrará um resumo de cada item desse rico debate lançado nacionalmente.



PALESTRAS

Brasil precisa de inovação social

Dispor dos meios que se tem para se fazer o que deve ser feito: levar o povo adiante

“O PROJETO RONDON formou elites de brasileiros capazes de pensar problemas brasileiros”, pontua **Marco Aurélio Cabral Pinto**, engenheiro e professor da UFF (Universidade Federal Fluminense), enfatizando a necessidade de as universidades voltarem a ter projetos de formação com base em problemas reais do País. Para ele, é fundamental que as organizações da sociedade civil formem militância.



“Não estou propondo o retorno às utopias, lido com os jovens todos os dias, eles estão muito pragmáticos, querem retorno rápido, mas percebo que há coisas que os tocam. A possi-

pere o seu subdesenvolvimento social, decorrente de uma economia de trocas desiguais instalada na colonização e ainda não superada. Cabral Pinto dá como exemplo o artesanato vendido nos pontos turísticos da Região Nordeste.

“Um chaveirinho, daqueles com uma garrafinha de areia colorida e desenhada, custa R\$ 2,00. Acho que mal paga o custo do material, mas trata-se de uma atividade inserida no circuito internacional de trocas. Esse preço só é possível porque não se leva em conta o trabalho que o produziu, que tem uma dinâmica muito diferente daquele realizado numa organização empresarial. Muitas vezes trata-se do trabalho de crianças ou idosos, um tempo gasto não apropriado.”

“Estamos acostumados a pensar o trabalho e a inovação no mundo das organizações, mas o desafio que proponho é pensar a inovação nesse mundo das trocas desiguais, onde estão os 5%

da população economicamente ativa que estão desempregados e que, provavelmente, nunca vão encontrar emprego no mercado formal, pois foram alijados da educação.”

Exclusão

Segundo Cabral Pinto, o conceito de inovação usado na atualidade vem sendo adotado desde os anos 1970, com base no diagnóstico de grande distanciamento entre os esforços do capitalismo industrial (tecnológicos, industriais) e a comunidade científica nacional. Esse, entende o professor, não abarca o ambiente de trocas desiguais, pois “o próprio conceito de trabalho que costumamos ter em mente é o desenvolvido nas organizações, em si excludente”. Em contraposição, ele propõe uma interpretação mais abrangente, que permitiria enxergar a base excluída do sistema corporativo: “Trabalho é a escolha do que realizaremos no curto espaço de tempo da vida.”

Embora concorde com as metas inovadoras voltadas ao avanço industrial e tecnológico, Cabral Pinto enfatiza a necessidade de estender essa agenda à superação da desigualdade. “A missão da elite universitária é fazer nosso povo seguir adiante.” Para ele,

É preciso estender essa agenda à superação da desigualdade, considera professor

bilidade de participar de realizações de grande envergadura os sensibiliza, os atrai, dá sentido às suas vidas, faz com que deem um salto de maturidade, de consciência”, aposta.

Esse tipo de ação, segundo o pesquisador, é decisivo para que o Brasil su-



A crise econômica internacional apresenta uma oportunidade para o Brasil se reinventar e traçar seu caminho soberano de inclusão social

portanto, é preciso que as metas de inovação voltem-se também à questão social, que tem a educação como ponto central. “Desde os tempos do Brasil-Colônia, a exclusão social se dá pela exclusão da educação, do conhecimento e, portanto, do trabalho.” Na sua opinião, “o tamanho do investimento social deve ser do tamanho do passivo social acumulado desde o estatuto da escravidão, excessivamente prolongado”.

Reinvenção nacional

Na avaliação do professor, a crise econômica internacional desencadeada em meados de 2009 apresenta-se como oportunidade ao Brasil traçar o seu caminho soberano de inclusão social. “Está em curso lá fora um processo instabilizador de longo prazo, cuja cadeia de acontecimentos é inesperada. A cada acontecimento, valida-se a hipótese de que estamos numa crise mais profunda do que se supôs.” Diante disso, afirma, o ambiente internacional remete ao “salve-se quem puder”. Tal turbulência externa permitirá ao País se reinventar, promovendo “uma democracia racial brasileira de verdade, em que os esforços da elite voltam-se à base, compreendendo que não serão elites no cenário internacional se não forem de mãos dadas com o seu povo”.

Nessa reinvenção do Brasil, os profissionais de formação universitária têm papel crucial, inclusive na formação da opinião pública por meio da inserção nos meios de comunicação. “Usar dos meios de que se dispõe para fazer o que tem que ser feito. Isso é inovação.”

Síntese da palestra “Emprego, trabalho e inovação”, proferida durante o

1º Encontro Regional da CNTU, realizado em Maceió (AL), em 20 de maio de 2011.

Portal dos Ventos contra a pobreza

“Antes de fazer experiências de escala, no Brasil inteiro, vale a pena que cada um dos atores locais gere no seu território casos que possam ser replicados pelos demais, que deem a mensagem, que possam ser divulgados”, propõe o professor da UFF (Universidade Federal Fluminense) Marco Aurélio Cabral Pinto. Um exemplo de iniciativa desse caráter, aponta, é o projeto de extensão universitária da Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos da Universidade de São Paulo, localizada em Pirassununga (SP). Professores e alunos desenvolvem, em parceria com pares acadêmicos, empreendedores e comunidade local, o projeto Portal dos Ventos, cujo objetivo é o combate à exclusão social

no município de Caiçara do Rio dos Ventos (RN), que registra o menor IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do Estado, segundo dados de 2005 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). O projeto desenvolve ações culturais, científicas, técnicas e produtivas diversas. Entre essas, a instalação de uma plataforma solar e a substituição do trigo por produtos da região nas padarias locais. Outro exemplo emblemático, relata Cabral Pinto, é a criação pelo governo brasileiro de um projeto de apoio aos catadores de papel, visando a geração de empregos e renda. Esse se dá por meio da promoção da coleta seletiva solidária nos 3,9 mil prédios públicos federais, em todo o País.

Antes de fazer experiências de escala, no País inteiro, vale a pena que cada um dos atores locais gere no seu território casos que possam ser replicados e divulgados pelos demais



Formação para toda a vida

É urgente uma política nacional de qualificação e requalificação profissional

“GRATUIDADE, laicidade e universalidade da educação”. O pensamento de Condorcet (1743-94) inspira um dos primeiros princípios orgânicos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, infelizmente ainda não implantado completamente no Brasil. Quem revela é a pesquisadora da UnB (Universidade de Brasília) **Maria Rosa de Abreu**.



Para a professora, uma das pioneiras no debate sobre a educação continuada no Brasil, a CNTU, que congrega categorias profissionais estratégicas ao País, tem grande responsabilidade de contribuir para uma política nacional de qualificação e requalificação de toda a força de trabalho brasileira “com vistas a uma sociedade que se caracterize por equidade, inovação e sustentabilidade”.

Dotar indivíduo da capacidade de identificar problemas para solucioná-los é um dos objetivos da educação continuada

Ela esclarece ainda que a educação continuada não tem apenas o objetivo de preparar para o trabalho. Sua missão é “formar o homem, o profissional, o cidadão, integrando pesquisa e formação”. Isso porque, além das competências técnicas, que incluem comunicação em línguas portuguesa e estrangeiras (notadamente em inglês e espanhol) e domínio das tecnologias da informação, deve dotar o indivíduo da capacidade

para a autoaprendizagem e para a identificação de problemas com acesso às fontes de conhecimento para solucioná-los, além de espírito crítico, valores de solidariedade e respeito aos direitos humanos e à natureza, aptidão para conviver com riscos e incertezas, planejar, avaliar, perseverar, reformular, recomeçar, empreender e inovar. Além disso, é necessário que haja efetividade nessa ampla formação, que precisa ser avaliada com base em indicadores: “Trata-se de investimento social no crescimento intelectual do País”, enfatiza.

Política de Estado

O primeiro desafio para colocar em pé um programa universal dessa envergadura é garantir as fontes de financiamento. “Pelo que vimos estudando, geralmente os fundos são tripartites: Estado, iniciativa privada e comunidade local. Às vezes, também o profissional entra com uma pequena parte, mas, geralmente, trata-se de uma política pública de indução do desenvolvimento”, relata Abreu. Ainda, os programas estão assentados na universalização do ensino superior, com subsídios dos governos aos universitários por meio de bolsas e auxílios diversos.

Na opinião da professora, para ser assegurada como direito, a qualificação profissional deve estar devidamente institucionalizada pela legislação do País e em uma política de Estado, que faça cumprir inclusive a Convenção 140 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), ratificada pelo Brasil e que prevê a licença remunerada dos trabalhadores para fins educacionais.

Essencial à construção de um programa de qualificação profissional permanente é o recurso da educação a distância. Pioneiramente, conta Abreu, foram usadas as teleconferências, depois associadas às aulas via satélite. Com o advento da internet, o processo ganhou forte impulso e se consolidou.



A professora apresentou experiências nessa linha verificadas na Europa, nos Estados Unidos, na China, no Japão e na Coreia do Sul. Os exemplos, lamentavelmente, contrastam com a realidade do Brasil, que não construiu suficientemente a sua base educacional, apesar de avanços nos últimos 15 anos. “Quando vemos que o País não tem política de educação continuada, devemos lembrar que, ao contrário desses países, e até mesmo de alguns da América do Sul, como o Chile, nós sequer universalizamos a

educação básica. O déficit e o prejuízo acumulados e a injustiça com a população que não teve acesso ao conhecimento sistematizado são tão grandes que nos impõem agora a necessidade de acelerar para garantir o desenvolvimento e a empregabilidade”, alerta. Por fim, a professora lembra importante, mas isolada iniciativa nacional, com a apresentação no congresso internacional do IEEE (*Institute of Electrical and Electronic Engineers*) de trabalho realizado em parceria entre a FNE (Federação Nacional dos

Engenheiros) e a UnB para qualificação dos engenheiros em política científica e tecnológica. “Éramos o único grupo brasileiro; 40% dos trabalhos apresentados eram da China. Vinte anos depois, a China tem todos os engenheiros qualificados, e nós não avançamos quase nada”, resume.

Síntese da palestra “Educação e qualificação e requalificação profissional”, proferida durante o 1º Encontro Regional da CNTU, em Maceió (AL), em 20 de maio de 2011.

A Convenção 140 da OIT

A OIT (Organização Internacional do Trabalho) assegura na Convenção 140 de junho de 1974, em seu artigo I: “Licença paga de estudos, que significa uma licença concedida aos trabalhadores com fins educativos, por um período determinado, durante as horas de trabalho e com pagamentos de prestações econômicas adequadas.”

Essa convenção estipula, em seu artigo II, que “cada país membro deverá formular e levar a cabo uma política para fomentar a concessão e licença paga de estudos com fins: a) de formação profissional em todos os níveis; b) de educação geral, social ou cívica; c) de educação sindical”.

A convenção 140 da OIT foi promulgada no Brasil pelo Decreto 1.298, de 29/9/1994.

Documento na íntegra em www.oitbrasil.org.br/node/494

A convenção 142 da OIT, de 1975, também ratificada e promulgada no Brasil pelo Decreto 98.656, de 21/12/1989, define em seu artigo I:

“1. Todo membro deverá adotar e desenvolver políticas e programas coordenados e abrangentes de orientação profissional e de formação profissional, estreitamente ligados ao emprego, em particular através dos serviços públicos de emprego.

“2. Essas políticas e programas deverão ter em devida conta: a) as necessidades de emprego, oportunidades e programas em âmbito regional; b) o estágio e o nível de desenvolvimento econômico, social e cultural; e c) o relacionamento recíproco entre o desenvolvimento de recursos humanos e outros objetivos econômicos, sociais e culturais.

“3. As políticas e os programas deverão ser implementados através de métodos que sejam apropriados às condições nacionais.

“4. As políticas e os programas deverão ser destinados a melhorar a capacidade do indivíduo de compreender e influenciar, individual ou coletivamente, o trabalho e o meio ambiente social.

“5. As políticas e os programas deverão encorajar e habilitar todas as pessoas, em bases iguais e sem qualquer tipo de discriminação, a desenvolver e a utilizar suas capacidades para o trabalho em seus melhores interesses e de acordo com suas próprias aspirações, tendo em conta as necessidades da sociedade.”

Documento na íntegra em www.oitbrasil.org.br/node/496

Direitos sociais na Constituição

A Constituição Federal, em seus artigos 6º e 205, estabelece a educação e o trabalho como direitos sociais.

“Art. 6º. São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos

desamparados, na forma desta Constituição.”

“Art. 205º. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

Educação básica e profissional na LDB

A LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação – 9.394/1996) prevê que a educação básica deve dar condições de o cidadão progredir no trabalho: “A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.”



Oferecer serviços públicos de qualidade

A tarefa para o futuro próximo é extirpar a lógica mercantil do atendimento à população

PARA A ECONOMISTA **Ceci Juruá**, pesquisadora da Uerj (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), uma característica básica do serviço público “é que não há mercado no sentido que a teoria econômica entende, ou seja, um equilíbrio entre oferta e demanda”, embora haja a tentativa de se impor a ele a lógica mercantil. “As decisões nos serviços privados devem resultar da oferta e da demanda, mas no público devem pautar-se por valores intangíveis, ou seja, éticos e morais que estão consagrados no pacto social que é a Constituição Federal”, pontua Juruá.

Ainda, os dois setores pautam-se por noções de justiça e ética totalmente díspares. “Na gestão política democrática, injusto é o que contraria a lei e introduz iniquidades. A lei é a bíblia do servidor público. Se cumprida, teríamos muito menos problemas do que a imprensa aponta”, acredita. Nas organizações privadas, lembra ela, a noção de preço justo está presente. No entanto, trata-se do que garante o equilíbrio econômico-financeiro do agente privado. “Mesmo havendo cláusulas de modicidade, a lógica é outra, muito distante da que deve orientar o serviço público.”

Portanto, continua, “a passagem de um regime a outro não é trivial”.

Tal processo remonta especialmente às privatizações realizadas na década de 1990, quando diversos serviços públicos, como telefonia e energia elétrica, foram desestatizados. “Em nome da pós-modernidade, ou seja, do neoliberalismo, que é a ideologia dos interesses hegemônicos dos Estados Unidos, surgiram inúmeras propostas de substituição da gestão democrática pela governança corporativa, criando completa e arriscada inversão de valores”, descreve. “Arriscada porque, ao rom-



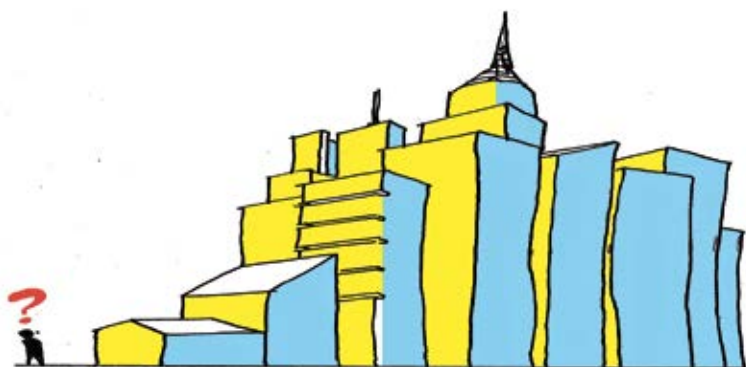
per com os princípios que a legitimam, a democracia pode se transformar em despotismo ou tirania que, de certa forma, é o que vivemos hoje, tirania dos mercados e poder despótico do capital. É preciso extirpar a lógica mercantil do serviço público.”

Tônica neoliberal

“Alguns anos atrás, uma ideologia poderosa – a crença em mercados livres e irrestritos – levou o mundo à beira da ruína. Mesmo em seu apogeu, do início

O capitalismo desregulado ao estilo americano só trouxe um maior bem-estar material para os muito ricos dos países ricos do mundo

dos anos 1980 até 2007, o capitalismo desregulado ao estilo americano só trouxe um maior bem-estar material para os muito ricos dos países ricos do mundo.



Aliás, no curso de sua ascendência ideológica de 30 anos, a maioria dos americanos sofreu um declínio ou estagnação da renda ano após ano. De mais a mais, o crescimento da produção nos Estados Unidos não foi economicamente sustentável. Com tanta renda nacional americana indo para tão poucos, o crescimento só poderia continuar via consumo financiado por um endividamento crescente.” A citação do Nobel de Economia, Joseph Stiglitz (em *A crise ideológica do capitalismo*), serve para demonstrar o equívoco da opção neoliberal que varreu o País nos anos 1990.

Tal virada, segundo ela, foi sinalizada pela derrota dos candidatos da frente popular em 1989 e 1994. “No governo Collor (1990-1993), para além do sequestro da poupança, houve o enterro do modelo desenvolvimentista”, pontua. Destaca-se nesse período o I Programa Nacional de Desestatização. Em seguida, afirma, com o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2001), vieram o Plano Real e “diretrizes de um novo modelo econômico para o País com inserção subordinada da economia brasileira na divisão internacional do trabalho”. Entrava na agenda o modelo de financeirização, concentração do capital produtivo, desnacionalização crescente e reprimarização da economia.

Celso Furtado: criatividade e rigor

“É preciso praticar a razão crítica, resgatar nossa capacidade histórica de gerar um pensamento original, como é o pensamento de Celso Furtado. Reli recentemente em ordem cronológica a sua obra. Do primeiro livro, aliás o único citado, ‘Formação econômica do Brasil’, até o último, ‘Raízes do subdesenvolvimento’, nenhuma incoerência. Isso porque ele tinha um método próprio, apresentado, em 1976, no ‘Prefácio à nova economia política’. Celso Furtado leu todos os clássicos da economia, bem como os neoliberais, leu Marx, leu todos os filósofos. Mergulhou na história, nos momentos e problemas sociais cruciais do País. Fez uma síntese original capaz de corresponder à realidade brasileira, transformando-se no principal economista brasileiro, quicá da América Latina, um grande pensador.”

Ceci Juruá, 12 de agosto de 2011.

“Nós, brasileiros, tivemos no século XX conquistas notáveis nos campos da economia, política e cultura, apesar dos longos períodos de suspensão dos direitos civis”, lembra pesquisadora

O mesmo espírito, afirma Juruá, orientou a reforma do Estado, empreendida na época. “Os serviços repassados ao setor privado ficaram sujeitos ao pensamento único. Um conjunto de dogmas, dez mandamentos elaborados em Davos, na Suíça, no início dos anos 1990. Tratou-se de não mais inovar, não mais criar. Adotar padrões imitativos da cultura anglo-saxã era a diretriz.”

Entre os dogmas, situa-se a obsessão pelo Estado mínimo e a crítica à arrecadação e ao gasto públicos. Juruá desmonta o que considerava a falácia da excessiva carga tributária nacional, necessária ao financiamento dos serviços públicos, dos quais grande parte da população depende: “A líquida (*descontados os gastos com juros e seguridade*) é de 15% do PIB (*Produto Interno Bruto*), muito baixa em vista do que se exige do Estado.” O resultado desse modelo é a crescente dificuldade de adequar a oferta de serviços públicos aos requisitos da ética e da cidadania, pelos quais a sociedade manifestou preferência, inclusive no pacto social que é a Carta Magna de 1988, conhecida como Constituição Cidadã.

O bom, o belo e o justo

Para ela, a promulgação da Constituição, “elaborada a cada linha pelos movimentos sociais”, é um dos momentos singulares da história do País em termos de cidadania e direitos. “Na verdade, nós, brasileiros, tivemos no século XX conquistas notáveis nos campos da economia, política e cultura”, apesar dos longos períodos de suspensão dos direitos civis. Essencial, conclama Juruá, é valorizar tais avanços, realizados em contexto de extraordinário crescimento demográfico. “Saltamos de 31 milhões de habitantes, em 1930, para 170

milhões, em 1980, e 200 milhões agora. As nossas tarefas e realizações devem ser multiplicadas por esse crescimento populacional, o qual foi fundamental para ocupar o território brasileiro.” Mais um dos feitos da época, na sua opinião, foi o nascimento da classe média brasileira, que gerou notáveis homens no campo do saber, como Celso Furtado, Cesar Lattes, Paulo Freire, Glauber Rocha, Milton Santos, Oscar Niemeyer, Lúcio Costa, Dias Gomes, Darci Ribeiro. Importante na dinâmica das últimas décadas foi a capacidade do povo brasileiro de preservar “espaços democráticos, como têm sido as conferências nacionais”.

“Para Sócrates, filósofo da Grécia antiga, ser virtuoso é a mais importante de todas as coisas e consiste em perseguir a beleza, a bondade e a justiça”, esclarece a pesquisadora, para quem a tarefa que se configura atualmente no Brasil é exatamente a busca por justiça social, na qual se insere o serviço público. “Juntamente com o salário mínimo, esse é o principal instrumento de distribuição de renda no Brasil”, afirma.

Porém, implantar no País uma estrutura de atendimento à população com respeito à ética e à cidadania, de acordo com aspirações históricas dos brasileiros, é ainda uma incerteza. “Eu diria que isso vai depender da relação política, ou seja, das forças sociais e do grau de soberania do Estado.”

Por fim, ela contraria a lógica do mimetismo anglo-saxão para afirmar: “Ter qualidade é ser brasileiro.”

Síntese da palestra “Ética, qualidade e cidadania nos serviços públicos”, proferida durante o 2º Encontro Regional da CNTU, realizado na cidade de Vila Velha, Região Metropolitana de Vitória (ES), em 12 de agosto de 2011.



Previdência é principal política social brasileira

Maior desafio é incluir os 11 milhões de trabalhadores atualmente desprotegidos

NÃO É POSSÍVEL DISCUTIR previdência no Brasil sem abordar o aspecto mais relevante do debate que inclui as políticas de proteção social. A afirmação é de **Jorge Abrahão de Castro**, diretor de Estudos e Políticas Sociais do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Para ele, é preciso ter consciência do “sistema invejável existente no Brasil, criado especialmente após a Constituição Federal de 1988, que introduziu a ideia de direito social”.



Tais conquistas, afirma, não são benéficos do Estado, mas fruto das lutas populares travadas no País, o qual hoje tem políticas sociais que respondem por gastos da ordem de 22% do PIB (Produto Interno Bruto). Essas envolvem diversos sistemas, como o de saúde pública, com mais de 64 mil clínicas, o de educação, com mais de 200 mil escolas, o de previdência, com mais de 2,6 mil agências, distribuídos em todo o território nacional. “Isso tudo começou

em 1923, com a primeira lei da previdência. De lá para cá, vimos avançando profundamente e essa institucionalidade indica se estamos ou não caminhando para ser um país desenvolvido”, avalia. Atualmente, lembra ele, esse progresso alastra-se por outros setores, como a assistência social, “que caminha para ser um direito, saindo da assistência social da primeira-dama para se constituir em direito do cidadão”. Uma outra inovação constitucional é a previdência rural como modelo de seguridade social, baseada na solidariedade. “A Constituição de 1988 tem a solidariedade social como um pilar da modernidade.”

Bem-estar

Contudo, o arcabouço legal em si não basta, lembra Abrahão. “Tudo seriam palavras soltas se o Estado e a sociedade não tivessem partido para montar estruturas concretas, sistemas nacionalmente articulados, com carga tributária elevada.” Embora reconheça a ainda precariedade do sistema – que não garante qualidade de vida digna à grande maioria da população, a penar também com a deficiente infraestrutura urbana

brasileira –, o pesquisador insiste que o País vem avançando em políticas inclusivas e de sustentabilidade social.

Segundo Abrahão, “80% do serviço público está conectado à ideia de bem-estar social, empregando 4,5 milhões de trabalhadores na ativa, o que representa 10% do emprego no Brasil”. Outra função fundamental das políticas sociais é a distribuição de renda e o aquecimento do mercado interno. “São um mix de transferência de renda e oferta de serviços”, resume. Apenas o sistema previdenciário tem 28 milhões de beneficiários, dos quais 23 milhões recebem um salário mínimo. Com gasto equivalente a 11% do PIB, a previdência torna-se o centro das políticas sociais, destaca Abrahão. “Se tirássemos a previdência social do Brasil, imediatamente a pobreza seria ampliada em 20 milhões de pessoas”, calcula. “Quando falamos em mercado interno, referimo-nos a esse segmento, que pode tomar crédito, gasta tudo o que ganha e consome bens de primeiríssima necessidade, geralmente produzidos pela indústria nacional.”

Pensar na velhice

Além de enfrentar problemas históricos, as políticas sociais no Brasil abriram-se às demandas que se



impuseram no século XXI, como as ligadas a gênero, etnia, juventude e transformações demográficas, destaca o diretor do Ipea. “Começa-se a trabalhar com problemas concretos, como o envelhecimento da sociedade brasileira. Projeta-se um salto das 3 milhões de pessoas com mais de 80 anos atualmente para 12 milhões em 2030. O Estado deve se preparar para essa grande questão, pois serão exigidas políticas de saúde muito diferentes das que temos hoje.”

Nesse contexto, grave problema a ser enfrentado é a exclusão de 40% da PEA (População Economicamente Ativa) da previdência. “Os idosos que temos hoje estão razoavelmente cobertos, mas os do futuro, não. O grande desafio é trazer para dentro da previdência esses 11 milhões de trabalhadores que estão na informalidade.” Não obstante a ampliação do mercado formal, Abrahão aponta a necessidade de um processo que assegure a universalização da cobertura da seguridade social “em prazo relativamente curto e numa faixa de idade em que já não se encontra emprego”.

Não obstante o aumento do mercado formal, é preciso assegurar a universalização da cobertura da seguridade social

“Diferentemente do mundo intelectual – que é muito pequeno e abarca apenas 5 milhões de pessoas que poderão continuar a trabalhar após os 65 ou 70 anos –, a grande maioria da PEA tem enorme dificuldade de encontrar emprego após os 65 anos, mesmo porque encontra-se em condições físicas debilitadas.” A questão das mulheres é ainda mais complexa. “As futuras idosas não estão na previdência”, alerta Abrahão. Diante desse quadro preocupante, ele esclarece um dado positivo a contrariar o senso comum e o mantra conservador amplificado pela mídia: “O déficit da previdência está em queda. Mesmo pensando 20 anos pela frente, não se pode fazer o alarme de que seja insustentável. Como

todo sistema previdenciário, o brasileiro deve passar sempre por modificações para acompanhar as alterações demográficas, mas não se pode alegar que o déficit seja o problema.” Abrahão lembra que “grande parte do financiamento da previdência vem do sistema contributivo, mas não é preciso que seja sempre assim, pois outra base tri-

butária pode financiar a estrutura”. Como, aliás, estabelece a Constituição brasileira.

Síntese da palestra “Políticas sociais e previdência”, proferida durante o 2º Encontro Regional da CNTU, realizado na cidade de Vila Velha, Região Metropolitana de Vitória (ES), em 12 de agosto de 2011.

Desproteção vem diminuindo, mas ainda é grande

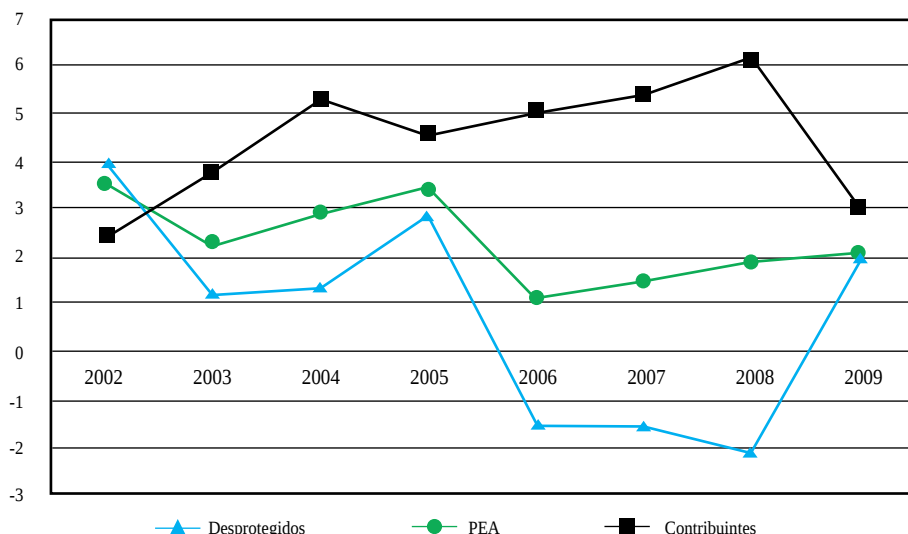
No gráfico, observa-se o crescimento anual do contingente de contribuintes ao RGPS (Regime Geral da Previdência Social) ou ao RPPS (Regime Público de Previdência Social) em relação ao crescimento da PEA (População Economicamente Ativa), bem como do número de pessoas ocupadas ou desocupadas, sem qualquer tipo de proteção previdenciária. Observa-se entre 2003 e 2009 um ciclo no qual amplia-se mais o número de indivíduos protegidos que o de desprotegidos.

No entanto, até 2005, a desproteção seguiu crescendo em termos absolutos, totalizando 38,8 milhões de pessoas nessa condição. A partir de 2006, o quadro é bastante distinto, revelando drástica redução da desproteção previdenciária até 2008, prin-

cipalmente pela diminuição do número de desempregados. Vale assinalar que esse é o tipo de trajetória que pode promover uma mudança substantiva no perfil da proteção social no Brasil, revertendo o estoque acumulado de desproteção. Em 2009, não só se testemunhou a desaceleração do crescimento das ocupações protegidas, mas também a volta da criação de situações de desproteção, principalmente pelo aumento do número de pessoas desempregadas, provável reflexo da crise naquele momento. Dados parciais de 2010 já apontam para uma volta ao ciclo virtuoso.

Fonte: Ipea. Políticas sociais: acompanhamento e análise, v. 1, Capítulo 1, Previdência Social, pp. 22-23. Brasília, 2011.

Variação anual do número de contribuintes da Previdência, da PEA e das pessoas desprotegidas – em %



Fontes: PNADs/IBGE

Eficiência e qualidade na gestão pública

Reforma administrativa em implantação no Brasil visa valorizar serviços em contexto de globalização dos mercados

“UM ESTADO NACIONAL é um conjunto de instituições, dentre elas o governo, que administra uma nação em território politicamente organizado. Entende-se que o território tem soberania e uma ordem jurídica constituída”, define **Rubens Araújo de Oliveira**, presidente da Fundação Escola de Governo de Santa Catarina. A administração pública seria “o ferramental do qual se utiliza o Estado para atender as necessidades da sociedade”. Essas sujeitas a mudanças ao longo do tempo e em diferentes realidades.

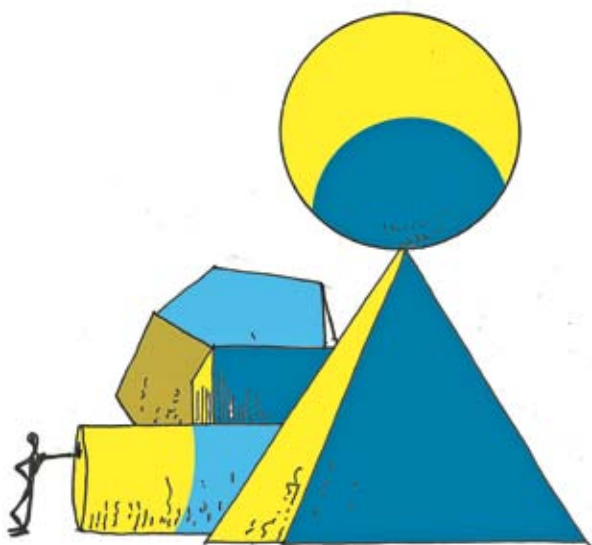
“Depois da Segunda Guerra Mundial, deu-se o maior período de bonança e desenvolvimento da humanidade, com taxas de crescimento incríveis, processo em que o Estado teve papel central”, descreve. Tal ciclo se prolongou até as crises do petróleo, nos anos 1970, quando entrou em declínio, e o Estado passou a ser questionado na sua capacidade de manter os níveis de crescimento, a partir da compreensão neoliberal, que

passava a impor disciplina fiscal e privatização de serviços e ativos públicos. Segundo Oliveira, a partir de 1990, com a ênfase na globalização dos mercados, teria sido reduzida a capacidade das nações de formular e implementar políticas econômicas e sociais, delineando-se uma “quase crise do Estado”.

Depois da Segunda Guerra Mundial, deu-se o maior período de bonança e desenvolvimento da humanidade, com taxas de crescimento incríveis, processo em que o Estado teve papel central

Nesse contexto, surgiu, inspirada na chamada “terceira via” então propalada pelo britânico Tony Blair, a nova administração pública (NPM – *New Public Management*), acredita Oliveira. Ele pondera, no entanto, que a questão colocada é se o Estado esgotou ou não a capacidade de promover e induzir o desenvolvimento econômico e social por meio de políticas públicas. “Por que há

esse debate e por que está sempre se falando em reforma do Estado e da administração pública? Em primeiro lugar, porque há uma crise fiscal, ou seja, da capacidade de financiamento do Estado em todo o mundo, com níveis elevadíssimos de endividamento público, sem condições de poupar e investir, gerando falta de credibilidade da sociedade na coisa pública.” Além disso, acrescenta, há uma crise institucional, em que a so-



ciedade avalia negativamente a gestão e o servidor público, cuja capacidade de aplicar as ferramentas da administração também é posta em dúvida.

Modelos

Oliveira entende que houve dois grupos de reforma da gestão pública no Brasil, estando o segundo em fase de implantação. “As reformas de primei-

O texto constitucional aponta para o exercício da soberania popular através da adoção de uma teoria democrática participativa

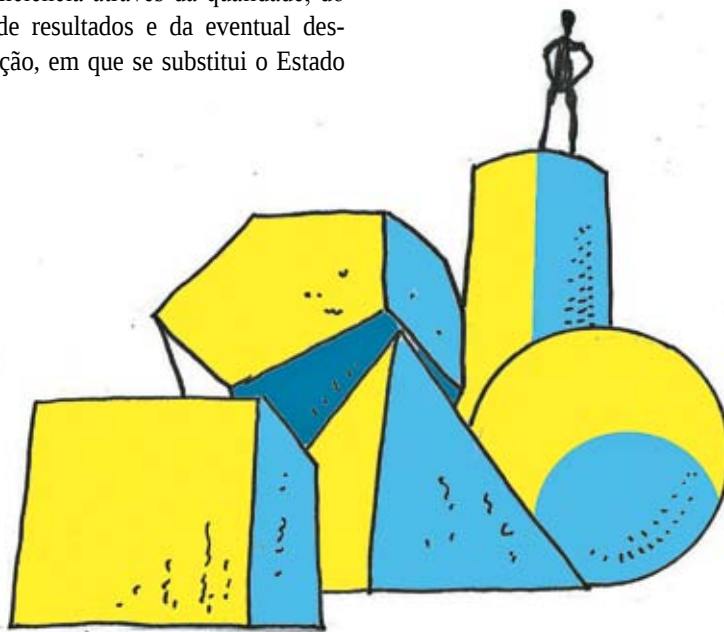
ra geração, nos anos 1990, foram marcadas por demissão de funcionários, privatização de empresas, valorização do mercado como mecanismo distribuidor”, avalia. Para ele, essa tônica foi alterada a partir da crise internacional, “exigindo-se uma segunda geração de reformas que visam o Estado como garantidor das coisas coletivas e regulador das imperfeições dos mercados”.

Na sua opinião, a fase atual implica “valorização do Estado dentro da economia globalizada”, cuja ferramenta de gestão é a aferição de desempenhos e resultados. “O Estado nunca deixou de desempenhar suas funções clássicas de alocação e distribuição de recursos e estabilização do sistema econômico. No entanto, na contemporaneidade,

surgem duas palavras que talvez indiquem o que está por vir: governabilidade e governança.” A primeira seriam as condições políticas para o exercício das políticas públicas e a segunda, a capacidade de realizá-las, transformando efetivamente a realidade, explica Oliveira. Segundo ele, “trata-se de implantar uma burocracia gerencial que procura eficiência através da qualidade, do controle de resultados e da eventual descentralização, em que se substitui o Estado

empresário pelo normativo, provedor direto apenas das políticas sociais”.

Síntese da palestra “Reforma do Estado e da administração pública”, proferida durante o 2º Encontro Regional da CNTU, realizado na cidade de Vila Velha, Região Metropolitana de Vitória (ES), em 12 de agosto de 2011.



Constituição e administração

Rejane Esther Vieira

Observa-se no Brasil, assim como em outros países, que o direito constitucional e o administrativo consagram o princípio da participação de maneira expressiva. A Constituição Federal brasileira avançou a mera enunciação dos princípios da democracia e do estado de direito, estabelecendo uma série significativa de normas voltadas a respaldar a adoção de institutos participativos na administração pública. No que tange à administração pública atualmente, passa a adotar novos métodos de atuação voltados para a cultura do diálogo, de favorecer o trabalho da sociedade sobre ela mesma. Percebe-se que a administração depende da vitalidade das intervenções sociais e da dinâmica dos atores sociais. A administração assume hoje a função de harmonizar o comportamento dos atores sociais, procurando ser mais transparente, distanciando-se dos modelos burocráticos puramente gerenciais e neoliberais.

Constata-se no texto constitucional aprovado em 1988 um conjunto de aspirações da sociedade civil no tocante à participação e à transparência na gestão pública, sendo o resultado dos processos de mobilização e das pressões exercidas por vários segmentos da sociedade. A Constituição de 1988 acentuou esse processo de forma decisiva, ao institucionalizar princípios pautados em conceitos como participação e controle social. O texto

A fase atual implica valorização do Estado dentro da economia globalizada, cuja ferramenta de gestão é a aferição de desempenhos e resultados

constitucional exerceu influência determinante no formato e conteúdo das políticas públicas que se seguiram no debate sobre participação e espaços públicos no Brasil.

O texto constitucional aponta para o exercício da soberania popular através da adoção de uma teoria democrática participativa. No art. 14, ela prevê a utilização dos mecanismos diretos de participação popular, iniciativa popular, referendo e plebiscito, na soberania popular. A partir da utilização desses instrumentos, possibilita-se a implementação inicial e gradual da democracia participativa, reestruturando o modelo de delegação de poderes, instaurado pelo estado liberal.

Rejane Esther Vieira. “Administração pública de caráter democrático e participativo no estado de direito no Brasil: o novo serviço público face à Constituição de 1988”. In: Direitos fundamentais e democracia, v. 4. Curitiba, 2008.

Construir hoje o Brasil do futuro

É preciso planejar e investir na infraestrutura de um país que muda aceleradamente

O CRESCIMENTO ECONÔMICO verificado nos últimos anos, após mais de duas décadas de estagnação e desemprego crescente, trouxe à tona um grave obstáculo ao pleno desenvolvimento nacional: a deficiência da infraestrutura brasileira. Quem aponta é o presidente do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), **Marcio Pochmann**. “O Brasil contratou o crescimento pelas próximas duas décadas; chegará à segunda metade da década atual sendo a quinta economia do mundo e talvez tendo superado a miséria.”

Porém, adverte, há desafios gigantescos a serem vencidos, entre os quais as atuais precariedades dos sistemas de educação e de ciência e tecnologia.

Conforme ele, tal cenário é herança de uma lógica elitista que deixou milhões de brasileiros à margem dos rumos do País. “Aqueles que pensaram o Brasil em termos de infraestrutura o fizeram para atender a uma minoria. A totalidade do Brasil não cabia nos seus planos”, resume. A partir de 1930, lembra ele, liderada por Getúlio Vargas, constituiu-se uma maioria política que conduziu o Brasil por 50 anos e tinha clareza do seu papel no mundo. Lamentavelmente, ressalta, na maior parte desse período, predominou o autoritarismo e não foram feitas as reformas necessárias enquanto o País se industrializava. “Não fizemos a reforma agrária, o que fez com que mais de 100 milhões deixassem o campo; não fizemos a reforma tributária, que faz com que os ricos praticamente não paguem impostos; e não fizemos uma reforma social, portanto, não criamos acesso à infraestrutura social, como habitação, saneamento, transporte público, educação e saúde.”



Crescimento e democracia

Na sequência das décadas de crescimento, vieram a crise da dívida em 1981 e 26 anos de estagnação. Tal cenário transformou-se a partir da eleição do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, surgindo uma nova maioria política cuja tônica é desenvolvimento com democracia, com a busca da expansão econômica firmando-se no fortalecimento do mercado interno. “Nas últimas três eleições, ficou muito claro que a sociedade não quer mais uma economia de voo de galinha”, diz. Comprovação dessa guinada, afirma Pochmann, foi a forma como se deu o enfrentamento da turbulência financeira internacional em 2008. “Nas crises de 1981, 1990, 1995, 1999, o País tomou medidas que as aprofundaram. Aumentou juros e tributos; reduziu investimentos e gastos públicos. Em 2008, o governo brasileiro desonerou setores econômicos, programou a redução da taxa básica de juros, ampliou o gasto social e o investimento público, aumentou o salário mínimo, duplicou os recursos do BNDES (*Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social*) e fortaleceu os bancos públicos”, compara.



Apesar da mudança, ainda há muito por fazer para se alcançar o desenvolvimento, que não virá por si só, alerta Pochmann. “Deve ser planejado e perseguido e para isso é preciso ter Estado”, afirma. E faz uma advertência: “Trata-se de tomar e implementar decisões fundamentais que repercutirão décadas afora.” Além disso, apesar do consenso favorável pelo desenvolvimento, afirma o presidente do Ipea, há dúvidas sobre a qual modelo de nação o crescimento projetado servirá. “Será o Brasil da fama, da fazenda, da mineração, da maquiladora, ou o Brasil do vácuo, do conhecimento?”, questiona. “É um espanto sermos o maior exportador de café *in natura* e os Estados Unidos e a Itália, que não plantam um pé de café, a não ser como planta ornamental, serem os maiores exportadores de café solúvel. A geração de valor agregado é o que dá maior riqueza e melhores empregos”, exemplifica.

Constrangimentos nacionais

Para que se faça uma opção efetiva por esse “Brasil do vácuo”, defende Pochmann, é necessário vencer uma série de constrangimentos. O primeiro é o aprofundamento do processo democrático, experimentado há breves 26 anos no País. Outro é a debilidade do sistema de segurança brasileiro, cuja tarefa é atender a fronteira seca, que inclui 150 cidades vizinhas a outros países, além dos 8.500km de fronteira marítima, ponto especialmente sensível, tendo em vista as reservas de petróleo na camada do pré-sal. Grave nó a ser desatado é o gargalo educacional, que representa problema de natureza técnica, além de social e econômica. “Não podemos nos conformar com uma situação em que apenas 14% dos jovens de 19 a 24 anos estão matriculados no ensino superior”, dispara. “O Vietnã, mesmo tendo 60% da população no campo, criou 300 universidades públicas, tem 32% dos jovens de 19 a 24 anos cursando o ensino superior, perseguindo a meta de 70% em 2020”, aponta. “Enquanto isso, temos 3,8 milhões de jovens de 16 a 19 anos fora da escola, e na mesma situação estão 600 mil jovens de 14 anos.” A agravar a estatística a alta evasão. “Apenas 15% dos que ingressam nos cursos de engenharia chegam até o fim.” Completando, das 1,4 milhão de pessoas que ingressam anualmente no mercado de trabalho, apenas metade tem escolaridade

Apesar da mudança, ainda há muito por fazer para se alcançar o desenvolvimento, que não virá por si só

adequada. E só 20% dos atuais 8 milhões de desempregados têm alguma experiência de trabalho e aprendizagem.

Necessário ainda fazer frente ao poder das corporações globais, muitas vezes mais ricas e poderosas que economias nacionais. “Não são mais os países que têm empresas, e sim o contrário. Tal magnitude traz problemas à democracia, pois se trata de profundo desbalanceamento de forças entre o privado e o público.” Paralelamente, o País precisa se posicionar diante do deslocamento do centro dinâmico da economia mundial, que não está mais nas nações desenvolvidas. “A locomotiva do mundo hoje passa por Brasil, Índia e China”, constata. E para participar do jogo é preciso ter companhias fortes. “A China pretende ter 25% das 500 maiores empresas globais. E o Brasil, o que quer?” Para Pochmann, é uma necessidade estratégica que o País te-

nha grandes empresas. Não pode, contudo, descuidar das pequenas e médias, decisivas para gerar empregos e distribuir renda.

Mais um constrangimento é o despreparo para a mudança demográfica que deve acontecer a partir de 2030 no Brasil. “Seremos 207 milhões de habitantes, e a partir daí haverá redução da população, chegando a 205 milhões em 2040”, pontua. Ele destaca ainda o consequente envelhecimento dos brasileiros. Segundo o presidente do Ipea, a população brasileira com idade até 14 anos vem se reduzindo fortemente: era 34% em 1990, é 24% hoje e será apenas 12% em 2030. Enquanto isso, a população com 80 anos ou mais, hoje de 3 milhões de pessoas, somará 20 milhões em 2030. “Em termos de saúde pública, isso implica mudanças radicais”, alerta.

Para o presidente do Ipea, “essas são as questões que nos conectam ao futuro. Precisamos construir pelo consenso uma sociedade fundada no conhecimento. Nada melhor que a CNTU para liderar esse processo”.

Síntese da palestra “Desenvolvimento e infraestrutura”, proferida durante o 3º Encontro Regional da CNTU, realizado em Goiânia (GO), em 23 de setembro de 2011.

Baixo investimento em infraestrutura

Atualmente, a relação PIB (Produto Interno Bruto)/investimentos em infraestrutura no Brasil está em torno de 2,7%. Entre 2006 e 2009, a inversão foi em média de 2,1%. Para alcançar o patamar recomendado pelo Banco Mundial para manter o estoque de capital existente, acompanhar o crescimento e as necessidades da população e, progressivamente, universalizar serviços de água e saneamento (20 anos) e eletricidade (cinco anos), o índice necessário é de 3%, sem contar o déficit acumulado. Caso o Brasil queira alcançar, em 20 anos, os atuais padrões de infraestrutura observados por exemplo na Coreia do Sul, seria necessário elevar os investimentos a 4% a 6% do PIB ao ano por duas décadas. A tabela mostra o pequeno nível de investimento em infraestrutura no Brasil, comparado a outros países em desenvolvimento.

Apud: Frischtak, Cláudio R. “O investimento em infraestrutura no Brasil: histórico recente e perspectivas”. Ipea, Pesquisa e planejamento econômico, v. 38, n. 2, ago. 2008. Disponível em: <http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/1129/1033> (consulta em 5/3/2012).

Investimentos em infraestrutura: países selecionados (em % do PIB)

	Brasil	Chile	Colômbia	Índia	China	Vietnã	Tailândia	Filipinas
Ano/período	2007	2001	2001	2006-2007	2003	2003	2003	2003
% do PIB	2,03	6,2	5,8	5,63	7,3	9,9	15,4	3,6

*Fontes: Chile e Colômbia: Banco Mundial (2005); Vietnã, Tailândia, Filipinas e China: Banco Mundial (2005)
Índia: Governo da Índia; Brasil*

Saneamento: essencial à saúde pública

É possível universalizar os serviços de água e esgoto em uma década, investindo-se anualmente 0,75% do PIB

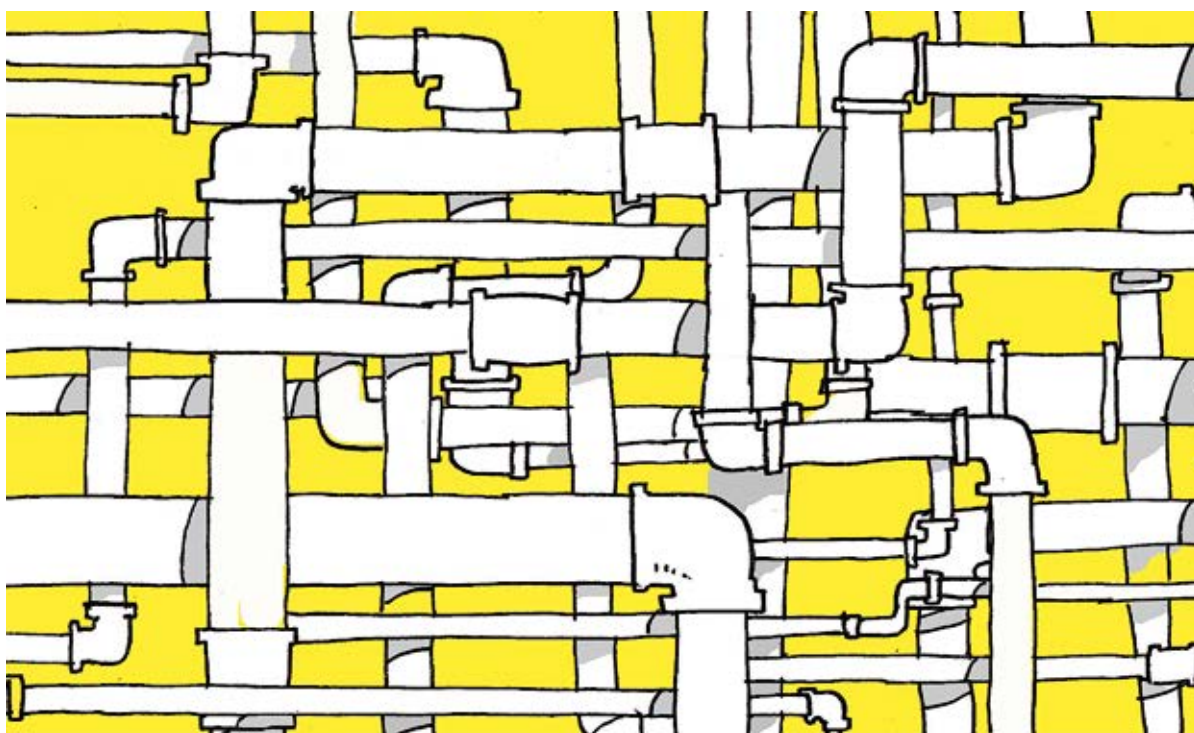
“AR LIMPO, água de boa qualidade, coleta e tratamento de resíduos sólidos, esgotamento sanitário, níveis aceitáveis de ruído.” Essa é a definição de saneamento ambiental para **Edson Melo Filizzola**, assessor de Planejamento da Saneago (Saneamento de Goiás S.A.). Tal compreensão mais ampla do saneamento, no entanto, institucionalmente é relativamente recente no Brasil, tendo sido consagrada pela Lei 14.445, de 2007, que estabeleceu a política nacional para o setor, informa ele.



Segundo o especialista, além de definir as tarefas a serem cumpridas, que incluem a drenagem urbana, as novas regras conferiram importante papel ao município, cabendo-lhe a responsabilidade de planejar as ações de saneamento, podendo executá-las ou delegá-las a empresa municipal, estadual

ou mesmo privada. A legislação criou ainda a figura do órgão de regulação, cuja missão é avaliar tarifas, definir mecanismos de eficiência e eficácia e estabelecer padrões e normas para adequação dos serviços. Tais estruturas, contudo, seguem em fase de implantação em vários estados.

De acordo com Filizzola, a grande expectativa em relação ao marco legal é que esse possa incentivar investimentos e animar projetos que revertam o quadro no setor, particularmente do saneamento básico, que diz respeito à distribuição de água tratada e coleta e tratamento de esgotos. No ambiente urbano, mais de 95% da população recebe



água potável. No entanto, incluindo os que vivem na área rural, 18% dos brasileiros estão excluídos do serviço, essencial à saúde pública. Enquanto isso, 52% do esgoto urbano é coletado, mas apenas 37,9% desse é tratado. “Essa é a diferença que precisa ser tirada”, enfatiza. Universalizar tais serviços em 20 anos demandaria investimentos anuais da ordem de 0,38% do PIB (Produto Interno Bruto) – equivalente a R\$ 13,5 bilhões –, contra os atuais 0,24%. Para reduzir esse prazo à metade, como propõem os sanitaristas e suas entidades, resolvendo a questão em dez anos, os recursos teriam que ser da ordem de R\$ 27 bilhões ao ano, ou 0,75%.

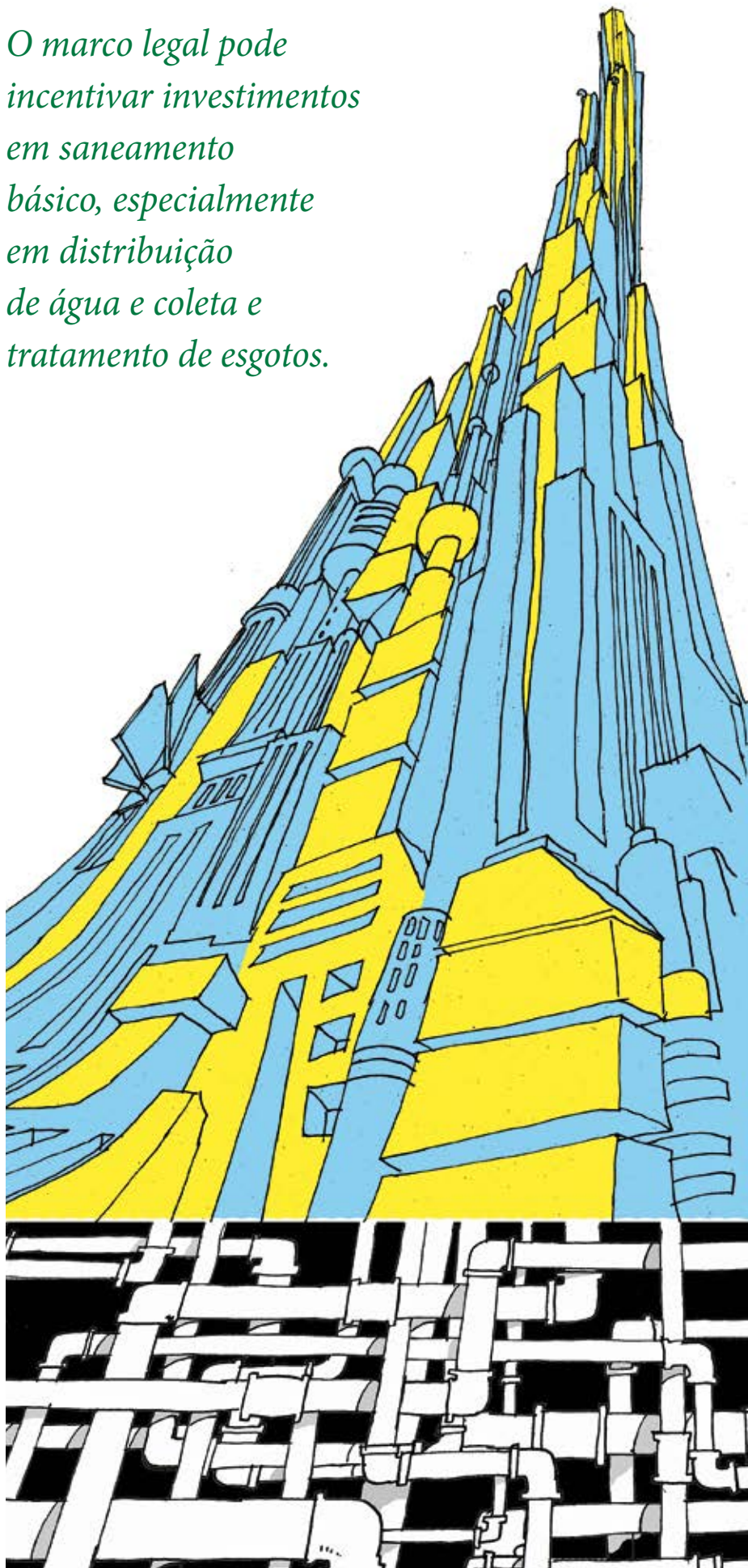
Precariedade

Enquanto os investimentos não se multiplicam, a população convive com a precariedade que marca o saneamento ambiental no Brasil, cujos avanços são essenciais à saúde pública. Para se ter uma ideia, o incremento da distribuição de água potável, atualmente acessível a 95% das populações das cidades, contribuiu para a queda da taxa de mortalidade infantil no País, de 69,2 por mil crianças nascidas vivas em 1980 para 21,1 em 2007.

Problema cada vez mais preocupante é o destino final dos resíduos sólidos. São geradas diariamente no País 160 mil toneladas de lixo. Do montante, apenas 40% tem disposição adequada, informa Filizzola. Segundo ele, a maior parte tem como destino os lixões, velho e grande problema ambiental, presente em 73% dos municípios.

Só a cidade de Goiânia, conta ele, produz diariamente 80 toneladas de lixo. “Cada estado está se virando para resolver o que fazer, alguns receberam autorização para uso na agricultura, outros não”, relata. Na sua opinião, resolver tal situação passa por criar empresas que operem em grande escala, gerindo vários aterros sanitários, com controle e tecnologia. O assessor chama atenção ainda para os crescentes problemas de drenagem urbana, causados pela baixa permeabilidade dos solos, canalização de rios, ocupação de encostas, ocupação de mananciais.

O marco legal pode incentivar investimentos em saneamento básico, especialmente em distribuição de água e coleta e tratamento de esgotos.



Síntese da palestra “Saneamento ambiental”, proferida durante o 3º Encontro Regional da CNTU, realizado em Goiânia (GO), em 23 de setembro de 2011.

Garantir energia e diversificar a matriz

A prioridade do planejamento é assegurar o fornecimento, visando desenvolvimento e inclusão social

O BRASIL TEM DISPÊNDIO *per capita* de energia considerado baixo, ficando na 90ª posição no *ranking* mundial, atrás de Chile e Argentina. “Isso reflete nosso nível de desenvolvimento social, com muitas áreas a serem desenvolvidas. Precisamos elevar o nível de consumo, não nos patamares dos países desenvolvidos, que incorrem no desperdício e estão sujeitos ao clima mais frio que exige aquecimento. Mas precisamos sair de 2.100 kilowatts/hora por habitante para uma faixa entre 6 mil e 7 mil”, observa **Geoberto Espírito Santo**, vice-presidente de Planejamento Energético do Fórum Nacional dos Secretários de Estado para Assuntos de Energia e presidente da Algás (Gás de Alagoas S.A.).



de Geografia e Estatística). Garantir segurança energética para que se possa prover o acesso ao serviço essencial à população e à atividade produtiva deve ser o primeiro objetivo do planejamento para o setor, afirmou Espírito Santo. “Não pode faltar energia ao desenvolvimento do País”, afirma. A segunda meta é propiciar modicidade da tarifa. Nesse sentido, ele critica o excesso de tributos e encargos incidentes sobre o consumo, que somam 13 e equivalem a 45% do valor pago na fatura.

Para Espírito Santo, o Brasil deve lançar mão de todas as fontes disponíveis, mas estabelecer de forma estratégica a sua

Essa elevação refletirá em melhores condições de vida da sociedade como um todo e também na universalização do acesso ao serviço de energia elétrica, do qual ainda estão excluídos 730 mil brasileiros, segundo o Censo de 2010 do IBGE (Instituto Brasileiro

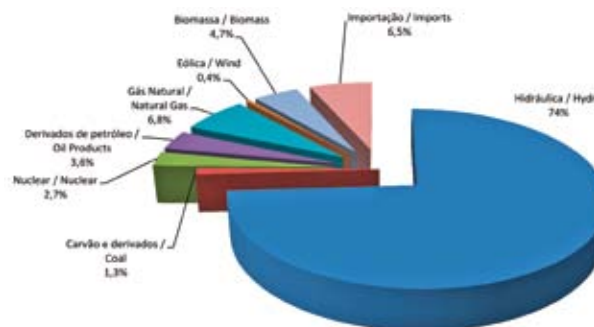


O Brasil deve lançar mão de todas as fontes disponíveis, mas estabelecer de forma estratégica a sua matriz energética, o que hoje é prejudicado pelo atual modelo do setor elétrico, que lança mão de leilões em que se misturam os tipos de geração em oferta

matriz energética, o que hoje é prejudicado pelo atual modelo do setor elétrico, que lança mão de leilões em que se misturam os tipos de geração em oferta. “Quem dá o menor preço, define a matriz energética. Não pode ser assim. Tem que definir quanto se quer, por exemplo, de energia eólica e, com base nessa meta, fazer leilões específicos”, explica. Para ele, é preciso esforço de descentralização, com fortalecimento da participação regional no planejamento nacional.

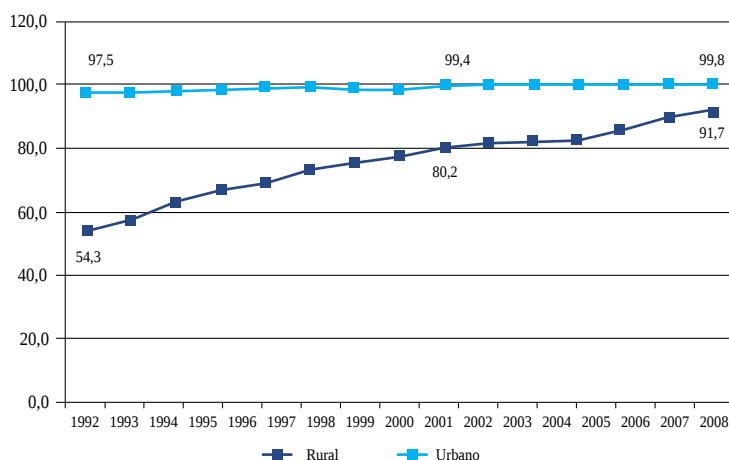
Síntese da palestra “Desafios energéticos”, proferida durante o 1º Encontro Regional da CNTU, realizado em Maceió (AL), em 20 de maio de 2011.

Oferta interna de energia elétrica por fonte



Fonte: Ministério de Minas e Energia. Balanço Energético Nacional 2011. p.16.

Acesso à energia elétrica por situação censitária urbana ou rural – 1992-2008



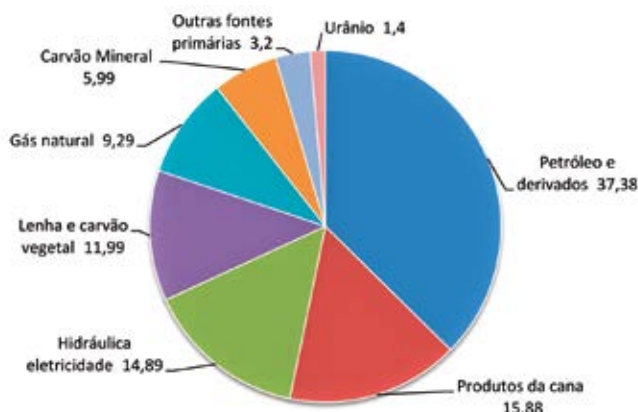
Fonte: Ipea (2010). Projeto Perspectivas do desenvolvimento brasileiro. Infraestrutura social e urbana no Brasil: subsídios para uma agenda de pesquisa e formulação de políticas públicas. Infraestrutura. Eletrificação rural e Programa Luz para Todos, livro 6, v. 2, p.304.

Luz para Todos

O gráfico abaixo apresenta a evolução do acesso à energia elétrica para os domicílios das zonas urbana e rural no período 1992 a 2008, com base em dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios). Observa-se relativa universalização do acesso à energia elétrica no meio urbano e a concentração de déficits absolutos e relativos nas áreas rurais. O relativo atraso nos indicadores de inclusão elétrica na zona rural só começa a ser revertido a partir de 2004.

Oferta interna de energia por fonte no BEN 2008

(em %)



Fonte: BEN 2008 (Brasil, 2008, p. 20)

Obs.: Outras fontes primárias agregam todas as fontes cuja participação foi menor que 1%

Ipea (2010). Projeto Perspectivas do desenvolvimento brasileiro. Infraestrutura econômica no Brasil: diagnósticos e perspectivas para 2025. Biocombustíveis no Brasil: etanol e biodiesel, livro 6, v. 1, p. 214.

Cidades sustentáveis exigem recursos e inovação

Concentração populacional e cultura de alto carbono são elementos críticos da sociedade contemporânea

PROFESSOR TITULAR do Instituto Astronômico e Geofísico da USP (Universidade de São Paulo), **Oswaldo Massambani** aponta dois elementos críticos da atualidade: a sociedade firmada na economia de alto carbono e a forte urbanização. “Do ano 1000 até um pouco antes da Revolução Industrial, a Terra manteve um equilíbrio termodinâmico em que a atmosfera, formada em 4,5 bilhões de anos, funcionava naturalmente. Veio alterar radicalmente esse equilíbrio uma invenção humana, o motor a combustão, que introduz a mudança do reservatório de carbono que estava estocado no subsolo para o carbono atmosférico, cuja concentração provoca o aquecimento planetário”, explica.



A situação agrava-se devido a uma cultura intensiva em emissão de carbono, que inclui a atividade industrial, a circulação de automóveis e o estilo de vida contemporâneo de alto impacto ambiental da cultura urbana. Conforme ele, mais da metade da

população do mundo vive em cidades, ocupando 2% da superfície dos continentes. Entretanto, gera mais de 2/3 das emissões de CO₂, consome a mesma fração de toda a energia gerada e 80% dos recursos naturais e produz anualmente 1 bilhão de toneladas

de resíduos. Diante da expectativa de que em 2050 70% da população viva nas cidades, as projeções ficam ainda mais preocupantes.

O Brasil, embora tenha padrões de consumo de energia inferiores aos países desenvolvidos, não escapa do problema. “Em 50 anos, a população do País dobrou cinco vezes”, ilustra Massambani. Segundo ele, trata-se de processo crítico, porque nesse período a cidade não consegue mudar sua infraestrutura, pois isso requer planejamento de longo prazo, praticamente inexistente no

Mais da metade da população do mundo vive em cidades. Embora ocupe apenas 2% do território, gera mais poluentes e consome 80% dos recursos naturais



Os governantes locais necessitam fazer com que os investimentos estejam focados de modo a promover infraestrutura urbana sustentável

Brasil, e exige, além de prever o meio físico, serviços que o façam funcionar. “Em 1960, o Brasil tinha seis cidades com mais de 500 mil habitantes. Hoje são 31 cidades com mais de 500 mil habitantes.” Massambani chama atenção para a tendência de crescimento populacional que chega agora aos municípios de médio porte, criando assim novas zonas de alta densidade populacional com forte pressão sobre os recursos naturais. “Quando se fala em qualidade de vida e infraestrutura urbana, está se falando de uma grande complexidade na relação com o meio ambiente.”

Sair da enrascada

Segundo Massambani, para reverter esse quadro é necessário “reinventar as cidades”, a despeito da disparidade entre elas. “Não importa se é na Suíça, Nigéria ou Brasil, os governantes locais necessitam fazer com que os investimentos estejam focados de modo a promover infraestrutura urbana sustentável”, afirma. Para tanto, recomenda, são necessários três pré-requisitos: adotar metas ousadas

de redução de energia e implantar as melhores práticas para o planejamento urbano, estabelecendo metas para as novas e antigas infraestruturas; investir nos avanços tecnológicos, que devem ser incorporados para apoiar e habilitar o planejamento, a construção e o uso de infraestrutura urbana; e adotar estratégias inovadoras de financiamento para viabilizar cerca de US\$ 20 a US\$ 30 trilhões para que as nações desenvolvidas trabalhem juntas com as em desenvolvimento para implantar iniciativas de baixo carbono.

Com base na C40 São Paulo Climate Summit 2011, evento do qual foi um dos coordenadores, Massambani atesta o empenho de governantes e pesquisadores na busca de soluções para variados problemas urbanos. No encontro em que 40 cidades, geralmente com população acima de 7 milhões de pessoas, apresentaram suas práticas inovadoras para enfrentamento das questões climáticas, destacaram-se ações que buscam eficiência energética; oferta de transporte público de alta capacidade e

baixa emissão; arborização urbana através da formação de bosques e parques lineares; gestão integrada de resíduos e geração de energia a partir desses; construções sustentáveis; drenagem urbana visando a ampliação da permeabilidade dos solos; cidades compactas buscando reduzir distâncias entre trabalho e moradia; implantação de bicicletário e ciclovias; engajamento público e participação social no planejamento urbano; adaptação da cidade às vulnerabilidades climáticas e prevenção de catástrofes; desenvolvimento de fontes de energia no ambiente urbano, diminuindo distâncias na distribuição; uso das tecnologias de informação na gestão em rede da infraestrutura; incentivo à indústria e à economia verde.

Síntese da palestra “Os desafios das megacidades frente às mudanças climáticas”, proferida durante o 3º Encontro Regional da CNTU, realizado em Goiânia (GO), em 23 de setembro de 2011.

Urbanização

A urbanização é responsável pela concentração da população em um espaço reduzido, com grande competição pelos recursos naturais, destruindo parte da biodiversidade. Os principais problemas relacionados com o uso do solo, que resultam em impactos diretos sobre os recursos hídricos, podem ser resumidos nos seguintes pontos:

Em 1960, o Brasil tinha seis cidades com mais de 500 mil habitantes. Hoje são 31 localidades com essa população

- *Ocupação de áreas de risco de encostas, sujeitas a deslizamentos, e de áreas ribeirinhas, sujeitas a inundações, agravada pela falta de planejamento e fiscalização.*
- *Maior densidade habitacional, com consequentes aumentos da demanda de água e da carga de poluentes lançados nos rios próximos às cidades, tendo em vista a disposição inadequada dos esgotos sanitários, pluviais e resíduos sólidos nas cidades.*
- *Ocorrência de erosão e sedimentação, gerando áreas degradadas.*
- *Excessiva impermeabilização das áreas urbanas e a cobertura e canalização dos rios, conforme modelos ainda correntes de assentamentos urbanos.*

Fonte: Ipea (2010). Projeto Perspectivas do desenvolvimento brasileiro. Infraestrutura social e urbana no Brasil: subsídios para uma agenda de pesquisa e formulação de políticas públicas. Gestão da drenagem urbana, livro 6, v. 2, p. 458.

Censo 2010 IBGE



- *Expansão urbana sobre as áreas de mananciais de abastecimento humano, comprometendo a sustentabilidade hídrica das cidades, onde os mananciais superficiais e subterrâneos são contaminados pelos efluentes urbanos.*

Internet pública com projeto nacional

É preciso ampliar acesso à rede e investir em pesquisa e desenvolvimento

OS DIVERSOS ARTEFATOS tecnológicos acessíveis a um número cada vez maior de brasileiros podem dar a ideia de avanço e inovação nacionais. Infelizmente, a realidade passa longe disso, adverte o professor livre-docente da USP (Universidade de São Paulo) **Marcelo Zuffo**. “A cada 18 meses, o Brasil consome 200 milhões de celulares. Nenhum deles foi projetado ou tem um *software* desenvolvido aqui. A engenharia brasileira não está fazendo parte desse projeto.”



Assim, é essencial que o país adote medidas para que haja real transferência de tecnologia, o que apenas acontece quando se faz o projeto. “Só se aprende fazendo”, enfatiza.

Segundo Zuffo, mais grave, houve retrocessos notáveis a exemplo do verificado com a indústria brasileira de microeletrônica. O primeiro cir-

cuito integrado do País, relembra, foi desenvolvido pelo engenheiro João Antonio Zuffo, seu pai, em 1971.

Desde então, conta, esse componente passou por enorme evolução, hoje é produzido em escalas nanométricas e está presente em aparelhos como celulares, computadores, televisões, “em quantidade tamanha que os seres

humanos atualmente consomem mais transistores do que grãos”. No entanto, lamenta, o Brasil não os produz, apesar do feito realizado mais de 40 anos atrás.

Acesso universal

Além de recuperar o prejuízo industrial, que envolve pesquisa e desenvolvimento, para Zuffo, o Brasil precisa dar conta das imposições trazidas pela sociedade da informação.



A cada 18 meses, o Brasil consome 200 milhões de celulares. Nenhum deles foi projetado ou tem um software desenvolvido aqui

Medida essencial é implementar a internet pública no País. Segundo ele, assim como há consenso sobre ser papel do Estado providenciar vias e iluminação públicas aos cidadãos, tal dever precisa se estender ao acesso universal e gratuito à rede mundial de computadores. Para tanto, passo fundamental é o investimento na infraestrutura de banda larga, o que é tarefa do governo federal. Outro ponto essencial à redução dos custos é o aspecto tributário. “Os grandes vilões nesse caso são os governos estaduais, que cobram 40% de ICMS (*Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços*)”, critica. “O Brasil tem o custo por bit mais alto do mundo.” Por fim, há também responsabilidade dos municípios que podem ser operadores de comunicação. “Dá para fazer isso e com projeto feito no Brasil, por engenheiros brasileiros”, afirma.

Para o professor, a iniciativa só traria benefícios, entre eles a segurança pública, pois as novas tecnologias, além de contribuírem para o esclarecimento de crimes, podem reduzir o risco nas ruas. “O celular está se tornando uma arma defensiva”, considera. Esse aspecto, destaca Zuffo, é particularmente relevante para as cidades que sediarão jogos da Copa 2014 e receberão grande contingente de turistas estrangeiros. Outro benefício seria a melhoria da mobilidade urbana com a redução de deslocamentos graças à comunicação a distância. Mais relevante, aponta ele, é o acesso a conhecimento e cultura que a disseminação da banda larga pode propiciar. “O fato é que há de se criar um consenso na sociedade brasileira de que internet pública é positiva”, conclui.

Síntese da palestra “Indústria, inteligência e tecnologias digitais”, proferida durante o 3º Encontro Regional da CNTU, realizado em Goiânia (GO), em 23 de setembro de 2011.

A microeletrônica no Brasil

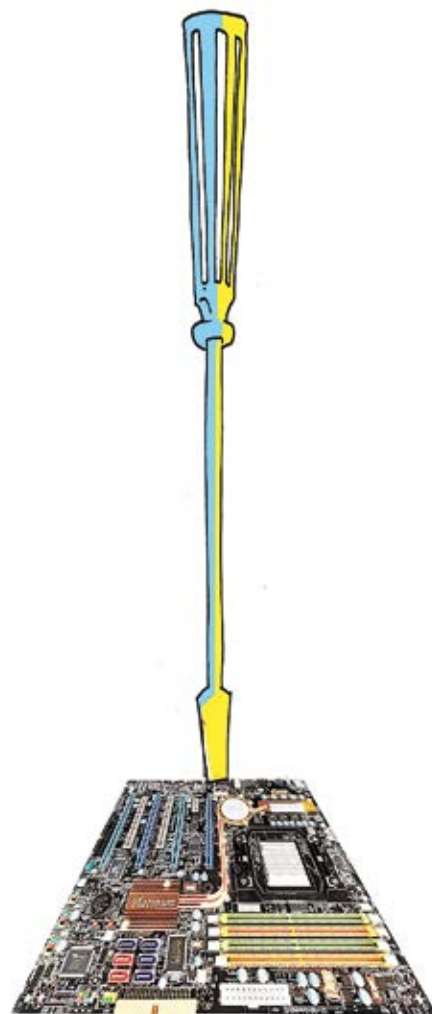
A implantação da indústria eletrônica no País começou na década de 1960 e ganhou impulso nos anos 1970, com a expansão acelerada do mercado de bens de consumo duráveis. No início dos anos 1980, contando com a proteção da política de informática, operavam no Brasil 23 empresas fabricantes de componentes eletrônicos. A indústria foi abalada pelo fim da política de reserva de mercado no início do governo Collor. Em 1991, foi aprovada a Lei 8.248, conhecida como Lei de Informática, visando preservar a produção local de hardware. O principal instrumento adotado foi a isenção de IPI (*Imposto sobre Produto Industrializado*) para os produtos que cumprissem o PPB (*Processo Produtivo Básico*). Entretanto, a regra só entrou em vigor em 1993, quando foi feita a regulamentação do PPB. Esse hiato temporal revelou-se fatal para a indústria de componentes. Mesmo com a entrada em vigor da nova lei, não foi possível reverter a decadência da indústria microeletrônica no Brasil, na medida em que os incentivos estavam orientados para a montagem de bens finais e não para a produção de seus componentes. Como não exigia índices mínimos de nacionalização para os produtos eletrônicos montados ou fabricados no Brasil, a lei não estimulou a demanda por componentes semicondutores fabricados no País.

O Brasil tem o custo por bit mais alto do mundo, diz especialista

Entre 1990 e 2000, enquanto a indústria de bens eletrônicos crescia, a produção local de componentes sofria forte retração no Brasil. A falta de articulação e de complementaridade das políticas tecnológicas e industriais para os diferentes setores do complexo eletrônico agravou esse quadro. No período de dez anos, a produção local de semicondutores recuou de mais de US\$ 200 milhões em 1989 para cerca de US\$ 54 milhões em 1998,

segundo dados da Abinee (*Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica*). Tal panorama contrasta com a situação de países que, embora partissem de um menor desenvolvimento relativo da indústria eletrônica em relação ao Brasil, adotaram políticas adequadas a partir da década de 1980. Enquanto o Brasil regredia, Coreia, Malásia e Taiwan avançaram rapidamente na produção de bens do complexo eletrônico, em larga medida devido à coesão institucional que os respectivos governos e empresas foram capazes de criar e manter.

Fonte: Texto adaptado de “Programa Nacional de Microeletrônica”.
Ministério de Ciência e Tecnologia.



Comunicações: regulamentar para democratizar

Resistir à crescente oligopolização do setor é tarefa para sociedade e governo

ESTUDIOSO DO SETOR e militante da luta pela democratização das comunicações, o professor da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) **Marcos Dantas** aponta um aspecto preocupante: a concentração da produção e difusão de informação, além do controle da infraestrutura, por poucas e enormes corporações internacionais. “A Level 3 detém 70% do tráfego mundial da internet. Entre os dois maiores grupos midiáticos globais, oito são dos Estados Unidos”, exemplifica. Para quem se impressiona com o poder de empresas locais do ramo, uma decepção:

“Toda a indústria nacional do audiovisual brasileira somada estaria na 12ª posição. O mercado nacional é bastante frágil nesse contexto e isso é preocupante, porque é a cultura brasileira que

está em jogo”, adverte. Além disso, afirma Dantas, nessas megacorporações, há interesses entrelaçados. “Por trás de centenas de canais, há quatro ou cinco grupos, cujos sócios são os mesmos.” Tal cenário, enfatiza, deve ser levado em conta no momento em que acontece um forte debate sobre a regulação do setor no Brasil. Na prática, segundo ele, a agenda está organizada em torno dos seguintes tópicos: a) discussão de uma nova lei geral para as comunicações audiovisuais; b) projeto de lei sobre o marco civil da internet, já enviado pelo governo ao Congresso; c) revisão da Lei do Direito Autoral; d) Lei 12.485 sobre Serviços de Acesso Condicionado (TV por assinatura), sancionada em 2011, que, embora limitada, introduz postura em defesa do audiovisual brasileiro ao determinar obrigatoriedade de exibição de conteúdo nacional, com “canal de espaço qualificado”. Essas discussões, além da realidade internacional, aponta o professor da UFRJ, têm como pano de fundo a consolidação da



internet como novo meio de comunicação interpessoal, de acesso à informação e ao entretenimento. Também, pondera, “cresce a consciência sobre o papel dos meios de comunicação na construção de projetos políticos e identidades sociais”.

Déficit regulatório

Para dar conta dessa nova realidade de modo a promover a democratização da comunicação e a universalização do acesso a ela, o Brasil precisará implementar legislação que abarque as profundas mudanças que ocorreram desde as últimas décadas do século XX. Entra essas, está a passagem do regime público para o de mercado, marcada pela convergência dos meios nos seus aspectos técnico, econômico, político e cultural.

A partir de tal transformação, diz Dantas, “tem-se o conjunto da indústria cultural suportado pelos meios eletroeletrônicos de comunicação”. Repercussão importante ainda é o fim, na prática, da separação entre telecomunicações e radiodifusão. “Os operadores desse ambiente são grandes empresas que agem segundo os interesses do mercado, submetendo tudo, inclusive a cultura, a tais critérios, e não ao interesse público”, critica. Daí, enfatiza ele, a demanda por um arcabou-



Por trás de centenas de canais, há quatro ou cinco grupos, cujos sócios são os mesmos

ção legal pertinente. “O que temos é uma colcha de retalhos, com leis que tratam de aspectos diferentes”, diz.

Entre os déficits de regramento, está a regulamentação do artigo 221 da Constituição Federal, ainda à espera de uma solução pelo Congresso, e cujo cumprimento teria grande impacto na atual programação das TVs. Diz o texto da Carta Magna: “A produção e programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios: I – preferência a atividades educativas, artísticas, culturais, informativas; II – promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação; III – regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei; IV – respeito a valores éticos e sociais da pessoa e da família.” “A lei brasileira deve distinguir claramente conteúdo e infraestrutura e, se possível, produção de programação. Se essas atividades se

tornam transparentes para a sociedade e para os organismos reguladores, abre-se a possibilidade de se fomentar a entrada de atores plurais e diversos na cadeia produtiva, além de se coibir práticas monopolistas inerentes a cadeias verticalizadas”, afirma Dantas. “Em respeito à Constituição, todas as plataformas devem ser regulamentadas de modo a garantir o necessário espaço aos sistemas público, estatal e comercial, respeitadas condicionantes tecnológicas ou econômicas”, completa. Como arquitetura possível para dar conta desses objetivos, ele sugere, no que toca ao conteúdo: fomentar a produção privada não comercial (ou público não estatal); fortalecer a produção público-estatal; e proteger e estimular a produção comercial nacional. No que diz respeito à infraestrutura, distinguir operação de rede e produção/programação de conteúdos, inclusive na radiodifusão; estender o conceito de redes em regime público para a banda larga e telefonia celular; construir e operar uma infraestrutura público-estatal nacional; e estimular infraestruturas público-estatais de base e alcance municipais.

Síntese da palestra “Democratização das comunicações”, proferida durante o 4º Encontro Regional da CNTU, realizado em Porto Alegre (RS), em 21 de outubro de 2011.

Propostas ao marco regulatório

Resultado do debate travado pela sociedade na última década, especialmente da I Conferência Nacional da Comunicação, realizada em 2010, a Plataforma para um novo marco regulatório das comunicações no Brasil elenca 20 pontos fundamentais:

1. Arquitetura institucional democrática
2. Participação social
3. Separação de infraestrutura e conteúdo
4. Garantia de redes abertas e neutras
5. Universalização dos serviços essenciais
6. Adoção de padrões abertos e interoperáveis e apoio à tecnologia nacional
7. Regulamentação da complementaridade dos sistemas e fortalecimento do sistema público de comunicação
8. Fortalecimento das rádios e TVs comunitárias
9. Democracia, transparência e pluralidade nas outorgas
10. Limite à concentração nas comunicações
11. Proibição de outorgas para políticos

12. Garantia da produção e veiculação de conteúdo nacional e regional e estímulo à programação independente
13. Promoção da diversidade étnico-racial, de gênero, de orientação sexual, de classes sociais e de crença
14. Criação de mecanismos de responsabilização das mídias por violações de direitos humanos
15. Aprimoramento de mecanismos de proteção às crianças e aos adolescentes
16. Estabelecimento de normas e códigos que objetivem a diversidade de pontos de vista e o tratamento equilibrado do conteúdo jornalístico
17. Regulamentação da publicidade
18. Definição de critérios legais e de mecanismos de transparência para a publicidade oficial
19. Leitura e prática críticas para a mídia
20. Acessibilidade comunicacional

Conheça na íntegra:

<http://www.comunicacaodemocratica.org.br/>

Internet para todos ou para o mercado?

Entre os diversos debates que se travam na atualidade no setor das comunicações, está a discussão em torno do marco civil da internet. Nessa disputa, de um lado estão os que defendem a liberdade na rede; de outro, os interesses “que visam mudá-la para pior”, adverte o sociólogo Sérgio Amadeu Silveira, representante da sociedade civil no Comitê Gestor da Internet no Brasil. A primeira questão, informa ele, diz respeito ao princípio da neutralidade da rede, que pode ser quebrado pelo estabelecimento do controle pelas operadoras do conteúdo que trafega pela sua infraestrutura. A segunda refere-se “a criar muralhas digitais à navegação”. Tais propostas, afirma, são promovidas a partir das operadoras de telecomunicações e das indústrias de copyright, como a cinematográfica, a fonográfica.

Para quem não acredita na possibilidade de tal retrocesso, o professor da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) Marcos Dantas dá o exemplo do que ocorreu com o rádio, que nasceu livre e interativo com o radioamador, e tornou-se um negócio de poucos. “Hoje, pensamos que a natureza é essa que está aí, uns poucos falam, muitos escutam.” Ele lembra que, em 1927, Bertold Brecht propôs uma rede de rádios interativas. “Os grandes grupos empresariais, que passaram a privilegiar o meio como veículo publicitário, e os governos, que não estavam gostando nada dessa ideia de rádio democrático, trataram de organizar o que temos aí, em que vigora o controle pelo Estado do acesso ao espectro de frequência.”



Institucionalizar o acesso à cultura

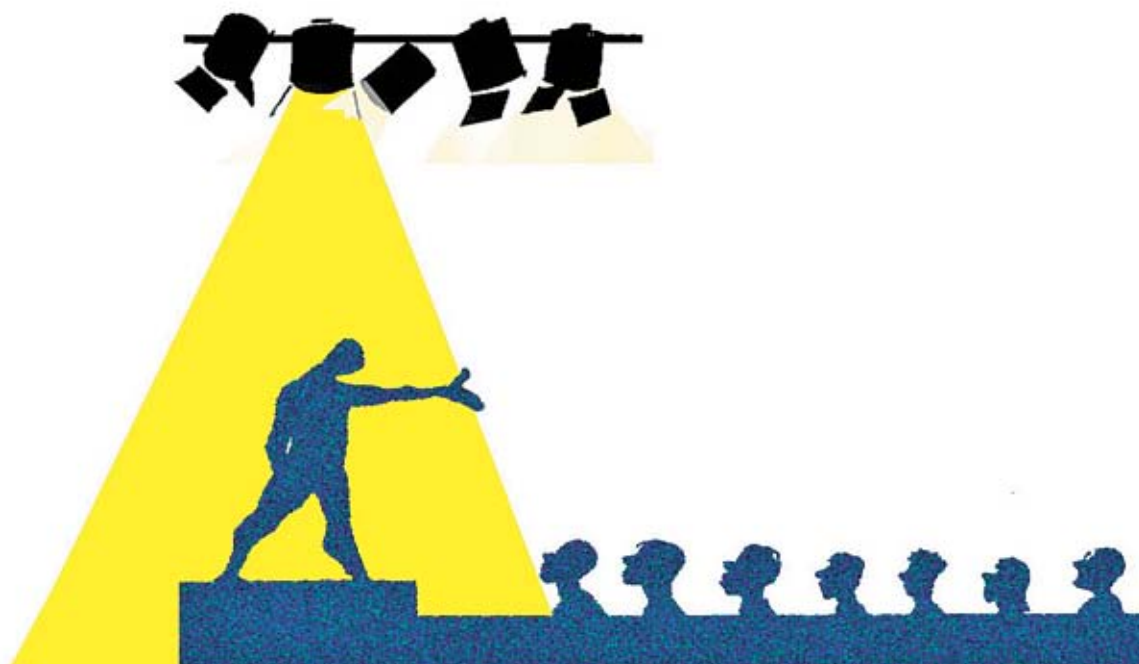
Política nacional para o setor visa ampliar também participação social nas decisões governamentais

O MINISTÉRIO DA CULTURA foi criado em 1985 com estrutura específica. No entanto, só em 2003 foi “refundado” para atender o que determina a Constituição Federal de 1988. “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes de cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.” Para atender plenamente tal missão, informa **Rosana Alcântara**, superintendente da Ancine (Agência Nacional do Cinema), batalha-se pela destinação de recursos da ordem de 1% do PIB (Produto Interno Bruto).

Independentemente dos recursos, relata ela, a política nacional do setor vem perseguindo dois eixos centrais: ampliar o acesso aos bens culturais e incrementar a participação social nas

decisões culturais. O primeiro vem sendo alcançado por meio de programas – Mais Cultura, Procultura, Cultura Viva (Pontos de Cultura) e Cinema Perto de Você – que bus-

cam atender os segmentos sociais usualmente excluídos da produção comercial. O segundo ponto dá-se através da Conferência Nacional de Cultura, convocada a cada quatro anos, além de outros elementos constitutivos do Sistema Nacional de Cultura, criado recentemente, inclusive para realizar parcerias entre União, estados e municípios.



A Lei do Cabo, como é conhecida, promete ainda criar maiores vínculos entre a produção independente e a televisiva, além de garantir maior espaço de exibição das produções nacionais nas TVs por assinatura

Lei do Cabo

Segundo Alcântara, um dos avanços já conquistados é o Plano Nacional de Cultura, que passou a garantir o planejamento decenal do setor, articulando as diversas políticas, “uma delas de decisiva importância para as dimensões simbólica, cidadã e econômica da cultura”, que é o estímulo ao audiovisual brasileiro. Nesse sentido, ganha importância a Lei 12.485, que passará a regular a TV por assinatura, pois permitirá aumentar a arrecadação de recursos destinados à produção nacional, estimados em R\$ 400 milhões ao ano. Desses, 30% serão destinados a investimentos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e 10%, às TVs comunitárias e universitárias.

A Lei do Cabo, como é conhecida, promete ainda criar maiores vínculos entre a produção independente e a televisiva, além de garantir maior espaço de exibição das produções nacionais nas TVs por assinatura. Uma das principais conquistas é a separação das atividades de produção, programação e empacotamento de conteúdos, agora sob controle da Ancine, da atividade de distribuição do sinal por meio de qualquer tecnologia, a cargo da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações).

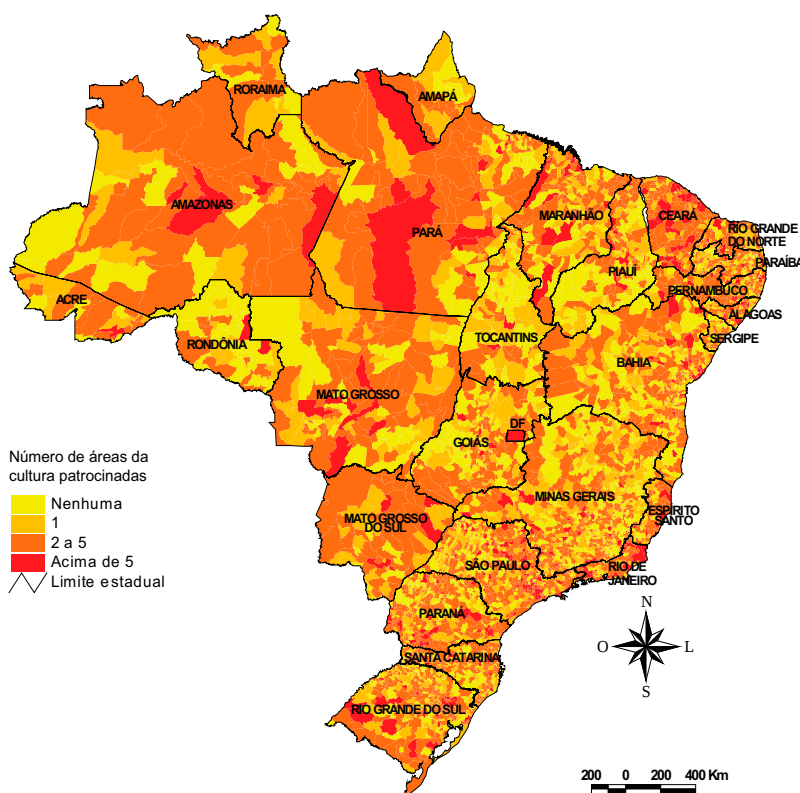
Síntese da palestra “Democratização da cultura”, proferida durante o 4º Encontro Regional da CNTU, realizado em Porto Alegre (RS), em 21 de outubro de 2011.

Presença do Estado na cultura

Estudo realizado pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), publicado em 2009, com dados de 2006, constata que a área cultural é das mais carentes de infraestrutura pública, sendo que 53%, ou 2.953 municípios, não têm qualquer equipamento (teatros, museus, casas de cultura etc.). Desses, 37% estão no Nordeste.

As manifestações culturais, no entanto, não dependem estritamente de infraestrutura, podendo acontecer a céu aberto, nos salões de escolas e igrejas etc. Nesses casos, importante considerar o patrocínio estatal. O mapa abaixo mostra a distribuição dos recursos públicos para o patrocínio cultural, indicando concentração em algumas áreas e ausência em partes expressivas do território brasileiro.

Mapa – Presença do Estado no Brasil – Patrocínio à cultura por diversidade de áreas¹ – 2006



Fonte: Dados do perfil de municípios brasileiros/IBGE.
Nota: ¹ Cineclubes, bibliotecas, museus, teatros.

Fonte: Ipea. Presença do Estado no Brasil: Federação, suas unidades e municipalidades. Brasília, DF, 2010, 2ª edição revisada e ampliada.

Pontos de Cultura

Os Pontos de Cultura são entidades reconhecidas e apoiadas financeira e institucionalmente pelo Ministério da Cultura para desenvolver ações de impacto sociocultural nas comunidades. Criados em 2004 pelo ex-ministro Gilberto Gil, em 2010 somavam 2.500 em 1.122 cidades brasileiras. A iniciativa, que não tem modelo ou objeto único, recebe atualmente R\$ 185 mil

para investir conforme o projeto apresentado. Parte do incentivo é destinada à aquisição de equipamento multimídia – para utilização de software livre –, composto por microcomputador, miniestúdio, câmera digital e ilha de edição. Inspirados na iniciativa federal, diversos estados e municípios criaram sistemas semelhantes de estímulo à cultura.

Cinema floresce com produção regional

Avanços tecnológicos e democracia propiciam importante descentralização do audiovisual brasileiro

A IMPORTÂNCIA da técnica para a formação da cultura, frequentemente subestimada, não pode mais ser ignorada diante dos avanços tecnológicos que transformaram radicalmente os modos de produção e distribuição, descentralizando-as completamente. A análise é do cineasta **Jorge Furtado**, testemunha da era pré-digital. “Quando eu comecei a fazer cinema, a gente era praticamente obrigado a se mudar para São Paulo. Hoje, é possível fazer um filme aqui e agora”, contrasta.

Tal agilidade na captação, edição e disseminação de conteúdo pela internet “nos faz pensar que podemos ter acesso a qualquer filme ou música”, pontua. Exemplo caricatural dessa nova dinâmica, conta Furta-

do, é a República de Tuvalu, país da Polinésia que “vive de vender seu domínio na internet”, o cobiçado .tv, para sites que disponibilizam filmes e seriados aos internautas. Porém, fica um nó a ser desatado:



“Como remunerar a produção cultural? Eu me sinto roubado quando uma editora pega uma tradução minha, publica, não dá o crédito e coloca para vender. Os autores serão remunerados só na produção? Isso envolve texto, cinema, música, fotografia. Hoje, os músicos vivem de shows. Mas e os compositores? Essa é a questão do direito autoral.”

A possibilidade de gerar cultura local é fundamental para a formação e valorização da identidade da população



Verde-amarelo em alta

O cineasta também se mostra otimista com os avanços da democracia no Brasil e seus impactos positivos na área cultural, incluindo distribuição mais criteriosa de verbas. “A grande reivindicação era a descentralização dos recursos para o cinema, distribuídos em jantares em Brasília regados a champanhe”, ilustra. Ele destaca ainda como avanço importante a Lei do Cabo (Lei 12.485), sancionada em 2011, com o objetivo de fortalecer a produção e exibição de obras brasileiras nos canais de TV por assinatura. “São medidas ainda muito tímidas, se comparadas com as europeias e argentinas, por exemplo, mas são mudanças que não param, pois a democracia é permanentemente aperfeiçoada”, avalia.

O investimento na produção regional não descarta o objetivo de globalizar a audiência do cinema brasileiro

A possibilidade de gerar cultura local é fundamental para a formação e valorização da identidade da população, opina Furtado. “É importante para a alma que a gente se veja nas telas, pois o pior filme brasileiro nos diz mais que o melhor filme estrangeiro”, ressalta, parafraseando o crítico de cinema Paulo Emílio Sales Gomes. “O cinema brasileiro nos mostra quem somos, permite-nos nos elaborar ao contar nossas histórias, do nosso jeito.” Para ele, “assim como precisamos do jornal local para saber notícias do futebol, da política, dos acontecimentos nas ruas, também há necessidade de uma dramaturgia local, com nossos atores, nosso sotaque, nossas questões”. O investimento na produção regional não descarta o objetivo de globalizar a audiência do cinema brasileiro. “Assim como queremos saber do cinema dos outros, eles querem saber do nosso. Como disse Anton Tchekhov, ‘canta a tua aldeia e cantarás o mundo’”, defende Furtado.

Os números recentes da produção cinematográfica no Brasil indicam que Furtado aponta na direção correta. Depois de uma longa crise, marcada por escassa produção de filmes, o cinema brasileiro vem se reafirmando. Conforme a Ancine (Agência Nacional do Cinema), em 2010 foram lançados 75 filmes nacionais, os quais responderam por 25 milhões de ingressos vendidos (do total de 134 milhões), com arrecadação de R\$ 222 milhões (num total R\$ 1,2 bilhão). Uma das características marcantes desse processo é a produção fora do eixo Rio de Janeiro-São Paulo, realizada sobretudo nos estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco.

Síntese da palestra “Descentralização da cultura – audiovisual”, proferida durante o 4º Encontro Regional da CNTU, realizado em Porto Alegre (RS), em 21 de outubro de 2011.



Literatura na berlinda

Concentração de produção e circulação e febre digital têm reduzido interesse pelos livros

EM TEMPOS DE cibercultura e redes sociais, comentários ligeiros e interatividade, vai mal a boa e velha literatura, aponta **Luís Augusto Fischer**, escritor e professor da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Ele ressalta que mesmo o esteio tradicional da expressão cultural, que tem sido o livro didático, corre riscos atualmente. “O Enem (*Exame Nacional do Ensino Médio*), que caminha para ser o principal processo seletivo das universidades públicas, não tem prova específica de literatura. Isso exclui do horizonte a leitura de livros”, critica.



porque esses autores ainda são lidos, e em parte, por causa da escola, que reproduz essas definições de identidade até agora.”

“Estamos mal na circulação de literatura no Brasil, apesar das facilidades trazidas pela internet”, afirma Fischer. Segundo ele, a produção e circulação da literatura no Brasil “depende de gargalos muito estreitos”, que são as editoras, cada vez mais monopolizadas, especialmente as didáticas. “Praticamente três ou quatro respondem por quase toda a produção de livros didáticos no País. Esses livros didáticos são os que fazem

circular a literatura na escola, talvez a única instituição que reproduza de maneira maciça noções de literatura, pois no Brasil temos pouco público leitor fora da escola”.

É preciso, portanto, resgatar o valor da literatura não só para a educação, mas para o pensamento e a construção social. “Teve papel central na configuração das identidades nacionais ou regionais no Novo Mundo. Esse papel ainda tem força, em parte

Identidade construída

Fischer elenca três momentos da literatura fundamentais à definição de identidade nacional. A geração de românticos no final do século XIX e início do XX, particularmente José de Alencar e o romance “Iracema”; modernismo, a partir da década de 1920, como o movimento pela liberdade de criação, contra o academicismo; e a literatura produzida nos anos 1960-70, quando já havia televisão. Merece destaque a figura do paulista Mario de Andrade. “Poeta, romancista, professor de piano, pesquisador, um sujeito fundamental na história da cultura brasileira, transformou-se, especialmente após seu falecimento em 1945, num pivô daquilo que o Brasil passou a tomar como sendo o Brasil moderno”, explana Fischer. O critério básico de modernidade do Mario de Andrade,



Praticamente três ou quatro editoras respondem por quase toda a produção de obras didáticas no País

*Mario de Andrade.
“Poeta, romancista,
professor de piano,
pesquisador, um sujeito
fundamental na história
da cultura brasileira,
transformou-se,
especialmente após seu
falecimento em 1945,
num pivô daquilo
que o País passou
a tomar como sendo
o Brasil moderno*

conforme Fischer, é o combate à tradição e ao conservadorismo e a realização de uma literatura que fosse capaz de reinventar o Brasil, como fez em “Macunaíma”. “E foi esse critério de modernidade que chegou até nós, repassado pelos livros didáticos sob a força econômica e política que passou a ter São Paulo”, pondera. A reprodução de um certo ideário, alicerçada no poder econômico, e do papel formador da escola trouxe também resultados negativos. “Essa concentração da força de definição do que é ser brasileiro para o restante do País relegou outras manifestações ao esquecimento, porque não cabiam no conceito de modernidade de Mario de Andrade”, avalia Fischer. Como exemplo, ele cita o escritor gaúcho Ernani Fornari, autor de “Trem da Serra”, publicado em 1928, que traz um poema sobre cada uma das estações do antigo percurso ferroviário entre Porto Alegre e Caxias do Sul. “Uma escrita de vanguarda, muito interessante sob todos os aspectos, reeditado uma única vez e já totalmente esquecido. Esse livro não existe porque nossa barreira conceitual do que é ser moderno, extremamente centralizadora, nos impede de enxergar o valor que ele tem, assim como a tantos outros autores e livros”, reflete.

Síntese da palestra “Descentralização da cultura – literatura”, proferida durante o 4º Encontro Regional da CNTU, realizado em Porto Alegre (RS), em 21 de outubro de 2011.

Letramento e cibercultura

Marta Rezende

O conceito de letramento passou a ser adotado no Brasil recentemente, principalmente nas áreas de letras e educação. Há diversidade de formulações a esse respeito, mas, buscando sintetizar uma definição, letramento são práticas sociais de leitura e escrita e as situações que levam à ocorrência dessas práticas, bem como os impactos que essas práticas têm sobre a sociedade. Na palestra aqui sintetizada, Luís Augusto Fischer parece considerar apenas o suporte livro, mais especificamente o livro de ficção (romances, poemas,

*Estamos mal na circulação
de literatura no Brasil,
apesar das facilidades
trazidas pela internet*

contos etc.) na educação literária. Trata-se de uma posição muito legítima, pois ela orientou os processos educacionais desde a invenção

da imprensa. Vai ao encontro também de formulações muito preciosas de alguns filósofos como Schopenhauer, o qual, no entanto, foi ainda mais radical, considerando que só interessavam mesmo as leituras diletantes, de textos antigos, muito bem escritos, rejeitando radicalmente a linguagem jornalística.

No entanto, a diversificação de tipos de textos (jornalísticos, científicos, técnicos, comerciais etc.) e dos seus suportes vem exigindo que se repense a centralidade do livro tradicional na educação. Exemplo latente dessa transformação é a cultura da tela de computador e, mais ainda, de computadores interconectados em rede, conformando o que alguns autores designam por cibercultura, a qual vem exigindo novas práticas e habilidades de leitura e escrita, especialmente em virtude do hipertexto. O que parece estar ficando claro é que diferentes tecnologias de escrita criam diferentes e diversificados letramentos. “Assim como não há natureza humana, não há tampouco natureza das coisas”, escreveu Pierre Lévy em “As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática”.

Trem da Serra

Poema de abertura do livro “Trem da Serra”, de Ernani Fornari, publicado em 1928.

A “Mallet”

*é um flete puro-aço
esfaimado de distância,
com um olho na testa e a dentuça de fora,
puxado pelas rédeas compridas
das paralelas...*

*Ele vai, digere que digere
feixes de dormentes,
bufando,
e sacudindo ao vento
as crinas trançadas de fumaça...*

Tróc-tróc... tróc-tróc... tróc-tróc...

Isto? É o batido dos cascos do animal!

*E aquelas brasinhas que vão ficando pelo
chão, o que serão?...*

*Fonte: Universidade de Caxias do Sul, em 2009:
“A poesia de Ernani Fornari: um mapeamento”,
de autoria de Julia Darol Dall’Alba e orientação de
Flávio Loureiro Chaves.*



Propriedade intelectual versus criatividade

Unir participação eficaz ao acesso ao conhecimento para combater a exclusão e a pobreza

“NINGUÉM TEM BOLA de cristal para saber onde vão dar as mudanças aceleradas que estamos vivendo”, afirma o economista e professor da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica) **Ladislau Dowbor**. “Estamos todos tentando entender como as coisas estão se articulando, não só na economia, mas também na cultura, na vida dos nossos filhos, nas relações interpessoais, na situação dos idosos, no emprego e em tudo o mais.” O professor também se diz perplexo diante de uma lógica que considera crise quando há bancos em dificuldade, mas não a fome que aflige 1 bilhão de pessoas no mundo, entre as quais 180 milhões de crianças. “Como é que se monta um sistema econômico, social e político que não está atento às tragédias da humanidade e é tão ágil na especulação financeira?”, questiona.

Para Dowbor, em meio às incertezas, vale a pena investir “no que funciona” na busca de avanços sociais. E isso se dá “quando as pessoas estão organizadas em torno dos seus interesses”. Um exemplo, aponta, é a Suécia, país em que um cidadão

comum participa em média de quatro organizações comunitárias, 76% dos recursos públicos são aplicados localmente, e a carga tributária é de 60%. “Um sueco não vai a uma reunião para aplaudir políticos, mas para decidir questões sobre a vida da comunidade como, por exemplo, que computadores vão ser comprados para a escola dos filhos.”

Seria preciso então unir o que tem eficácia ao conhecimento, tônica da economia atual. “Apenas 5% do va-



lor de uma simples caneta refere-se a trabalho físico e matéria-prima; 95% são *design*, pesquisa, tecnologia”, afirma o professor. “O que acontece quando o grosso passa a ser o trabalho imaterial, intangível? Mudam totalmente as relações econômicas. Se eu lhe passo meu relógio, fico sem, mas se eu lhe passo uma ideia, ela continua comigo.” No entanto, a sociedade continua seguindo a lógica da organização econômica, baseada nos recursos escassos, explica Dowbor. “Temos uma mudança radical da base tecnológica e mantivemos as regras do século passado. Há um grau de surrealismo no que se faz em nome da propriedade intelectual”, ironiza.

Lógica do passado

Ele exemplifica com uma anedota protagonizada por si mesmo. Ao saber que teve um artigo publicado por uma universidade estadunidense, quis acessá-lo na internet. Descobriu então que para ler o seu trabalho, pelo qual nada recebeu, teria de pagar US\$ 35, taxa que lhe deixaria o material disponível por 24 horas. A situação esdrúxula é possível numa lógica de atravessadores do conhecimento,

“Cada um de nós tem um estoque de conhecimento muito grande e o aplica muito pouco. Todos temos essa frustração. A Wikipedia, a mais completa enciclopédia, é feita de excedentes cognitivos”, aponta professor



explica o professor. “Quem controla as ferramentas e o suporte não produz cultura, mas pretende controlar a sua veiculação. Produção científica deve ser veiculada livremente para ser fator de progresso da humanidade”, defende.

“A propriedade intelectual não é natural, foi criada para estimular a criatividade. É justíssimo que os criadores recebam durante alguns anos pela sua criação e, assim, possam produzir mais”, diz. No entanto, “esse processo de dar todo o poder aos intermediários está travando a cultura, a criatividade, a pesquisa científica”.

Por outro lado, o próprio capital já tem se valido da cooperação, revela Dowbor. “Se todos colocam na rede o que sabem, ninguém vai reinventar a roda, todos trabalham na ponta.” Tal trabalho conjunto já inclui áreas sofisticadas da produção, como a robótica e a indústria farmacêutica. Essa última vem descobrindo que se informar o público honestamente sobre a composição dos medicamentos, pode receber informações preciosas sobre efeitos não detectados na pesquisa na fase de desenvolvimento. “Open source funciona, é uma coisa inteligente”, proclama o professor. Outro exemplo de conhecimento livre é o MIT (*Massachusetts Institute of Technology*), principal instituição de pesquisa científica e tecnológica dos Estados Unidos, que decidiu disponibilizar gratuitamente na internet 2 mil cursos.

“Cada um de nós tem um estoque de conhecimento muito grande e o aplica muito pouco. Todos temos essa frustração. A *Wikipedia*, a mais completa enciclopédia, é feita de excedentes cognitivos”, opina. Portanto, ensina Dowbor, “acabou a época em que se podia considerar alguns como produtores e a maioria como consumidores”. Na opinião do professor, essa pode ser ainda a chave para superar a pobreza: “Ao poder acessar a informação e articular o conhecimento, rompe-se a barreira da exclusão. Na sociedade da informação, quando a economia é apropriada pelas pessoas, há uma dinâmica transformadora. Os pobres se igualam aos ricos, ou ao menos a distância entre eles diminui significativamente.”

Síntese da palestra “Economia e sociedades criativas”, proferida durante o 4º Encontro Regional da CNTU, realizado em Porto Alegre, em 21 de outubro de 2011.

Recursos Educativos Abertos

A Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) realizou, em 2002, evento para debater a instituição dos REA (Recursos Educacionais Abertos). Desde então, educadores em todo o mundo estão desenvolvendo um vasto conjunto de ferramentas na internet, abertas e livres. Eles também estão plantando as sementes de uma nova pedagogia, em que educadores e estudantes criam, moldam e desenvolvem conhecimento de forma conjunta, aprofundando

seus conhecimentos e habilidades e melhorando sua compreensão durante o processo. Esse movimento emergente de educação combina a tradição de partilha de boas ideias com colegas educadores e a cultura da internet, marcada por colaboração e interatividade.

Saiba mais no site da Unesco:

<http://www.unesco.org/new/en/communication-and-information/access-to-knowledge/open-educational-resources/>

A excelência do portal Scielo Brasil

Scielo (Scientific Electronic Library Online) é uma metodologia compartilhada globalmente de seleção, armazenamento e divulgação de publicações científicas. No Brasil, a Scielo (www.scielo.br) está cada vez mais forte, com excelente trabalho em prol da democratização do conhecimento científico em todas as áreas. No Ranking Web of World Repositories, conhecido como Webometrics, que mede a visibilidade de repositórios de informação científica nos principais mecanismos de busca da internet, por duas vezes consecutivas, foi líder entre os maiores portais no mundo. Criada em 1997, a Scielo Brasil é fruto de um projeto de pesquisa da Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), em parceria com o Bireme (Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde). Desde 2002, o projeto conta com o apoio do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

Acesso a obras de domínio público

Há uma série de dificuldades para enquadrar uma obra como de domínio público, pois mesmo depois de expirado o prazo de proteção dos direitos do autor, há outros interesses envolvidos, como os de tradutores e editoras. Contornando essas dificuldades, o Ministério da Educação lançou em 2004 o site www.dominiopublico.gov.br, que disponibiliza gratuitamente farto acervo de obras literárias, musicais, científicas e educacionais. É possível conferir, por exemplo, toda a obra de Machado de Assis e Joaquim Nabuco e peças da música erudita brasileira. Segundo o portal, a obra mais acessada é “A divina comédia”, de Dante Alighieri, na tradução para o português.

Teses e dissertações da Unicamp

Num processo crescente, as universidades brasileiras vêm digitalizando e franqueando na internet seus acervos de produção de conhecimentos. A Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) é pioneira nesse caminho e, além do acervo acadêmico, libera o acesso a coleções raras e especiais e revistas eletrônicas. O endereço para acessar a Biblioteca Digital da Unicamp é <http://cutter.unicamp.br/>.



Investir para mudar o perfil social brasileiro

Esforço simultâneo à instituição de uma economia avançada deve recuperar os serviços públicos

O CRESCIMENTO ECONÔMICO dos últimos anos atingiu a média anual de 4,4% entre 2004 e 2010. O resultado, positivo ainda que não seja o ideal, juntamente com o aumento do salário mínimo e a formalização dos contratos de trabalho, elevou o poder aquisitivo de um grande contingente de brasileiros, mas não foi suficiente para fortalecer a classe média no País. Segundo o professor da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) Waldir Quadros, parte majoritária da população ainda está longe de atingir esse estrato social.



Tal quadro demonstra, conforme explica o professor, que ficou excluído do dinamismo do mercado de trabalho o grupo no qual estão inseridos os profissionais universitários e técnicos. Para furar esse bloqueio, é preciso avançar na industrialização, projeto abandonado a partir de 1981, após a derrocada do “milagre econômico”.

“Temos uma parcela expressiva de miseráveis, muitos pobres e uma classe média remediada para pobre. Isso soma 80% dos ocupados.” De acordo com Quadros, a mobilidade social observada no Brasil gerou um efeito positivo, mas limitado: muitos deixaram a miséria para a pobreza, de onde outro grupo saiu para a baixa classe média. “Devemos valorizar essa melhoria das condições desse segmento, mas sem cair na falácia de que o Brasil virou um país de classe

média.” Segundo ele, “a alta e a média classe média ainda somam reduzidos 20% dos ocupados”. Ele lembra que as estatísticas, estacionadas há mais de 30 anos, são iguais às de 1981.

Em 1980, tínhamos estrutura superior às da China e da Coreia do Sul, só que nós paramos e eles continuaram, e hoje nem dá para comparar, tamanho nosso desnivelamento



“Isso foi traumático, mais de 20 anos sem crescer quase nada, corroendo o que foi construído nas décadas anteriores, de 1930 a 1980.” Nesse período, diz Quadros, o Brasil foi “a mais dinâmica das economias capitalistas”, o que propiciou inclusive o advento da classe média. “Em 1980, tínhamos estrutura superior às da China e da Coreia do Sul, só que nós paramos e eles continuaram, e hoje nem dá para comparar, tamanho nosso desnivelamento.” Para completar, durante as décadas em que a nação se viu parali-

O crescimento econômico dos últimos anos elevou o poder aquisitivo de um grande contingente de brasileiros, mas não foi suficiente para fortalecer a classe média no País

sada, com taxas de expansão de cerca de 2% ao ano, houve também forte regressão social, atingindo em cheio a classe média. “Os segmentos mais avançados da classe trabalhadora foram os que mais sofreram.”

Virar o jogo

Conforme o professor, está colocada atualmente uma oportunidade “para alterar esse quadro de mediocridade”. Um elemento importante são as reservas de petróleo encontradas na camada do pré-sal, “que poderão gerar um fundo à autonomia do País”. Mesmo a crise econômica internacional, avalia, pode ter impacto positivo. “De certa forma, ajuda-nos a ser mais ousados. A dominância financeira é muito pesada. Se eles não entram em crise, é difícil obter algum espaço. Sabendo jogar, tendo coesão social e clareza de propósitos, acho que podemos atravessar a turbulência e implantar novo padrão de economia baseado em indústria e serviços produtivos. É isso que coloca uma sociedade em condições de se desenvolver.” Esse processo de “reindustrialização”, como qualifica Quadros, deve ser levado a termo em condições ambientais adequadas e sob a lógica da Terceira Revolução Industrial, em conexão com o setor de serviços.

Simultaneamente ao esforço econômico, será necessário superar graves precariedades sociais, notadamente em educação, saúde e segurança pública, adverte o professor. Além de assegurar melhores serviços à sociedade, como benefício adicional, o enfrentamento de tais problemas trará oportunidades significativas à classe média. “Portanto, é o movimento de atualidade tecnológica na indústria e serviços, combinado com a recuperação dos serviços públicos nas áreas sociais, que pode vir a criar mobilidade na alta e na média classe médias”, propõe.

Estratificação social dos indivíduos ocupados Brasil (em %)

Estratos sociais	1981	1989	2003	2008
Alta classe média	5,2	6,5	4,7	5,2
Média classe média	8,5	8,6	6,9	9,3
Baixa classe média	25,5	20,5	24,5	30,7
Massa trabalhadora	24,6	21,0	27,8	35,0
Miseráveis	36,1	43,4	36,1	19,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD, IBGE

Quadros acredita que, seguindo tal receita, o Brasil pode reverter o atual cenário de pobreza majoritária em dez anos. “E aí é muito importante que os setores organizados da sociedade, como a CNTU, tragam aquilo que não vem pelo mercado, que é a consciência política, a solidariedade, a construção de valores que não se esgotem no consumo”, conclama. Para o professor, tal avanço é possível, assim

como o foi a retomada da expansão econômica. “Até 2003, parecia que o Brasil nunca mais voltaria a crescer. A sociedade brasileira acordou para o desenvolvimento”, compara.

Síntese da palestra “Classe média e desenvolvimento”, proferida durante o 1º Encontro Nacional da CNTU, realizado em São Paulo (SP), em 18 de novembro de 2011.

Baixa mobilidade social

Em primeiro lugar, é importante chamar atenção para o desempenho positivo que se manifesta nesses cinco anos de crescimento econômico mais expressivo (2004 a 2008). Entretanto, verifica-se que esse comportamento mais favorável ainda não foi capaz de alterar a situação estrutural da alta e média classe médias. De fato, as proporções relativas alcançadas em 2008 estão no mesmo patamar de 1981. Por outro lado, comparando-se os dados de 1989 e 2003, fica evidente a significativa piora que ocorre na década de 1990. Ou seja, em termos mais amplos, a

situação dessas duas camadas é de relativa estagnação, em que pese a recente melhora. Essa conclusão, obviamente, não pretende reduzir a relevância da performance desses anos de crescimento econômico. Mas, sim, chamar atenção para o fato de que continuam seriamente obstruídos os canais de ascensão às posições típicas de classe média.

Fonte: Waldir Quadros. A classe média e o desenvolvimento brasileiro. Artigo elaborado pelo palestrante para o 1º Encontro Nacional da CNTU, em 2011.



O papel social da classe média

Afirmar a democracia e o desenvolvimento e combater desigualdades e preconceito são os desafios da CNTU ao representar esse estrato

CONCEITO QUE REMONTA originalmente à Inglaterra do século VIII, com a classificação como *middle class* do grupo que não era proprietário da terra, tampouco camponês, a classe média foi tratada por inúmeros pensadores e em diferentes contextos. No entanto, a tarefa de entender quem é e qual o papel dessa parcela da sociedade no Brasil de hoje deve ser cumprida a partir da observação da realidade do País, propõe o analista político e consultor sindical **João Guilherme Vargas Netto**. “O total da população é de 200 milhões, 20 mil famílias, no máximo 100 mil pessoas, são os endinheirados, o pedúnculo da pera.

A nossa concentração de renda é estu-
penda, uma das mais altas do mundo, e
a de propriedade é maior ainda. Logo
abaixo, vem a classe média, o gargalo
da pera, seguida da nova classe média,
e a base são os pobres”, descreve.

*A nossa concentração de
renda é estu-
penda, uma das
mais altas do mundo, e a de
propriedade é maior ainda*

Nessa posição, a classe média é ten-
sionada duplamente: “De cima, sofre
a pressão ideológica; de baixo, vem
a pressão do empobrecimento de
que tem pavor, embora muitas vezes
se veja ameaçada a ter de buscar so-
luções de vida semelhantes aos po-
bres.” Politicamente, segundo Vargas
Netto, vive uma oscilação pendular.
“Teve papel altamente progressista
na abolição da escravidão, e regres-

sivo no golpe de 1964, ao qual aderiu
em nome do combate à subversão e à
corrupção”, exemplifica. Essa postura
reacionária manifestou-se inclusive
na representação sindical que se tinha
na época. “Enquanto a intelectualida-
de progressista dava força ao CGTI
(Comando Geral dos Trabalhadores
Intelectuais), tentou-se realizar, com
a cobertura da CNPL (Confederação
Nacional das Profissões Liberais), o
1º Congresso dos Profissionais Libe-
rais para apoiar as teses dos golpis-
tas”, relata o consultor.

Ideologia oscilante

Maleável, a classe média acabou por
mudar de posição e apoiar as ações
de resistência em busca de democra-
cia: “Quando Maria Bethânia can-
tou, em 1965, ‘Carcará’, no Teatro
Opinião, no Rio de Janeiro, com Zé
Ketti e João do Valle, a classe média
desembarcou da ditadura.” A partir
daí, começaram as mobilizações es-
tudentis, cujo mote eram os exceden-



tes dos vestibulares, que não encon-
travam vaga no ensino superior. “A
gente pensa que tudo veio de maio de
1968 em Paris, mas antes disso já ha-
via ação no Brasil. Quando mataram
Edson Luiz, em 1967, o que a gente
gritava na rua? ‘Mataram uma crian-
ça, podia ser seu filho.’”

Enquanto se dava essa guinada à
política, a ditadura ainda tentava a
cooptação. “O milagre econômico
teve essa característica: altamente
concentrador, mas distribuidor de
migalhas para a classe média. Com
o décimo terceiro salário, comprava-
-se um apartamento ou se passava
seis meses em Londres. Esse projeto
não deu certo porque o pedúnculo da
pera é muito estreito e, rapidamente,
esgotou-se o processo de repartição”,
explica Vargas Netto. Com a crise
do petróleo, o modelo ficou insus-
tentável, e a classe média passou a
ser decisiva na derrota da ditadura.
“Tínhamos uma classe operária en-
cucalada e sob forte pressão, o que
fez eclodir as greves que mais tarde
levariam Lula a se tornar presidente
da República. Mas nada disso aconte-
ceria se a classe média não estivesse
desempenhando o papel de vaselina

A classe média teve papel altamente progressista na abolição da escravidão, e regressivo no golpe de 1964, ao qual aderiu em nome do combate à subversão e à corrupção

na pressão. Tanto foi importante que a reação foi o plano para explodir uma bomba no Riocentro, visando atingir artistas e intelectuais progressistas da classe média.”

Redimida do apoio ao golpe militar, a classe média mais uma vez se deixou capturar pela ideologia dominante, dessa vez o neoliberalismo, que campeou nos anos 1990 e “colocou um canudinho no seu cérebro, sugando toda a trajetória, a história, a complexidade, metendo-lhe uma única ideia, o individualismo”, ilustra Vargas Netto. Assim, as dificuldades econômicas da época, que incluíram desemprego, privatização, queda do investimento, conjugaram-se com

a mentalidade do salve-se quem puder, favorecendo espoliação do coletivo e uma visão preconceituosa. Essa característica teria marcado as campanhas eleitorais de Fernando Collor de Mello, em 1989, e Fernando Henrique Cardoso, em 1995, ambas tendo conquistado adesão da classe média. “Foi o destrocamento neoliberal”, pontua.

Oportunidade

Finalmente, afirma o consultor, o País vive momento em que “democracia combinada com desenvolvimento gerou, aos trancos e barrancos, uma alternativa diferente ao neoliberalismo”. Na sua avaliação, esse novo quadro vem propiciando inúmeros debates sobre a classe média, mas que, geralmente, padecem de duas perversões: “A primeira

delas é o economicismo que reduz o conceito social ao econômico, por sua vez, reduzido à renda, essa reduzida ao índice. A segunda é a ideia de que tudo que está acontecendo jamais aconteceu, tudo é novidade.” Nesse contexto, Vargas Netto destaca os desafios da CNTU, criada para suprir o déficit de representação sindical e social dos profissionais que tradicionalmente compõem a classe média. O primeiro deles é exatamente cumprir tal função. “Por exemplo, deve-se avançar nos padrões de negociação coletiva”, indica. O segundo é se aproximar do caudal do movimento sindical que tem recuperado seu protagonismo social por meio das lutas e conquistas salariais e contra os juros altos e a desindustrialização da economia brasileira. O terceiro é ser porta-voz de quatro vocações fundamentais: democracia, desenvolvimento, combate às desigualdades e aos preconceitos.

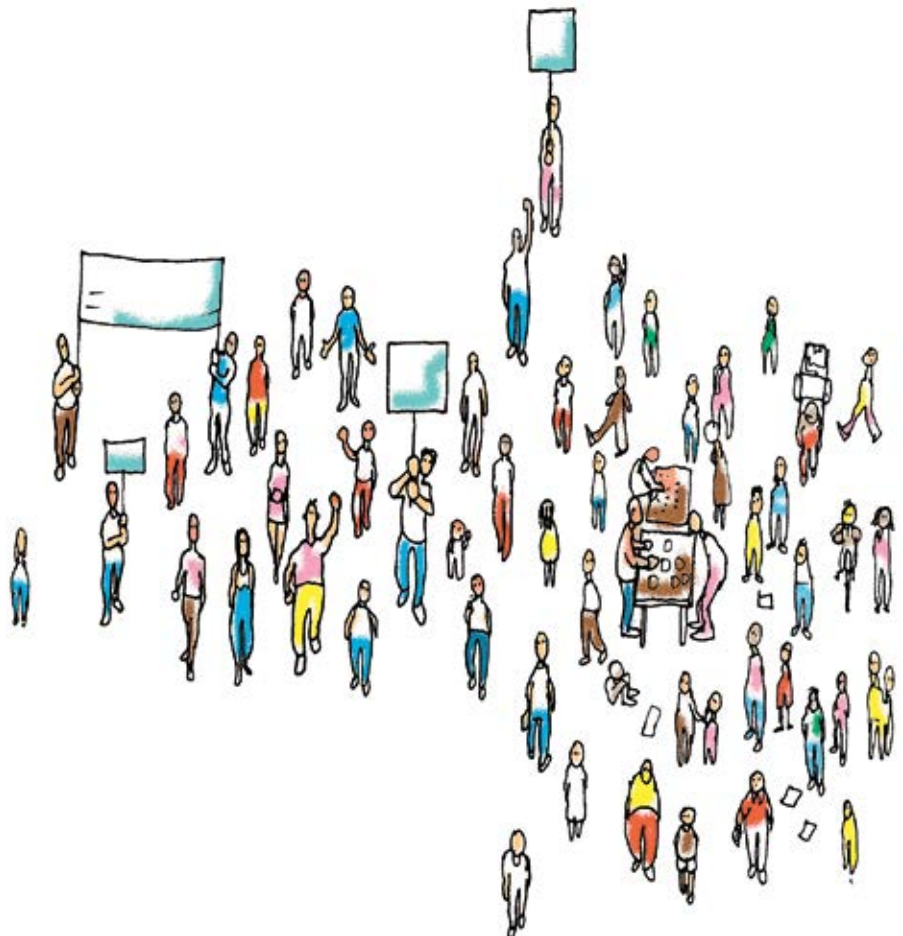
Síntese da palestra “Classe média e democracia”, proferida durante o

1º Encontro Nacional da CNTU, realizado em São Paulo (SP), em 18 de novembro de 2011.

Tínhamos uma classe operária encurralada e sob forte pressão, o que fez eclodir as greves que mais tarde levariam Lula a se tornar presidente da República

Capitalismo tardio e sociabilidade moderna

O livro de João Manuel Cardoso de Mello e Fernando Novais, “Capitalismo tardio e sociabilidade moderna”, publicado pela Editora Unesp e Facamp, é leitura preciosa a quem busca compreensão dos efeitos da hegemonia do pensamento neoliberal, no auge no final do século XX, após três décadas (1950 a 1979) de crescimento rápido e mobilidade social vertiginosa. Originalmente, o mesmo texto foi publicado em *História da vida privada no Brasil* (v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998).



Pautas do

*Qualificação profissional,
bem-estar nas cidades e o
debate sobre desenvolvimento
sustentável na Rio+20 e na
Cúpula dos Povos, questões
essenciais ao avanço do País,
estão nas reportagens a seguir.*



DESENVOLVIMENTO

Garantir qualificação profissional para todos

CNTU coloca em debate projeto de lei que estabeleça sistema nacional de educação continuada

Soraya Misleh

“O BRASIL é o único país com essa economia e dimensão que não tem uma legislação que patrocine o investimento em cérebros ao sistema produtivo.” Feita pelo diretor da CNTU, Allen Habert, a ponderação aponta para uma demanda necessária: a formulação de uma política pública voltada à qualificação profissional para pessoal de nível superior. Tal programa de Estado contemplaria, conforme ele, mais de 10% da PEA (População Economicamente Ativa), num total superior a 10 milhões de cidadãos com formação universitária.

Como explicita Maria Rosa Abreu, professora da UnB (Universidade de Brasília), embora haja uma série de iniciativas nas instituições de ensino brasileiras, não existe um “programa nacional, integrado, articulado entre universidades, setor produtivo, centros de pesquisa, de qualificação e de recursos humanos”. Diante desse quadro, ela afirma: “Entendo ser necessário tratar de alta capacitação como algo estratégico, o que tem sido feito há muitas décadas no Japão, na Europa, nos Estados Unidos e especialmente na China.” O Brasil, na sua avaliação, não acompanhou esse passo dado a partir dos anos 70 por tais nações e não pode ficar para trás novamente.

Essa visão tem norteado os debates junto à CNTU de uma nova lei a ser aprovada no Congresso que crie sistema nacional de qualificação profissional permanente. “O terceiro parágrafo do artigo 218 da Constituição Federal diz que o Estado apoiará aqueles que investirem nos seus recursos humanos. No entanto, desde 1988 (*quando foi promulgada*), não houve nenhum subsídio para tanto”, destaca Habert. E questiona: “Como é que um Estado que busca modernizar seu sistema produtivo não tem algo institucionalizado que pode auxiliar no investimento em conhecimento e cérebros? Esse é o desafio que precisamos enfrentar.”



Como insiste Abreu, é fundamental a discussão com diversos atores da sociedade sobre política integrada de capacitação que se articule com a de competitividade do País e leve em consideração as demandas atuais, como a de preparação da mão de obra para a economia verde. Segundo o diretor da CNTU, a ideia da confederação é realizar uma série de seminários no segundo semestre deste ano com a presença das partes envolvidas. A partir daí, formatar uma minuta de legislação sobre o tema e, em 2013, lutar pela aprovação no Parlamento do projeto que venha a ser definido.

Pontos para reflexão

Para a professora da UnB, que é ainda membro do Conselho Consultivo da CNTU, a proposta precisa levar em conta formação mediante o uso da tecnologia de informação disponível. Desse modo, será possível não apenas a capacitação *online*, em tempo real, mas a interação com colegas de outros países. Nesse sentido, ela defende que a política pública a ser pensada seja transversal a diversas áreas.

Algumas experiências podem ajudar nas discussões sobre a nova norma, indica Habert. Entre elas, a iniciativa paulista de aprovação da Lei nº 8.029/1992, que institui, como consta em seu artigo 1º, “Programa Permanente de Desenvolvimento Profissional e Reciclagem Tecnológica no âmbito da educação continuada para engenheiros, agrônomos, geólogos, arquitetos, meteorologistas, tecnólogos, técnicos industriais e técnicos agrícolas dos quadros da administração direta e indireta do Estado”. Tal define no mínimo seis dias úteis por ano para atividades relativas à capacitação desse pessoal, sem prejuízo de suas remunerações. Um ano antes, numa ação pioneira, o Seesp conseguiu incorporar o tema em acordo coletivo de trabalho com a Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo). “Começamos com três dias por ano e chegamos a 12.” Além desses exemplos, na ótica de Habert, pode fundamentar os debates e fortalecer a proposta o fato de o País ser signatário da Convenção 140 da OIT (Organização Internacional do Trabalho). Tal garante a

todo trabalhador o direito de requalificação durante a jornada, sem ônus em seus rendimentos. Além disso, diz o diretor da CNTU, “vamos nos debruçar sobre as experiências internacionais”.

A minuta a ser formatada, na sua opinião, poderia seguir a linha de definição de uma quantidade de dias por ano para a capacitação profissional. “Deveríamos congregiar um número fixo de 12 dias/ano.” O recurso viria do Orçamento Geral da União e de fundos setoriais estaduais, por exemplo do petróleo, de energia, de telecomunicações. Para José Roberto Cardoso, diretor da Escola Politécnica da USP (Universidade de São Paulo) e membro do Conselho Consultivo da CNTU, o ideal é que sejam cursos de pós-graduação, de preferência de longa duração, previstos em planos de carreira. Na visão de Divonzir Gusso, pesquisador do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), a política pública poderia orientar e fiscalizar iniciativas já existentes. Ele observa que três pontos precisam estar presentes nesse programa: que a educação continuada seja voltada ao mercado e não à academia; garanta o contato do profissional com o ambiente de trabalho e a experiência no chão da fábrica; e funcione como formação complementar. Habert faz uma provocação: “O vale-refeição nem sempre existiu. Por que não se pode ter o vale-requalificação? É plausível e interessa a todo mundo.” Habert destaca que a campanha Brasil Inteligente, lançada pela CNTU, foca também nisso.

Projetos de entidades

Pensando em dar sua contribuição, o Seesp criou no ano passado o Isitec (Instituto Superior de Inovação e Tecnologia). Coordenador do seu Conselho de Administração, Antonio Octaviano conta que “entre as atividades previstas está a educação continuada e cursos *lato sensu*”, em especial voltados à inovação. Ele conclui: “Essa formulação vai ao encontro do que o mundo hoje pratica e ao projeto pedagógico do Isitec.”

Claudio da Costa Manso, diretor da Fenecon (Federação Nacional dos Economistas), destaca: “Temos programa de treinamento pelos sindicatos. Se houvesse política pública que viesse ao encontro

da valorização profissional da categoria, seria muito importante.” À frente da Fenam (Federação Nacional dos Médicos), Cid Carvalhaes concorda e salienta: “Os médicos vêm perseguindo há bastante tempo e com estruturação própria a atualização permanente.” Presidente da Fena-far (Federação Nacional dos Farmacêuticos), Célia Chaves revela que já existe, a trabalhadores da saúde, programa junto ao Ministério respectivo, o qual contudo não dá conta de atender todo o universo profissional. Além dessa questão a ser sanada, se fosse estendido a outras áreas, na sua ótica, seria o ideal.

O presidente do Sindicato dos Nutricionistas de São Paulo, Ernane da Silveira Rosas, ressalta: “O nutricionista vai precisar participar ativamente nesse projeto de atualização, requalificação e talvez até complementação na formação.” Wellington Mello, presidente da FIO (Federação Interestadual de Odontologistas), também frisou a disposição da entidade em somar esforços pela consolidação dessa iniciativa. “Como conclama a Carta de São Paulo (*documento aprovado durante o 1º Encontro Nacional da CNTU, ao lado do manifesto ‘Por um Brasil Inteligente’*), é preciso ‘unir os trabalhadores dos vários segmentos sociais pelas lutas comuns’”, atesta Murilo Pinheiro, presidente da FNE (Federação Nacional dos Engenheiros) e da confederação.

No Congresso

Segundo Antonio Augusto de Queiroz, o Toninho, diretor do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), dentre as matérias sobre educação profissional em geral no Congresso Nacional, destacam-se dez. Seis tramitam na Câmara dos Deputados e outras quatro, no Senado. Entre os projetos de lei, alguns tratam de incentivos ao setor produtivo para a capacitação e outros da inclusão de determinados segmentos em programas educacionais. De acordo com o levantamento, não há nenhuma proposta que vise a instituição de um sistema nacional de qualificação nos moldes do que propugna a CNTU.

Inteligência a serviço da qualidade de vida nas cidades

Tecnologias devem ser acessíveis a todos e contribuir para melhorar condição humana

Soraya Misleh

“É FUNDAMENTAL que as políticas de inclusão digital estejam inseridas nas políticas de fortalecimento da educação, da produção cultural, do incentivo à pesquisa, à criação artística, à invenção técnica e da vida social e à inovação de produtos e processos.” Assim o manifesto “Por um Brasil Inteligente”, lançado

em 18 de novembro último como resultado do 1º Encontro Nacional da CNTU, vincula as chamadas TICs (tecnologias de informação e comunicação) a questões fundamentais ao desenvolvimento local. Esses recursos, se bem usados, podem fazer a diferença entre um modelo perverso de cidade e um inteligente.

Este último conceito tem sido frequentemente adotado nas últimas décadas, face à sociedade do conhecimento, como observou Oswaldo Massambani, professor titular da USP (Universidade de São Paulo) e assessor de desenvolvimento urbano sustentável do município paulista. Segundo ele, traz embutida a capacidade de integração tecnológica e de informação para o bem das pessoas. Assim, possibilitaria por exemplo monitorar o consumo de energia em tempo real, de modo a otimizá-lo, ordenar o tráfego e emitir sinais de alerta para a prevenção de deslizamentos e inundações. Como explica o especialista, instrumentos como redes de comunicação eletrônica devem ser usados para tornar as cidades mais eficientes no uso de seus recursos, em “redução de custos, economia de energia e qualidade de vida dos cidadãos”. A preocupação ambiental, ainda de acordo com ele, está inserida nesse contexto, com o uso de “tecnologia voltada à economia verde”. Ele cita algumas cidades no mundo que já contam com grau de automação bastante

avançado, como Tóquio, Berlim, Toronto, Bangcoc, Nova York, Yokohama, entre outras. “Cidade inteligente é considerada na medida em que atenda a alguns indicadores”, ensina.

Para tanto, Massambani considera algumas ações fundamentais. Entre elas, a implementação de infovias e sensoriamento eletrônico. As primeiras seriam vias de tráfego de informações através de fibras ópticas ou sistemas que irradiam sinais, como *wi-fi* (sem fio) para uma região da cidade. “Já temos uma importante, que conecta significativa parte do Brasil.” A partir dessa infraestrutura, é preciso ter “instrumentação que permita a coleta de informação”. De acordo com ele, uma estratégia é contar com uma central de operação que reúna dados sobre consumo de energia e propicie disponibilizar o recurso de forma mais eficaz. Outro caso é o do transporte. Mediante o uso de TIC, é possível ter uma sala de controle para ordenar melhor a mobilidade, por exemplo verificando a demanda e a oferta em determinados pontos e equilibrando os flu-



xos. Em outras palavras, melhorar a gestão dos serviços públicos nas cidades.

Necessária inclusão digital

Observando que existem iniciativas pontuais em grandes centros urbanos brasileiros – onde se concentra atualmente 80% da população –, entre os quais São Paulo e Rio de Janeiro, ele reconhece que as infovias não alcançam todo o seu território. No País como um todo, projetos inteligentes acabam por reproduzir a desigualdade ainda à espera de solução. Assim, conforme Massambani, enquanto em determinadas aglomerações a informação trafega a velocidade de 10 gigabytes por segundo, nas regiões Norte e Centro-Oeste a capacidade é menor. Em artigo intitulado “Por que nossas cidades continuam tão precárias?”, publicado na revista *Novos Estudos*, de março de 2011, os especialistas Raquel Rolnik e Jeroen Klink destacam, com base no relatório “O estado das cidades no Brasil”, elaborado para o período de 2002 a 2006, que “as cidades com PIB *per capita* muito acima da média brasileira concentram-se na maior parte do Su-

Em todas as médias e grandes cidades do Brasil, os trabalhadores em particular são submetidos a um massacre diário no transporte, acredita economista

deste, Centro-Oeste e Sul. Já as cidades com um nível do PIB *per capita* abaixo da média brasileira concentram-se principalmente na Amazônia e na região semiárida nordestina”. Isso não obstante observem algumas variações positivas, mas mais acentuadas em municípios mais bem estruturados.

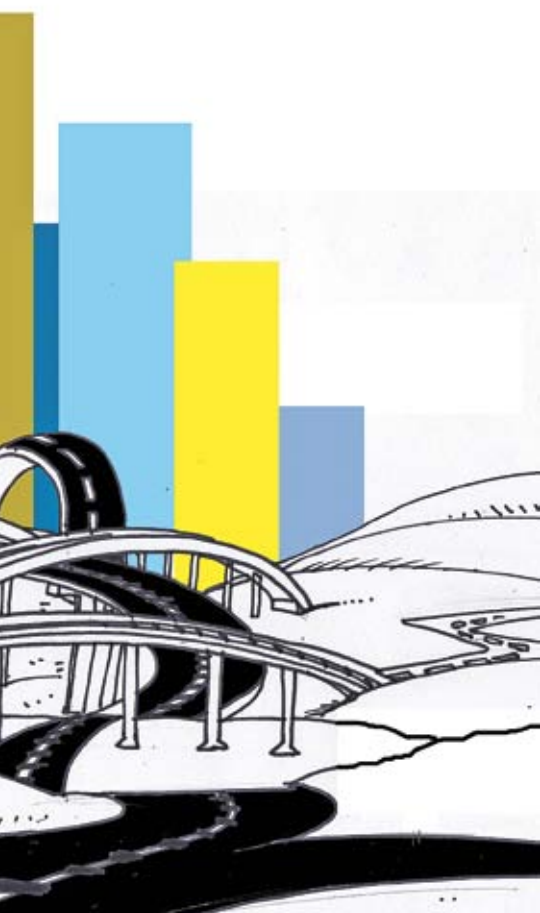
No que concerne ao tema em questão, Massambani indica que “a preocupação é adequar e tornar mais acessível a infovia, evidentemente fazer com que haja inclusão digital. A cidade inteligente tem que partir desse princípio e da sustentabilidade”. Na sua ótica, o planejamento urbano precisa levar em conta esse conceito. O que significa dotar o município de ofertas de trabalho, emprego e moradia próximos, ou seja, diminuir os deslocamentos e a poluição atmosférica. “É preciso rever esse modelo em que pessoas necessitam viajar muito. Deve-se redesenhar e reordenar o local pensando-se em uma cidade compacta, de tal modo que se levem todos os serviços do mundo contemporâneo a todos os lugares, de forma eficiente.”

Na concepção da economista e pesquisadora Ceci Jurua, a realidade está bem distante dessa proposta. Membro do Conselho Consultivo da CNTU, ela é categórica: “Pelo contrário, acho que estamos agindo em sentido inverso.” Focando na mobilidade, ela considera que “em todas as médias e grandes cidades do Brasil, as pessoas em geral e os trabalhadores em particular são submetidos a um massacre diário”. O modelo perverso, de predomínio do transporte individual sobre o coletivo, segundo Jurua, urge ser revisto. Nesse cenário, ela lamenta que se tenha abandonado e desmantelado as ferrovias e que não se priorizem projetos para atendimento a passageiros nos grandes centros urbanos. A crítica é ao trem bala, na sua opinião, um desperdício de dinhei-

ro público tendo em vista outras ações que seriam emergenciais para se resolver o caos no transporte. O equivalente a usar a inteligência para “a dominação, a violência e a opressão”. A economista acredita que o caminho para transformar esse quadro seria “aprofundar a democracia e resgatar o Estado das mãos do grande capital”. Na busca de um Brasil Inteligente, a CNTU, em seu manifesto sob esse título, além de apontar a importância da utilização adequada das TICs, ressalta a premência de se valorizar a criação nacional de novas tecnologias de informação e comunicação.

Mudar o modelo atual

Ainda em seu artigo, Rolnik e Klink observam que o cenário a ser revisto – ao qual o uso desses recursos pode vir a contribuir – está associado a um modelo que privilegiou quem tinha renda para consumo, de negação do direito à cidade à maioria da população urbana. “De acordo com esse modelo, o mercado formal de urbanização produz, privadamente, ‘cidade’. Isso de fato ocorreu para as classes médias e altas; para os demais brasileiros, no campo e nas cidades, restou uma inserção precária e ambígua no território: sem condições básicas de urbanidade, com vínculos frágeis com a terra que ocupam, vulneráveis a expulsões e remoções”, indicam. Mais à frente, eles vaticinam: “Essa lógica impôs um padrão predatório que condenou as cidades como um todo a um modelo insustentável (...), já que impõe perdas ambientais e externalidades negativas para seu conjunto muito difíceis de recuperar.” Aos autores, nesse sentido, as cidades são “arena privilegiada no processo de acumulação, mas os atores sociais tradicionalmente excluídos da sua função social não têm conseguido se apropriar devidamente dos frutos do crescimento econômico”. E concluem: “Na ausência de mudanças estruturais na sociedade brasileira, (...) a injeção em grande escala de recursos financeiros dos fundos públicos e o fortalecimento do arcabouço jurídico e institucional para nortear a gestão democrática e participativa dos espaços locais representarão passos insuficientes para mudar de forma significativa o rumo das cidades.” Um Brasil Inteligente, que alargue o desenvolvimento e “a melhoria de qualidade de vida para todos”, como conclui a CNTU, faz-se urgente.



A busca pelo desenvolvimento sustentável na Rio+20

Agenda da CNTU no âmbito da conferência da ONU inclui combate à degradação ambiental e ao crescimento da miséria e da pobreza

Soraya Misleh

A CNTU COMEÇA a debater sua inserção na Rio+20 e na Cúpula dos Povos. Ambas iniciativas ocorrerão na cidade do Rio de Janeiro, em junho próximo. O primeiro evento, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, está programado para os dias 13 e 22, e deve reunir mais de 100 chefes de Estado e 60 mil pessoas (50% do Brasil e 50% de fora) do movimento social, da academia, do setor público e da iniciativa privada. Já a Cúpula dos Povos acontecerá paralelamente, entre 15 e 23, no Aterro do Flamengo.

Essa última está sendo organizada pela sociedade civil e abrange cinco eixos principais: economia para garantir bem-estar, sustentabilidade e prosperidade a partir dos territórios; governança; marco legal para

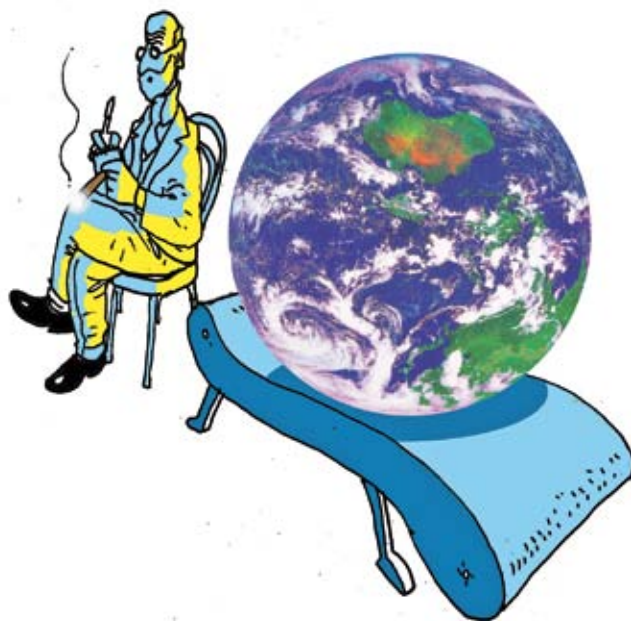
participação da sociedade civil; a Carta da Terra, feita logo depois da Rio 92; e paz e convivência.

Nas duas atividades, a confederação visa levar sua pauta sobre desenvolvimento sustentável, que consta dos

compromissos assumidos no seu 1º Encontro Nacional, realizado em novembro de 2011. Expressos no manifesto “Por um Brasil Inteligente”, sintetizam e assinalam diversas frentes de luta. O objetivo é alargá-las, assumindo perspectivas globais no combate à degradação ambiental do planeta, ao crescimento da miséria e pobreza mundiais e à financeirização da riqueza. Assim, uma das contribuições da entidade, na oportunidade, deverá ser a afirmação do papel dos profissionais liberais universitários na geração de maior valor agregado à produção.

O governo brasileiro tratou do tema no “Documento de contribuição brasileira à Rio+20”, no qual entende a inovação tecnológica como “potencial de agregar esforços e produzir consensos”, demandando “um grande pacto global em torno do esforço para geração e disseminação de tecnologias para o desenvolvimento sustentável”. Identifica três oportunidades: “segurança energética, com ênfase em fontes sustentáveis; segurança alimentar e nutricional, incluída a questão de acesso à água e à inovação tecnológica para a produção agropecuária; e papel dos recursos da biodiversidade para a inclusão social, como a produção de fármacos para a saúde, por meio da conservação e uso sustentável da diversidade biológica e do acesso justo e equitativo aos benefícios da biodiversidade”.

O engenheiro e consultor Carlos Monte destaca alguns pontos que



não poderão ser esquecidos nesse debate. Entre eles, a questão da melhoria no saneamento ambiental; o estímulo às fontes não poluentes na matriz energética; o controle do desmatamento, manejo equilibrado das florestas; e a disposição e tratamento dos resíduos em geral e das obras, em particular.

Nós a desatar

Para alcançar resultados favoráveis, contudo, é preciso desatar alguns nós, ainda antes do início da conferência. É o que indica o engenheiro Rubens Born. Participando da Comissão Nacional da Rio+20 como representante da sociedade civil, ele cita, entre esses, a necessidade de avanço no documento que será produzido ao final dos debates. “O rascunho zero está muito fraco”, afirma. Anunciado no começo deste ano e construído a partir de mais de 600 propostas, apresentadas desde que o processo preparatório foi inaugurado, em 2010, segundo ele, seria a declaração política da Rio+20. Todavia, não obstante fale em fixar objetivos para o desenvolvimento sustentável, para Born, “falta definir como eles serão implementados, com que recursos e com quem”. Ainda de acordo com ele, parte dessa discussão era para ter sido feita em Johanesburgo, há dez anos. “Lá se gerou o Plano de Implementação do Desenvolvimento Sustentável, que não está sendo feito”, lamenta.

Duas vertentes devem dominar as discussões durante a conferência, salienta. “Uma é a das transformações econômicas, o que foi rotulado de economia verde na erradicação da pobreza e promoção do desenvolvimento sustentável. A outra, fundamental, diz respeito aos arranjos institucionais. A falha da implementação acontece por insuficiente controle social ou governança.” Na sua concepção, cidadãos organizados, mesmo nos países desenvolvidos, não conseguem fazer com que os seus governos cumpram os acordos. “A transição para a sustentabilidade depende de a sociedade civil ter mais capacidade de monitorar o que o governo está fazendo ou deixando de fazer.” Professor titular da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), o engenheiro Mohamad Habib concorda. “Vivemos uma época em que todas as instituições públicas praticamente perderam

Entre os pontos centrais da conferência, devem constar a melhoria no saneamento ambiental, o estímulo às fontes não poluentes na matriz energética, o controle do desmatamento, o manejo equilibrado das florestas e a disposição e tratamento dos resíduos em geral e das obras, em particular

sua credibilidade, em nível global. Isso faz com que a própria sociedade civil perca a referência.”

Participação social

Na sua visão, apesar de a Cúpula dos Povos, enquanto iniciativa dos movimentos sociais, ser válida para pressionar os governos a seguirem o caminho da sustentabilidade, é preciso ter consciência de suas limitações. “Os poderes econômico e governamental dessas grandes instituições, que determinam as regras do jogo, são cegas e inconscientes, são grande obstáculo.” Diante desse cenário, ele aponta um caminho: “O que precisamos fazer na Rio+20 é aglutinar forças adicionais, de setores governamentais e econômico.” Para tanto, considera fundamental que movimentos sociais e populares se sensibilizem para essa necessidade de buscar novas alianças. “Aí sim podemos acelerar o processo da recuperação do planeta, ou seja, alcançar o desenvolvimento sustentável.”

A despeito disso, Carlos Rogério Nunes, secretário de políticas sociais da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil), ressalta o caráter positivo de o evento ser realizado no Brasil. E a expectativa de que esse debate seja a conjugação de um projeto comum. O tema já havia sido posto em pauta em seminário realizado du-

rante o Fórum Social Temático. Tal ocorreu em janeiro último em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, e serviu como preparação aos movimentos sociais para o debate na Rio+20. Na ocasião, Quintino Severo, da CUT (Central Única dos Trabalhadores), salientou a necessidade de demarcar os interesses da força produtiva nessas discussões. “São momentos para reafirmar a concepção da classe trabalhadora de como enfrentar a crise. Não adianta falar em desenvolvimento sustentável sem distribuição de renda.” João Carlos Gonçalves, o Juruna, da Força Sindical, enfatizou a necessidade de manter a unidade construída pelas centrais nos últimos anos.

Redirecionar políticas

Born vai adiante: “O que eu gostaria é que os governos ousassem e dissessem, ‘daqui para a frente, os investimentos públicos irão para onde faz mais sentido do ponto de vista da sustentabilidade.’ Se isso acontecesse, comparativamente à letargia e inércia dos últimos 20 anos, seria um avanço significativo.” Entre os mecanismos à mesa, ele destaca a criação de uma organização mundial para o meio ambiente, análoga à OMC (*Organização Mundial do Comércio*), com mecanismos de sanção. “Gostaria que se fortalecesse o Pnuma (*Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente*) como estágio de uma nova arquitetura institucional e política global. No tema governança, não pode ficar apenas no ponto ambiental. O desenvolvimento sustentável tem várias dimensões.” E continua: “Vamos transformar o Conselho Econômico e Social da ONU num fórum para que os países possam redirecionar essas políticas.”

Um exemplo é quanto à chamada economia verde. “Há interpretações que a reduzem a tecnologias e procedimentos para maior ecoeficiência na indústria ou na agricultura, reciclagem e redução da geração de lixo, economia de energia. Isso é necessário, mas não é suficiente. Há questões de sustentabilidade que implicam mudanças de modelo.” Born vaticina: “No geral, o debate está muito superficial. Discute-se o rótulo, e não como a economia estará a serviço do bem-estar humano e da recuperação e proteção ambiental.”



Participação e

A campanha Brasil Inteligente respalda-se na capacidade de mobilização das federações e sindicatos ligados à CNTU e se alicerça na contribuição que os profissionais liberais de formação universitária podem dar à iniciativa. Representantes dos economistas, engenheiros, farmacêuticos, médicos, nutricionistas e odontologistas e membros do Conselho Consultivo da confederação falam sobre o significado de um Brasil Inteligente.



MOBILIZAÇÃO

Qualificação e competitividade

O Brasil precisa encontrar formas de efetivar a Convenção 140 da OIT, visando garantir sua inserção no mercado globalizado

A CONVENÇÃO nº 140 sobre licença remunerada para estudos foi concluída pela OIT (Organização Internacional do Trabalho) em 24 de junho de 1974 e entrou em vigor internacionalmente a partir de 23 de setembro de 1976. O Brasil depositou a carta de ratificação do citado instrumento multilateral em 16 de abril de 1992, devendo passar a ter efeito um ano depois. Foi finalmente homologada pelo governo em 30 de setembro de 1994, após apreciação do Congresso Nacional, pelo presidente Itamar Franco. O avanço foi, portanto, reconhecido legalmente após 16 anos de luta das entidades sindicais.

Desde então, já se vão quase 20 longos anos e muito pouco ou quase nada foi implementado dessa convenção na vida dos trabalhadores brasileiros, em especial daqueles das profissões liberais regulamentadas. Por isso mesmo, o tema tornou-se prioridade de luta da CNTU, conforme as conclusões do 1º Encontro Nacional da entidade, realizado em novembro de 2011.

Ao examinar com mais profundidade o assunto, no âmbito da Fenecon (Federação Nacional dos Economistas), pudemos concluir que essa convenção ainda não se tornou realidade em função da carga e estrutura tributárias

brasileiras e da inserção necessária do País no mercado globalizado. Para se ter uma noção, enquanto em 1975 a carga tributária equivalia a 25% do PIB (Produto Interno Bruto), em 2011 a taxa chegou a 35%, considerando a arrecadação de todos os níveis de governo. Quase metade desse montante é atribuída aos setores de bens e serviços.

Carga tributária

De acordo com pesquisa de 2008 do Banco Mundial e da Price Waterhouse Cooper, no Brasil são necessárias cerca de 2.600 horas de trabalho, de cada cidadão, para se fazer frente aos tributos e impostos. Esses números comprometem seriamente a competitividade brasileira. Para se ter ideia, o segundo maior tempo é da Nigéria, que necessita de 1.120 horas. A China demanda 872 horas, enquanto na Suíça são necessárias 63; no Canadá, 119; nos Estados Unidos, 325; e no Japão, 350 horas.

Obviamente, o Brasil é um país ainda em desenvolvimento e temos que analisar da mesma forma o percentual do

PIB em investimento público. O FMI (Fundo Monetário Internacional), em meados desta década, divulgou que no Brasil os investimentos estão na casa de 1,7%, enquanto a média de 28 países é da ordem de 6,4%. Ou seja, os investimentos públicos no Brasil são quase três vezes menores, perdendo apenas para o Turquemenistão. Obviamente, esses cenários são muito ruins para a nossa realidade e por isso clama-se tanto por reformas, pois o aumento incansável da produtividade e da criatividade brasileiras tem limites, e precisamos ter crescimentos maiores e mais velozes.

Por outro lado, precisamos colocar também nesse contexto duas questões importantes da realidade, que não estão contempladas nesses estudos preliminares. Trata-se da questão do resíduo ambiental e das condições, como jornada de trabalho, benefícios sociais e seguridade, da população economicamente ativa que desenvolve esses bens e serviços. Seria, portanto, necessário criar critérios de classificação que levassem em conta tais variáveis, elevando o valor do produto ou serviço junto aos consumidores mais conscientes e dispostos a pagar mais pela produção social e ecologicamente correta.

Nesse contexto, precisamos encontrar formas de os governos e o setor produtivo garantirem a efetiva aplicação da Convenção nº 140, visando aprimorar sistematicamente a capacitação e reciclagem dos profissionais, com o objetivo de sobreviver à competitividade globalizada.

Wilson Roberto Villas Boas Antunes
Vice-presidente da Fenecon
(Federação Nacional dos Economistas)



Inteligência para um Brasil desenvolvido

É preciso investir em ciência, tecnologia e inovação e valorizar a mão de obra que opera o sistema produtivo

APÓS MAIS DE DUAS décadas perdidas, o Brasil conseguiu finalmente superar a estagnação e voltou a crescer. A população pode comemorar a redução do desemprego e o aumento dos salários e da renda. Mesmo a crise financeira internacional, que anulou o potencial crescimento em 2009 e ainda causa impactos, tem sido administrada de forma razoável. Embora a situação socioeconômica da maioria ainda deixe muito a desejar, é inegável o avanço registrado. Contudo, o salto decisivo ao desenvolvimento se dará com investimentos de peso e bem planejados em educação, ciência, tecnologia e inovação.

Quando lançado em 2006 pela FNE, o projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento” trazia como ideia central a importância da C&T na construção de um país avançado. Entre as propostas contidas no documento, está a implementação de uma cultura de inovação tanto no meio acadêmico quanto no setor produtivo, visando a geração de riqueza e bem-estar social. Imprescindível, portanto, a aliança entre esses dois mundos para que o saber não fique encastelado na universidade como mera teoria ou pesquisa, certamente valiosa, mas sem aproveitamento prático.

A população pode comemorar a redução do desemprego e o aumento dos salários e da renda

Grande ênfase também foi dada à convergência tecnológica nas comunicações e à tecnologia digital, que certamente dão a tônica neste século XXI. Campeão de audiência e presença em redes sociais como o Facebook e consumidor voraz de *smartphones*, *tablets* e equipamentos do gênero, o Brasil precisa deixar de

ser mero importador e tornar-se desenvolvedor dessas ferramentas. É necessário que haja tecnologia genuinamente nacional, com projetos feitos no País, e uma cadeia industrial robusta. Abre-se ainda um mundo de possibilidades no desenvolvimento de *softwares* e novas tecnologias, processo ao qual os jovens brasileiros devem ter acesso, encontrando espaço para exercer seu talento e buscar sua inserção social e no mercado. A partir dessa concepção, a internet de qualidade passa a ser serviço essencial a ser universalizado e gratuito.

Remuneração justa

Tão importante quanto investir nas áreas essenciais ao desenvolvimento é assegurar condições de atuação aos profissionais que o promovem. Já faz agora alguns anos que está em pauta no Brasil a discussão sobre a escassez de mão de obra qualificada, com destaque para os engenheiros. É fato que, com o reaquecimento da economia, as empresas, especialmente as que estão investindo em crescimento, passaram a ter mais dificuldades para completar seus quadros. É verdade também que o País deve ter especial atenção e tratar como objetivo estratégico a formação de mão de obra capaz de atuar na economia no século XXI. A FNE vem defendendo

a ideia desde 2006, com a proposta à época de dobrar o número de formados em engenharia a cada ano. Hoje, a entidade apoia a iniciativa de implementação do Isitec (Instituto Superior de Inovação e Tecnologia), que terá cursos de altíssimo nível tanto de graduação quanto de pós. Porém, há um aspecto dessa discussão que, embora um tanto óbvio, tem ficado de fora desse debate: a necessidade de se pagar melhores salários para garantir a mão de obra necessária. Numa tendência natural, sem oferta tão farta de trabalhadores com alto nível de formação no mercado, as empresas começam a se esforçar por manter os que têm. É preciso que os empre-



gadores, do setor privado e também do público, compreendam essa dinâmica e ajam de acordo com ela. O avanço do País passa por melhores condições de vida da população e isso, necessariamente, por ganhos maiores.

Em consonância com a campanha Brasil Inteligente, lançada pela CNTU, os engenheiros lutam por valorização e melhores condições de trabalho, cientes da importância da sua mão de obra para que avancem os projetos essenciais à construção de um país de fato desenvolvido.

Murilo Celso de Campos Pinheiro
Presidente da Federação Nacional dos Engenheiros

A bandeira do farmacêutico é a saúde do Brasil

Sistema público para o setor é um dos mais avançados do mundo, mas sua estruturação nacional carece de mais recursos

O MUNDO VIVE UM cenário de incertezas e contradições em razão da grave crise econômica que atinge países da Europa e os Estados Unidos. Neste ambiente de turbulência, emergem economias de nações até bem pouco tempo classificadas como “subdesenvolvidas”.

Essas perceberam que a crise internacional poderia ser uma janela de oportunidades para o crescimento e desenvolvimento de suas economias, principalmente se no âmbito internacional procurassem ter uma articulação comum. Foi assim que surgiram os Bric (Brasil, Rússia, Índia e China). Para o Brasil, além dessa articulação internacional, a integração latino-americana é estratégica para impulsionar o desenvolvimento e o mercado interno. Foi diversificando a sua cartela de relações internacionais, adotando inúmeros projetos sociais com foco na geração de emprego e renda e aprimorando políticas sociais que o país tem trilhado, nos últimos anos, um caminho de crescimento econômico, que tem se traduzido em melhoria das condições de vida do povo brasileiro. Para a Federação Nacional dos Farmacêuticos, esse crescimento econômico tem que ser acompanhado da

melhoria na qualidade e cobertura de serviços essenciais, entre os quais destacamos os serviços de saúde. O SUS (Sistema Único de Saúde) é uma conquista do povo brasileiro e um dos sistemas de proteção social mais avançados do mundo. Contudo, ainda carece de mais recursos para sua estruturação nacional, garantindo o atendimento a toda a sociedade. A Fenafar se soma a outras entidades na luta por mais recursos para a saúde, através do movimento Saúde mais 10, que tem como objetivo central a coleta de assinaturas para um projeto de lei popular.

Valorização profissional

Ao lado dessa luta, compreendemos que é indispensável a valorização dos profissionais que atuam na saúde, com salários dignos e jornada de trabalho condizente com os desafios profissionais nessa área tão sensível da sociedade. Por isso, temos desenvolvido com afinco a luta pela redução da jornada de trabalho do farmacêutico para 30 horas semanais, sem redução de salário.

A luta pela redução da jornada de trabalho não é nova. Desde o início da industrialização, ela está presente no debate sindical e precisa ser vista como evolução constante na história das relações de trabalho. No caso dos farmacêuticos, a redução da jornada trará benefícios não só para os

profissionais, mas para toda a população que contará com um atendimento de melhor qualidade.

Outra luta importante que está ligada à melhoria da saúde da população e ao reconhecimento do farmacêutico como profissional de saúde é a aprovação do substitutivo ao PL 4.385/94, que dispõe sobre a farmácia como um estabelecimento de saúde. Não podemos continuar tratando o medicamento como uma mercadoria e a farmácia como um estabelecimento comercial. Daí a importância da presença de farmacêuticos, em período integral, nesses estabelecimentos e de os medicamentos não estarem ao alcance da população em gôndolas. Enganam-se os que acreditam que medicações não controladas não possuem efeitos adversos nocivos à saúde. A intoxicação por medicamentos responde por uma parte considerável de internações e procedimentos médicos.

O Brasil precisa avançar na sua política de medicamentos, desde a produção, passando pela sua dispensação ao usuário e posteriormente pelo tratamento adequado do seu descarte.

Para isso, são necessários investimentos em ciência e tecnologia, indução da indústria nacional para reduzir a dependência externa e uma política consistente de assistência farmacêutica.

Na luta por um Brasil independente e soberano, com geração de emprego, distribuição de renda e justiça social, a contribuição da Fenafar é pontuada por todas essas questões.

Célia Chaves

Presidente da Federação Nacional dos Farmacêuticos



Dever do Estado, saúde exige política nacional

É urgente garantir financiamento ao setor, assim como adequada formação de recursos humanos, incluindo qualificação dos gestores

A DIVERSIDADE brasileira nos cenários geodemográfico, socioeconômico, político-cultural e, acima de tudo, por sazonalidades climáticas e ambientais constitui verdadeiro desafio a exigir planejamentos firmes e consistentes, capazes de equacionar os múltiplos desacertos vivenciados na atualidade pela saúde no País. Os distintos aspectos sanitários regionais e, não raro, locais afiguram-se de tal maneira que, do ponto de vista da política pública de saúde, não se apresentam soluções definitivas suficientes para dirimir atropelos.

São muitos, variados e prevalentes em todo o território nacional. Políticas preventivas de saúde são contraditórias. De um lado, desenvolvemos programas preventivos que são exemplos internacionais (DST-Aids; transplantes; vacinações; assistência a alta complexidade; dispensação de medicação de alto custo). Por outro, assistimos a epidemias, precárias condições sanitárias nas periferias das grandes cidades e no campo, violência urbana e no trânsito, acidentes de toda ordem, desassistência crônica da doença e com administração precária das suas consequências. A qualificação dos recursos humanos para a saúde deixa a desejar. Análise da formação de médicos é desalentadora. Proliferam-se faculdades de medicina no País sem quais-

quer critérios mínimos seletivos. Mesmo considerando a graduação médica de seis anos (equivalentes a 7.200 ou 9 mil horas-aulas, dependendo da grade curricular de graduação), nossos egressos apresentam grandes dificuldades de formação. Programas de pós-graduação *lato sensu*, exemplificados com a residência médica, também deixam a desejar. Deficiências no mecanismo de autorização e, principalmente, na fiscalização desses programas provocam resultados insatisfatórios.

Precariedade

Por preceitos constitucionais, a saúde no Brasil é estatal, consagrada como direito de cidadania e dever do Estado. Portanto, é imperativo equacionar o setor de maneira resolutiva e com adequado financiamento, além de eficiência plena dos gestores. O SUS (Sistema Único de Saúde), verdadeira conquista do povo brasileiro no aspecto assistencial, apresenta lacunas ameaçadoras. Filas se avolumam nos ambulatorios assistenciais. O setor de urgência e emergência é desalentador. De fato, representa a imagem do abandono.

O financiamento da saúde, cronicamente, é insuficiente. Não há orçamento próprio para o setor. Na atualidade, segundo dados do Ministério da Saúde, os recursos orçamentários destinados ao SUS apresentam déficit de aproximadamente R\$ 40 bilhões, secundados por insuficiência de recursos estaduais e municipais que insistem em práticas gestoras que marginalizam a saúde.

A chamada medicina suplementar, lucrativa por essência, praticada pelas operadoras de planos e seguros de saúde, tem seu marco regulatório frágil e com mecanismos de fiscalização tênues. Isso expõe os pacientes



a toda sorte de exigências, provocando dificuldades ou até mesmo impedimentos de acesso, tendo como decorrência o agravamento dos seus males.

Formulam-se diagnósticos os mais sofisticados, entretanto, as soluções não se efetivam. Há que considerar a elaboração de política de Estado para a saúde consistente e resolutiva. Há que se invocar realidades nacionais, com inventário criterioso, incluindo disponibilidade de recursos humanos e capacidade assistencial e gerencial instaladas. É desejável um plano quinquenal, com revisão anual, que conte com a participação efetiva das entidades médicas, de outros profissionais da saúde e da sociedade, por meio dos conselhos de gestores, municipais, estaduais e nacional de saúde.

Por fim, faz-se necessária Lei de Responsabilidade Sanitária, além da implantação do cartão nacional de saúde, contendo dados e informações dos pacientes para sua garantia assistencial e melhor eficiência do setor.

Cid Célio Jayme Carvalhaes

Presidente da Fenam

(Federação Nacional dos Médicos)

Brasil Inteligente é um país melhor para todos

Campanha lançada pela CNTU visa a construção de uma nação justa e próspera, com a participação dos profissionais liberais

NO FINAL DE 2011, a nossa confederação nos brindou com a primeira edição da premiação “Profissional Destaque Nutricionista”, além da criação do Conselho Consultivo da CNTU, que assessorará a sua direção em assuntos importantes e estratégicos de diversos setores, inclusive da nutrição. Na mesma ocasião, com fecho de ouro, a CNTU lançou a campanha Brasil Inteligente, iniciativa que será de extrema importância, funcionando como nosso grito de independência e essencial ao crescimento e ao desenvolvimento do nosso país.

Brasil Inteligente irá melhorar, por meio da educação, a saúde da população em geral, focando na conscientização para o consumo de alimentos saudáveis e nutritivos, ajudando o País a escapar do título de vice-campeão mundial, com o maior número de obesos. Com a campanha Brasil Inteligente conseguiremos reverter, na nossa produção de alimentos, o triste título de maior consumidor mundial de agrotóxicos.

Brasil Inteligente nos ajudará a termos mais autonomia como país e eliminarmos definitivamente do es-

tigma “país do futuro”. Ajudará a implantar e solidificar o projeto de reciclagem educacional para todos os profissionais, que assim poderão contribuir para o melhor e o maior desenvolvimento nacional.

Brasil Inteligente colocará em todas as partes do território nacional educação de alto nível, gratuita e educação para o desenvolvimento tecnológico, industrial e humano do nosso país.

Brasil Inteligente se encaixa na conscientização de que todos nós, brasileiros, seremos os verdadeiros “mestres de obras” na condução da

solidificação do desenvolvimento do nosso país. Um dos objetivos será que todos nós saibamos mais sobre os nossos direitos e deveres dentro do nosso país. A ideia é tomarmos posse do Brasil dos brasileiros e para os brasileiros, com nossa cultura sendo valorizada e protegida. Com o Brasil Inteligente, teremos o retorno dos nossos cientistas e doutores que hoje estão ajudando outros países a se desenvolverem tecnologicamente.



Brasil Inteligente também contribuirá com a melhoria da qualidade de vida de todos, com redução dos impostos e uma maior distribuição de renda.

Brasil Inteligente fomentará um aumento da participação político-partidária das camadas mais pobres da população, que são as que mais votam, mas que são as menos lembradas nas gestões públicas. Será o marco inicial para ajudar as pessoas a aprenderem a pensar e a questionar mais e a entender melhor as ações dos nossos governantes.

Ernane Silveira Rosas

Presidente do Sindicato dos

Nutricionistas do Estado de São Paulo

Brasil Inteligente irá melhorar, por meio da educação, a saúde da população em geral, focando na conscientização para o consumo de alimentos saudáveis e nutritivos, ajudando o País a escapar do título de vice-campeão mundial, com o maior número de obesos

É preciso zerar demanda por próteses dentárias no País

Há carência de 7 milhões, entre totais e parciais, para atender principalmente população entre 65 e 74 anos

A HISTÓRIA DA SAÚDE pública brasileira, ao longo dos anos, sempre foi implementada refletindo a compreensão dos governos de qual deveria ser o papel do Estado em relação às políticas sociais. Ora entendiam que deveria incorporar integralmente as ações de saúde, ora que deveria apenas promover pequenas ações que proporcionassem a assistência mínima necessária à população.

As Conferências de Saúde realizadas desde o fim da década de 1930 descrevem muito bem esse processo de compreensão do que o Estado brasileiro deveria assumir como política de saúde. A partir do fortalecimento do movimento de Reforma Sanitária e da realização da 8.ª Conferência Nacional de Saúde, um grande avanço foi alcançado na Constituição de 1988: a garantia que o Estado brasileiro assumiria integralmente a gestão do setor. De acordo com o artigo 196, “a saúde é direito de todos e dever do Estado”.

Ficou assegurado o cumprimento desse direito mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e o acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

A 3ª Conferência Nacional de Saúde Bucal, realizada em 2003, já destacava que os serviços de saúde nessa área não proporcionavam a reabilitação oral da população, em especial das pessoas idosas.

Envelhecimento

O último Projeto SBBrazil – Levantamento Epidemiológico em Saúde Bucal, concluído pelo Ministério da Saúde em 2010, comprovou cientificamente uma constatação social que já era do conhecimento das entidades de saúde bucal e autoridades do setor, além de ter atualizado as informações do SBBrazil 2003: ainda é

bastante significativa a demanda da população por próteses dentárias.

Mesmo com todos os avanços propiciados pela Política Nacional de Saúde Bucal, lançada no governo do ex-presidente Lula, ainda há uma carência de 4 milhões de próteses totais e 3 milhões de próteses parciais no Brasil. São cidadãos, principalmente entre os 65 e 74 anos de idade, que perderam todos ou parte dos dentes.

Assistência integral deve incluir saúde bucal, especialmente a idosos

Os dados demográficos mostram que o envelhecimento da população brasileira é uma realidade irreversível que, lamentavelmente, vem acompanhada da insuficiência de programas voltados a essa faixa etária e da dificuldade de acesso aos serviços públicos.

Um dado concreto que tem dificultado a mudança desse quadro é a existência atualmente de 18 mil técnicos em prótese dentária no País, mas todos atuando nos grandes centros urbanos. Isso mostra a necessidade de se formar mais técnicos para o interior, especialmente nos estados do Norte e do Nordeste.

Preocupada com essa situação, a FIO (Federação Interestadual dos Odontologistas) solicitou ao Ministério da Saúde, com o apoio da CNSB (Coordenação Nacional de Saúde Bucal), a criação de um grupo de trabalho formado pelas três instituições (FIO, MS e CNSB) para discutir um projeto visando zerar a demanda por próteses dentárias no País.

A FIO entende que é preciso cumprir com o princípio da integralidade estabelecido no



SUS (Sistema Único de Saúde), que abrange tanto a prevenção quanto a reabilitação. Com a concretização do projeto sugerido pela federação, vemos a perspectiva de o Estado resgatar a enorme dívida com essa parcela da população, recuperando a capacidade mastigatória de milhões de pessoas e devolvendo-lhes a autoestima perdida em razão de um problema decorrente não só de doenças bucais, mas também de fatores sociais, econômicos e da própria indisponibilidade de serviços que deveriam ser oferecidos pelo poder público.

Wellington Moreira Mello

Presidente da Federação Interestadual dos Odontologistas

Depoimentos dos membros do

O movimento sindical teve um papel preponderante no restabelecimento da democracia no Brasil, bem como na posição de destaque no cenário mundial do desenvolvimento socioeconômico que vivenciamos hoje. Temos a responsabilidade de contribuir com o nosso conhecimento nessa luta para avançarmos nesse crescimento de forma que todos os brasileiros sejam beneficiados. É, sem dúvida, através das organizações sociais que continuaremos contribuindo nessa missão de grande importância política. As organizações sindicais que integram a CNTU possuem papel relevante nessa luta pela conquista de um Brasil desenvolvido com justiça social, um Brasil Inteligente.

Odinéia Ribeiro

Diretora da FNE (Federação Nacional dos Engenheiros) e do Sindicato dos Engenheiros do Estado do Maranhão

Brasil Inteligente é um chamado à reflexão construtiva das categorias profissionais que decidiram unir-se para constituir a CNTU e que reconhecem que a burocracia, o preconceito, o apego a fórmulas ultrapassadas, o atraso político e a ignorância são obstáculos que precisam ser vencidos para que o progresso de nosso país aconteça em ritmo cada vez mais acelerado. Somente com atualização profissional, reflexão permanente, desejo sincero de mudança, esforço contínuo e espírito crítico em todos os sentidos poderemos alcançar esse objetivo, que, em última instância, é a essência da campanha Brasil Inteligente.

Carlos Monte

Consultor da FNE (Federação Nacional dos Engenheiros) e coordenador técnico do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”

Um Brasil inteligente deve buscar a melhoria da qualidade de vida de sua população. Para isso, investir com mais energia na educação, que é a base da formação de um ser, melhorar as políticas públicas de nosso país, com projetos ousados e eficientes, práticos e acessíveis para todas as classes sociais, sem burocracia e com mais transparência e comprometimento; incentivar o desenvolvimento local e a sustentabilidade das regiões brasileiras; e estimular a exploração de nossas riquezas com responsabilidade e consciência. É ainda melhorar a condição de moradia e saúde da população e facilitar o acesso ao alimento. Assim, formaremos pessoas dignas e cidadãos éticos.

Rosemarly Candil

Presidente do Sindicato dos Nutricionistas do Mato Grosso do Sul

Ser inteligente é aquele capaz de entender o seu tempo, com tal profundidade, a ponto de perceber as suas necessidades, traduzir as suas ansiedades e interpretar as suas reais possibilidades. Ser um país com tal proporção requer essa concepção dos que o idealizam e o compartilhamento pela maioria absoluta do seu povo.

Ivan Tavares de Farias Júnior

Presidente do Sindicato dos Odontologistas do Estado do Rio Grande do Norte

Para se construir um Brasil inteligente, é indispensável que haja uma ampla participação popular no debate acerca das políticas estratégicas que visam aceleração de desenvolvimento econômico com inclusão social, geração de emprego e renda e redução das desigualdades. Para promover um desenvolvimento com esses predicados, a valorização do trabalho é um fator indispensável. Nesse sentido, o Brasil tem tarefas pendentes que precisam ser enfrentadas com determinação. Entre as quais, destacam-se a redução da jornada de trabalho e a valorização salarial. O robustecimento da indústria nacional, com investimento em ciência e tecnologia, fortalece o mercado interno e permite que o Brasil trilhe um caminho de desenvolvimento soberano que promova mais justiça social, garantindo e ampliando o direito dos trabalhadores e melhorando os serviços essenciais que o Estado deve prover à sociedade, como saúde, educação, habitação, entre outros.

Gilda Almeida

Vice-presidente da CNTU, tesoureira da Fenafar (Federação Nacional dos Farmacêuticos) e secretária de Finanças da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil)



Conselho Consultivo da CNTU

Para um Brasil Inteligente, precisamos entender que um dos entraves ao desenvolvimento pleno está no fato de que ainda não se consolidou em nosso país uma cultura de nação soberana. Somente em poucos momentos da nossa história essa ideia prevaleceu. Nos últimos 20 anos, o avanço fulminante do chamado neoliberalismo aprofundou nossa histórica fragilidade como nação. No entanto, a crise econômica, provocada por esse modelo e que agora atingiu em cheio os países do Primeiro Mundo, pode ser a oportunidade para avançarmos na construção de uma nação soberana e desenvolvida, com um povo próspero e solidário. Para tanto, a pedra de toque é a construção de um Plano Nacional de Desenvolvimento que preveja investimento maciço em ciência, tecnologia e inovação.

Eliseu Gabriel

Vereador na Câmara Municipal de São Paulo

Somente a democracia permite que possamos combater a corrupção, que impede que tenhamos educação para todos. Com o uso de tecnologias da informação discutidas com a sociedade, podemos efetivamente ter políticas de inclusão digital e o estímulo à inovação em todos os níveis. Esse movimento renovador fará com que as políticas sociais sejam tratadas como metas e não como custos. Teremos um serviço público de qualidade quando houver respeito pela função pública, ao trabalho executado e remunerado adequadamente. O desenvolvimento industrial abrigará a melhoria da infraestrutura urbana. A discussão democrática da CNTU para formular um conjunto de ideias nos motiva a participar ativamente da campanha Brasil Inteligente.

Breno Botelho Ferraz do Amaral Gurgel

Presidente da Delegacia em Taubaté do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo

Para um Brasil Inteligente, é preciso vencer os obstáculos da universalização da educação profissional e investir com vigor nas áreas das ciências tecnológicas. Também é preciso apostar com mais ousadia na educação, por meio dos ciberespaços, com a finalidade de criar novas tecnologias e conhecimentos. Assim, tornam-se indispensáveis as políticas de inclusão digital para fortalecer a educação. Temos que perseguir, em todos os níveis, a qualidade do ensino, oferecendo diversidade e novas alternativas de atualização, requalificação e formação das competências.

Carlos Todeschini

Vereador na Câmara Municipal de Porto Alegre

Brasil Inteligente é o País contar com um sistema de impostos simplificado, justo, em que todos pagam suas obrigações fiscais e que não crie brechas para a evasão de arrecadação. Isso é exatamente o inverso do que ocorre hoje no Brasil, que conta com uma estrutura de impostos burocrática, regressiva, de elevado ônus para os trabalhadores e empresas e que beneficia o sonegador. Só há uma base para a cobrança de tributos capaz de atender as necessidades brasileiras, que é a movimentação financeira, e ela já vem sendo discutida no País desde 1990, quando foi lançada a ideia do IUT (Imposto Único sobre Transações). (...) O IUT tramita desde 2001 na Câmara dos Deputados (PEC 474/01), tendo sido aprovado pela Comissão de Reforma Tributária em 2002, e poderia ser votado pelo Congresso a qualquer momento, permitindo assim ao Brasil contar com um sistema de impostos racional, moderno, justo e gerador de riquezas.

Marcos Cintra

Diretor da CNTU e vice-presidente da FGV (Fundação Getúlio Vargas)

O Brasil vem conquistando avanços importantes em vários campos, em especial no socioeconômico (...). O sucesso tem se traduzido em um nível elevado de aprovação do governo, o que mostra que a sociedade reconhece os progressos. (...) O controle da inflação, mais recentemente acompanhado de um maior crescimento do nível de atividades, vem refletindo na melhora do emprego, com auxílio das políticas sociais, o que tem gerado distribuição de renda e minimizado a nossa ainda elevada desigualdade.

No entanto, o principal risco que enfrentamos, ao contrário do passado recente, não advém dos fatores externos, mas de caráter interno, que é o risco da acomodação. (...) A principal contradição em jogo é que nos tornamos um mercado relevante, a sexta maior economia mundial, pelo critério do PIB (Produto Interno Bruto), mas não estamos aproveitando a potencialidade desse imenso mercado de consumo para viabilizar a ampliação da produção doméstica, a geração de centros de pesquisa e desenvolvimento e tecnologia, o que nos propiciaria empregos e renda de melhor qualidade e sofisticação e maior sustentabilidade das contas externas. (...)

Antonio Corrêa de Lacerda

Professor-doutor do Departamento de Economia e do Programa de Estudos Pós-graduados em Economia Política da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica)



Os ingredientes para um Brasil Inteligente são: democracia, desenvolvimento econômico e social, soberania nacional com integração regional, valorização dos trabalhadores e investimento em políticas sociais. Todos eles integrados a uma gestão pública realizada com probidade e transparência são indispensáveis para que o Brasil aprofunde um processo de mudanças que está se refletindo positivamente na qualidade de vida da população. O fortalecimento do papel do Estado na oferta de serviços essenciais e na promoção de políticas para valorizar o salário e gerar renda é estratégico para alcançarmos um Brasil Inteligente. Nesse leque de questões, destaco a necessidade de defendermos o Sistema Único de Saúde, garantindo a ampliação dos recursos aplicados no setor.

O slogan da Fenafar traduz a importância dessa luta: “A bandeira do farmacêutico é a saúde do Brasil.” Um país que não garante um serviço de saúde público, universal e de qualidade a sua população não pode ser caracterizado como inteligente. Por isso, essa é uma luta estratégica para a população e para o Brasil.

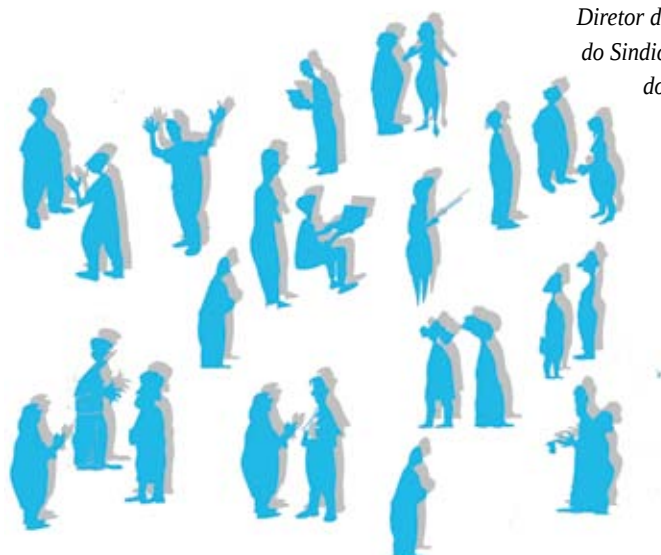
Célia Chaves

Presidente da Fenafar (Federação Nacional dos Farmacêuticos)

A campanha Brasil Inteligente, da CNTU, é abrangente e inteligente, com temas que interessam a toda a sociedade brasileira. Dá ênfase à educação e cultura e, sobretudo, ao desenvolvimento e à defesa intransigente das profissões que a confederação representa. Parabéns, CNTU, por mais essa iniciativa dignificante.

José Ferreira Campos Sobrinho

Diretor da CNTU e da FIO (Federação Interestadual dos Odontologistas)



Ao propor prioridade na universalização da educação com excelência desde a infância no Brasil, estamos diante de oportunidade para romper grilhões que nos separam de promissor destino civilizatório. Como nação colonizada por Portugal até o século XIX, desenvolveu-se a fazenda brasileira: alimento e minérios. Nesse contexto, aos negros foi negado o direito à educação. (...) Nossa industrialização foi adiada no século XIX (...). Após a República, a dominação passou a ser norte-americana, situação que se estende aos dias de hoje. (...) Entre os anos 1950 e 1980, montou-se parque integrado industrial no País. Para isso, implantou-se sistema universitário que passou a formar mão de obra para sustentar a posição outorgada pelos EUA ao Brasil de entreposto industrial na América do Sul. (...) Entre 1990 e 2002, caracteriza-se o período da “globalização”, no qual o Brasil rendeu-se aos preceitos neoliberais das finanças internacionais. (...) Conclusivamente, pela primeira vez em 40 anos, dispõe-se de oportunidade para saldar passivo histórico através de revolução na educação científica e empreendedora desde a infância para todos os brasileiros.

Marco Aurélio Cabral Pinto

Professor da UFF (Universidade Federal Fluminense)

Neste momento em que o Brasil se destaca como a sexta potência mundial e a passos largos caminha para rapidamente tornar-se a quinta, devemos não só nos preocupar em erigir uma nação inteligente, mas também tecnológica. Um grande passo foi dado pela CNTU, que confedera as principais profissões liberais, para unidas focarem um avanço tecnológico, que leve em conta também a qualidade de vida do cidadão e a preservação da natureza. Será essa a nossa nobre missão. Por isso, o manifesto do 1º Encontro Nacional da CNTU traduz com objetividade as nossas metas.

Edson Shimabukuro

Diretor da CNTU e presidente do Sindicato dos Engenheiros do Mato Grosso do Sul

A partir da década de 1980, o mundo passou a experimentar uma nova ideologia política na condução da economia: o neoliberalismo. O Brasil não ficou de fora desse avassalador processo hegemônico, por sua natureza, uma ideologia radical e fundamentalista que tem entre seus fundamentos básicos o privilégio do capital em detrimento da liberdade, da democracia e, sobretudo, do trabalho, que considera como uma mercadoria. (...) A crise econômico-financeira de abrangência mundial de 2008 constituiu a crise do neoliberalismo. Contudo, tal ideologia não morreu e ainda continua muito forte no mundo, principalmente nos Estados Unidos e na Europa (...). O Brasil, para continuar avançando rumo a um melhor futuro e, sobretudo, para ser cada vez mais inteligente, deve ter como condição básica extirpar definitivamente o neoliberalismo de seu processo de desenvolvimento econômico, de forma a evitar grande sofrimento do nosso povo (...).

Wanderlino Teixeira de Carvalho

Diretor do Sindicato dos Engenheiros de Goiás

Com mais de 80% da população brasileira já vivendo em aglomerações urbanas, é fundamental promover o aprimoramento e o desenvolvimento das cidades como efetivos motores da economia verde, promovendo novos espaços de conectividade, de criatividade e de inovação. É fundamental que as comunidades tenham excelência em seus atributos de infraestrutura, com sistemas e serviços de qualidade no abastecimento de água, saneamento, gerenciamento sustentável de resíduos e um seguro suprimento de energias limpas. Além disso, devem ser estruturadas e desenvolvidas com a densidade de cidade compacta, proporcionando mobilidade adequada que privilegie a pessoa, acomodando atividades associadas com o trabalho, a convivência e a recreação, e ainda preservando os ecossistemas e a biodiversidade. O Brasil inteligente deve estar fundamentado numa estratégia baseada no crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, estimulando a consolidação de um sistema de relações entre as instituições, organizações e indivíduos, que assegure as escolhas coletivas e a sua real consolidação.

Oswaldo Massambani

Professor titular do Instituto Astronômico e Geofísico da USP (Universidade de São Paulo)

Um Brasil Inteligente é aquele que se reconhece como um povo só, uma grande nação e, assim, busca se firmar de maneira solidária e soberana no cenário internacional mantendo suas características próprias, sua criatividade e alegria, a exemplo do que ocorreu, 90 anos atrás, na Semana de Arte Moderna de 1922. Para que o País possa caminhar nessa direção e se desenvolver mais a cada dia, é preciso valorizar o conhecimento técnico e científico por um lado e, por outro, consolidar a filosofia da fraternidade, solidariedade e valorização do ser humano. A CNTU tem esse compromisso e, ao lançar a campanha Brasil Inteligente, está contribuindo para que o País siga progredindo em favor de seu povo.

Jamil Murad

Vereador na Câmara Municipal de São Paulo

A campanha Brasil Inteligente é excelente ocasião para que os profissionais liberais representados pela CNTU amadureçam a reflexão em torno da troca necessária do modelo econômico. A economia brasileira está em encruzilhada fatal, é preciso escolher entre continuar com o modelo agroexportador ou voltar aos rumos traçados na Constituição de 1988, do desenvolvimento com base na indústria e no mercado interno. Em consonância com a tese defendida pelo professor Luiz Gonzaga Belluzzo, de reindustrialização, acredito que a sabedoria aconselha virar o leme. Mas como? Proponho que a troca de modelo comece pela retirada dos subsídios e isenções tributárias à exportação de produtos minerais. No solo, minerais são reserva de riqueza; na exportação, são trocados por bens de consumo, troca desigual pela qual o povo perde patrimônio e fica mais pobre relativamente aos 1% do andar superior. Em seguida, pensarmos em revogar a Lei Kandir e seus complementos.

Ceci Juruá

Pesquisadora da Uerj
(Universidade Estadual do Rio de Janeiro)

O projeto Brasil Inteligente desenvolvido pela CNTU abre uma cortina para uma grande reflexão: qual é o país que desejamos? Entre o desejo e a ação permeia a vontade de transformar. O poeta inglês Willian Blake disse: “Quem deseja e não age, engendra a peste.” A CNTU, como uma entidade de vanguarda intelectual, realizou vários fóruns discutindo temas relevantes e instigantes. As propostas de ação do Brasil Inteligente terão desdobramentos que estarão sintonizados com os ventos da mudança. O Brasil é um novo país, uma potência que triunfará nos próximos anos, e a CNTU estará iluminando com o brilho das ideias libertárias esse longo caminho a ser percorrido na construção de uma sociedade justa e fraterna.

Luciano Eloi Santos

Vice-presidente da FIO (Federação Interestadual dos Odontologistas)

O manifesto “Por um Brasil Inteligente” é extremamente oportuno neste momento em que o País deve decidir sobre qual caminho tomar em termos econômicos, sociais e políticos. Sintetiza as ideias centrais para a implementação de um novo padrão de desenvolvimento ambientalmente sustentável e nucleado na reindustrialização e revigoramento dos serviços produtivos. Bem como aponta para a urgência de melhorias estruturais nas áreas de educação, saúde e saneamento, entre outras políticas públicas igualmente relevantes. Sem dúvida alguma, constitui relevante contribuição para os dirigentes do País e todos aqueles preocupados com o destino de nossa nação.

Waldir Quadros

Professor da Unicamp
(Universidade Estadual de Campinas)

Um país inteligente é aquele que conhece e enfrenta seus desafios, busca incessantemente o bem-estar de seus cidadãos, harmoniza o desenvolvimento e o meio ambiente. É um país competitivo, ágil na decisão e ação, está inserido no contexto das grandes e pequenas nações, reconhecido pela sua criatividade e tolerância à diversidade. Enfim, é o Brasil que todos nós queremos e construímos a cada dia.

Marcelo Zuffo

Professor titular da Escola Politécnica da USP
(Universidade de São Paulo)



O manifesto do 1º Encontro Nacional da CNTU, “Por um Brasil Inteligente”, alinha-se bem com a filosofia da VDI-Brasil, que busca o aprimoramento e aperfeiçoamento do engenheiro através de seus cursos e eventos. Além disso, a VDI é um importante e competente parceiro tecnológico para engenheiros e empresas do eixo Brasil-Alemanha. Neste cenário, surge nossa principal matéria-prima: o engenheiro, que, através de suas invenções, possui a capacidade de tornar sonhos realidade. Se, por um lado, a Alemanha surge como a precursora de marcas e tecnologias com suas empresas e instituições, por outro, o Brasil, sempre um parceiro presente, também traz a sua contribuição, através de suas riquezas humanas e naturais, que a cada dia reforçam sua capacidade frente aos desafios da humanidade, principalmente em uma era em que a sustentabilidade está em pauta. A inteligência brasileira não está apenas no fator humano, mas também em sua expertise de lidar com os desafios do futuro.

Edgar Horny

Presidente da VDI-Brasil (Associação de Engenheiros Brasil-Alemanha)

Brasil inteligente é o Brasil sem miséria, com democracia, respeito aos direitos humanos e à ecologia; com trabalho e salários dignos para seu povo, com educação, saúde, segurança e transporte e estradas pavimentadas; políticos compromissados com o País e a população, sem corrupção em seus mandatos, unidos em favor do bem coletivo. No entanto, um país que não oferece ao seu povo qualidade de vida, apesar dos altos tributos cobrados, mesmo com os avanços, mas tendo muito ainda a oferecer para sua população, o que é o desejo de todos que lutam para terminar as desigualdades e dar dignidade para todos, não é um país inteligente, só está caminhando para ser.

Clóvis Abrahim Cavalcanti
*Diretor da CNTU e da Fenam
(Federação Nacional dos Médicos)*

Não há como pensarmos em um Brasil inteligente sem educação. Não vejo outra saída para o País que não contemple investimentos maciços em educação. E não necessariamente estamos falando em educação formal apenas, mas educação em seu sentido mais amplo. É claro que acreditamos que precisamos que todas as crianças estejam na escola. Mas não é só isso. É preciso investir em educação para todos, em cidadania, em respeito ao próximo, em redistribuição de renda, em soluções eficazes e às vezes extremamente simples. Como construir uma horta comunitária, por exemplo, é educação. Como não furar fila, isso é educação. Como utilizar melhor sobras de alimentos, reaproveitar todo o tipo de material, de papel a roupas usadas. Creio que um Brasil inteligente passa por um investimento maciço em educação, em que não só se aprendam conceitos fundamentais, mas também a respeitar o próximo, ajudando no que for possível e evitando acima de tudo a prática mais comum do nosso País, de levar vantagem em tudo.

Vera Lúcia Rodrigues
*Jornalista da Vervi
Assessoria de Imprensa*

Quando pensamos a campanha Brasil Inteligente, reiteramos nosso compromisso de agentes transformadores, articuladores e mobilizadores, que acreditam que um novo mundo é possível. Acredito que ao garantirmos políticas sérias e éticas e investimentos em educação, saúde e geração de empregos, teremos como consequência a transformação da sociedade, com ênfase nos valores de respeito à vida, cidadania, acesso à formação, qualidade de vida, sustentabilidade, moradia, alimentação e segurança.

Cláudia Beatriz C. de Andrade
*Diretora da CNTU e
secretária-geral do Sindicato dos
Médicos de Pernambuco*

Um Brasil inteligente é aquele onde o povo avança cada vez mais no exercício de sua cidadania. Pata tanto, é fundamental conhecermos e divulgarmos o processo orçamentário em nosso país, participar de audiências e exigir a transparência das contas públicas. Isso porque somos nós que sustentamos todo o aparato do Estado brasileiro, com o dinheiro de nossos tributos são construídas as obras públicas, paga-se o salário do funcionalismo e de todos os políticos. Anualmente, os governos federal, estadual e municipal arrecadam centenas de bilhões de reais, e a maioria do povo e das lideranças nacionais sabe muito pouco onde e como esse dinheiro é empregado. Por tudo isso, é urgente desenvolver uma ampla campanha sobre esse tema, principalmente junto à população de baixa renda. Isso porque é essa população que, proporcionalmente, paga mais tributos, devido à maioria da carga tributária ser indireta, taxando pobres e ricos da mesma forma. Um Brasil inteligente se constrói conhecendo e divulgando a questão tributária, suas injustiças e os temas referentes ao orçamento público.

Odilon Guedes
Professor universitário



Max Weber ajudou-nos a compreender a natureza da sociedade ao afirmar que devíamos olhar sempre para o campo das ideias, e em especial como as ideias podem promover mudanças sociais. As ideias colocadas no manifesto do 1º Encontro Nacional da CNTU, oriundas dos quatro encontros regionais realizados pelas lideranças sindicais de todo o País, construíram sem sombra de dúvida o alicerce para alcançarmos as metas visando um Brasil inteligente. O documento traçou um ambicioso plano de crescimento e realizações de longo prazo, para, no ano de 2022, quando se comemorará o Bicentenário da Independência, termos um país reconhecido como a maior nação democrática do mundo, justo, soberano e com qualidade de vida para todos. (...)

Gerson Tertuliano

Presidente do Sindicato dos Engenheiros de Goiás

A universidade, bem como todo o sistema de ensino, enfrenta graves problemas oriundos da sua massificação, da necessidade de altos investimentos agregados à pressão pela manutenção da meritocracia. No entanto, nossa universidade ainda atua como se estivesse na época de sua criação, quando um número reduzido de estudantes, oriundos da elite intelectual do País, absorvia o ensino altamente qualificado disponível na academia. A situação agora é outra. A massificação é irreversível, e a mesma técnica de ensino do passado não é eficiente o bastante para uma boa qualificação de nossos jovens. A tecnologia já deu sua contribuição para solução desse problema, mas a universidade ainda hesita em aplicá-la. Por outro lado, o grande aumento do número de jovens e o crescimento da expectativa de vida ocorrendo simultaneamente colocam nosso país em um momento único de nossa história, pois teremos, trabalhando no mesmo ambiente, profissionais de todas as faixas etárias, que promoverão ganhos sensíveis de conhecimento e poderão nos ajudar a dar um salto de desenvolvimento nunca visto. (...)

José Roberto Cardoso

*Diretor da Escola Politécnica da USP
(Universidade de São Paulo)*

Para que o nosso país seja uma pátria que encha de orgulho todos os brasileiros, precisamos lutar para eliminar o analfabetismo, que deixa sem oportunidades muitas mentes que poderiam ser criativas e viriam a somar em benefício do desenvolvimento e engrandecimento de nossa nação (...). Poderíamos investir na formação de técnicos, qualificando mais a nossa mão de obra e criando oportunidades para que os universitários, ao concluírem seus cursos, pudessem ter melhor acesso à pós-graduação, com mestrado, doutorado etc, destacando ainda mais nosso país no concerto das nações. Não podemos deixar de levar em consideração que, para reduzir as desigualdades sociais, precisamos nos manter no regime democrático e sempre procurar aperfeiçoá-lo, fazendo as reformas em nossa Constituição após o debate com toda a sociedade (...). Mais financiamento para a saúde e educação, mais transparência no trato da coisa pública e mais rigor com aqueles que dilapidam o tesouro desta nação, criando mecanismos ágeis para puni-los e eliminá-los da vida pública. (...)

José Ribamar Costa

Presidente do Sindicato dos Médicos do Acre



Um país inteligente é aquele que garante a seus cidadãos liberdade de ir e vir; expressar-se e acesso à informação; respeita o ser humano, as instituições; valoriza o trabalho e os trabalhadores com remuneração justa e digna; cuida do meio ambiente produzindo bem-estar à população; tem compromisso com as questões sociais, políticas, legais, morais e éticas; incentiva a educação, a pesquisa, a inovação, o desenvolvimento e a tecnologia; responsabiliza-se pelas questões culturais, sociais, econômicas; atende, enfim, a todas as necessidades básicas do cidadão.

Maria Maruza Carlesso

Diretora de Finanças adjunta da CNTU

Brasil inteligente será aquele capaz de unir as mais amplas forças políticas e sociais do País para realizar as reformas democráticas necessárias para viabilizar uma estratégia nacional de desenvolvimento. Esse novo projeto de desenvolvimento deverá se ancorar na democracia, na soberania nacional, no progresso social e na integração solidária com os países da América Latina e do Caribe. Só com a união das forças vivas desta nação e um papel protagonista dos trabalhadores, o Brasil pode ser a bola da vez do século XXI. Nessa trajetória de mudanças, o movimento sindical classista está convocado para assumir novas e maiores responsabilidades. A valorização das forças do trabalho será a condição necessária para dar sustentabilidade a esse novo ciclo progressista para o País.

Nivaldo Santana

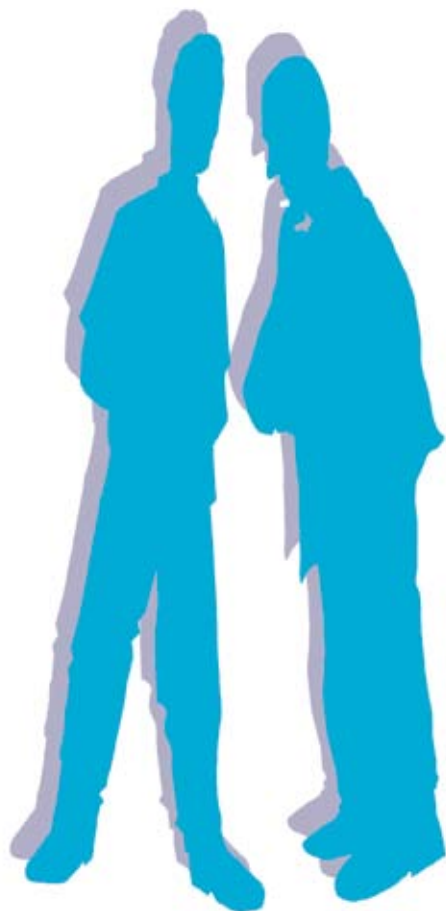
Vice-presidente da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil)



Ao escutarmos a expressão Brasil Inteligente, o que inicialmente vem a nossa mente é a questão da educação para todos. Mas o Brasil Inteligente tem que ter muito mais conteúdo. É cidadania. O conceito de cidadania tem origem na Grécia clássica, quando era usado para designar os direitos relativos ao cidadão, ou seja, o indivíduo que vivia na cidade e ali participava ativamente dos negócios e das decisões políticas. Ao longo da história, o conceito de cidadania foi ampliado, passando a englobar um conjunto de valores sociais que determinam o conjunto de deveres e direitos de um cidadão. Cidadania é o direito de ter direito e também deveres. Sob essa ótica, havendo mais conscientização de sua cidadania, a população influenciará e tomará para si o controle das questões relativas a educação, empregos, desenvolvimento, empreendedorismo, serviços públicos, políticas sociais, infraestrutura econômica, social e urbana, comunicação e democracia. Aí sim, teremos o real significado de um país inteligente.

Newton Güenaga Filho

Presidente da Delegacia na Baixada Santista do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo



Brasil inteligente é o que procura distribuir melhor seus recursos e riquezas, buscando colocar toda a sua população a integrar de imediato seu presente, com a inclusão da população excluída ao seu mercado interno. Criando um espaço de homens livres e construindo uma sociedade em que o direito à educação e à saúde seja assegurado a todos os seus cidadãos. Que o emprego traduza uma realidade de liberdade e segurança para um crescimento harmonioso. Que cada vez mais a nossa produção, especialmente a industrial, cresça com aumento de produtos de alto valor agregado. Devemos continuar a dar nossa contribuição para sanar a fome no mundo, mas modificando nossa matriz de exportação. Continuar crescendo o nosso sistema de produção de energia não poluente. Que nossa política externa continue contribuindo como sempre o fez para a paz e o entendimento entre os povos. Que haja cada vez mais respeito pelas nossas raízes e origens para maior criação e divulgação de todas as nossas manifestações artísticas em defesa da nossa história.

João Paulo Dutra

Vice-presidente do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo

O Brasil inteligente terá que priorizar a educação como política de governo. Investir na educação desde as escolas primárias, a fim de que posteriormente possa colocar a sociedade na vanguarda dos avanços tecnológicos, dentro de um trabalho de modernização continuada. Terá que investir na excelência de seus professores, conferindo a esses bons salários que contribuam para seu prestígio e crescimento profissional. O Brasil inteligente terá que promover a reinvenção contínua da educação, formando profissionais altamente capacitados, que busquem conhecimento, entendimento e comunicação, abrindo as mentes para novas possibilidades de criação e desenvolvimento de ideias, assim fomentando a pesquisa. Docência e pesquisa caminham juntas, porque são partes do mesmo universo do conhecimento. Investir na excelência e valorização da docência e da pesquisa é investir na formação dos profissionais que irão promover o desenvolvimento do País em todos os setores.

Maria Christina Seabra Dutra

Advogada, relatora do XVII Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/SP (Ordem dos Advogados do Brasil) e procuradora aposentada da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas)

Educação é a palavra chave para alcançarmos um Brasil inteligente, mais justo e igualitário. É necessário priorizar investimentos que promovam a qualidade do ensino fundamental e médio, valorizando os professores com melhor remuneração. Outros aspectos fundamentais para que o Brasil faça jus ao papel de protagonista político que vem assumindo entre os países emergentes incluem o fomento ao desenvolvimento tecnológico industrial e à capacidade de inovação; a realização de uma reforma administrativa e tributária; e investimentos concretos em prol do servidor público, garantindo-lhe qualificação e valorização, para que ele desenvolva seus serviços com eficiência e esteja amparado nos momentos de instabilidade, como na doença e na terceira idade. É tempo de promover melhorias nas infraestruturas urbanas e sociais (...). Temos que valorizar a democracia, combatendo a corrupção e exigindo maior transparência, para que em 2022 possamos orgulhosamente comemorar o bicentenário da Independência do Brasil.

Cecília Motta de Oliveira

Presidente do Sindicato dos Farmacêuticos no Estado do Amazonas

Para nós, representantes dos trabalhadores da saúde, um Brasil inteligente precisa reduzir a jornada de trabalho dessa categoria para 30 horas semanais. Devido às condições diferentes das demais categorias, profissionais da saúde são submetidos a longa jornada, atividades sob um estado de constante estresse, convivendo minuto a minuto com o limiar entre vida e a morte, dor e tristeza, choro e lágrima, e, aliado a isso, condições impróprias de trabalho. De fato, nada justifica uma jornada acima de 30 horas, a não ser a exploração do trabalho, em especial num campo em que a saúde virou mercadoria. O trabalhador necessita de tempo para construir-se como ser humano emancipado, precisa de tempo para refletir sobre a qualidade e sobre os sentidos da vida e investir em áreas em que a falta de tempo sequer permite que ele conheça. Além do que, a limitação da jornada, potencialmente, abriria campo de trabalho para mais profissionais. Nenhuma bandeira de humanização no trabalho pode pretender avançar senão pela redução da jornada e melhoria dos salários.

Anderson Carlos dos Santos

Diretor do Sindicato dos Nutricionistas do Paraná

A CNTU, ao longo do ano de 2011, proporcionou encontros para debates de temas que impactam diretamente o desenvolvimento do País, resultando no lançamento da campanha Brasil Inteligente. Tal campanha tem grande importância por tratar, dentre outros aspectos, da educação, como forma de investir no futuro pela construção do País, da valorização do trabalho e do fortalecimento da saúde, que significa crescimento do mercado interno e da economia. Questões que norteiam a política da CNTU, sustentada pela unidade dos seus representados, e que, acima de tudo, representam a luta pela defesa da soberania do País. Isso reflete o compromisso da CNTU e de seus representados junto à sociedade brasileira. Espero que esse debate avance e se concretize, inclusive como indicador do grau de democracia, de cidadania e de maturidade que desejo do nosso país.

Debora Melecchi

Presidente do Sindicato dos Farmacêuticos do Rio Grande do Sul

Um Brasil inteligente é um Brasil que concilia estratégias de desenvolvimento e aprimoramento do serviço público de qualidade para toda a população, com práticas sistemáticas de valorização e respeito aos profissionais. Na perspectiva da saúde pública, um Brasil inteligente implementa a carreira de estado do médico e concretiza medidas que incentivem a interiorização do profissional, garantindo uma melhor distribuição no atendimento regional. Um Brasil inteligente investe em políticas públicas para a prevenção de doenças e assegura recursos e capacitação de profissionais para a estratégica Saúde da Família. E um Brasil inteligente valoriza e eleva o seu serviço básico de saúde, que só terá assegurado o seu financiamento pleno com a implementação da Emenda Constitucional 29 em seu texto original. Um Brasil inteligente é um Brasil com saúde para todos e com respeito aos profissionais que abraçam e lutam por essa causa.

Gilson Salomão Júnior

Presidente do Sindicato dos Médicos de Juiz de Fora

O jornalista Andrés Oppenheimer, em seu livro “Basta de Histórias!”, relata que, perguntando a Bill Clinton o que a América Latina precisaria para se desenvolver, teve como resposta “humildade”, para reconhecer erros e necessidade de políticas acertadas. Ao longo do livro, fica patente que a receita para o desenvolvimento é o foco voltado para o futuro, sem o olhar obsessivo para o passado, o incentivo à inventividade e ao risco, como únicas formas de se avançar. Saber aplaudir os que fracassaram porque ousaram, e ousando aprenderam. Nenhum país se desenvolveu ou está se desenvolvendo sem um investimento maciço em educação. O fenômeno do desenvolvimento asiático se deu a partir de esforço concentrado em dar acesso universal, aumentar os dias letivos por ano e as horas diárias de ensino. Um Brasil inteligente precisa investir profundamente na educação de seu povo. Educação de qualidade.

Geraldo Ferreira Filho

*Presidente do Sindicato dos
Médicos do Rio Grande do Norte*

Um Brasil inteligente precisa urgentemente deixar de adotar exclusivamente medidas pontuais para enfrentamento da crise global e da baixa competitividade da indústria brasileira. Não é só buscando controlar o câmbio e, pontualmente, desonerando carga tributária em alguns setores da economia que o País será competitivo. Nesse sentido, a CNTU foi perfeita ao apontar as mazelas que precisam ser enfrentadas com muita determinação e que dizem respeito à educação de qualidade universalizada, ao empreendedorismo e à inovação, à ampliação e melhoria da infraestrutura em geral. Eu acrescentaria ainda uma política de apoio à melhoria dos processos de gestão nas empresas. Isso tudo em ambiente de democracia plena e políticas sociais de inclusão e um serviço público de qualidade para os cidadãos. Um Brasil inteligente saberá utilizar os recursos naturais abundantes, incluindo as reservas do pré-sal, em benefício do conjunto da população, organizando e atacando os gargalos que precisam ser enfrentados de frente para sermos competitivos no cenário mundial.

José Luiz B. Azambuja

*Presidente do Sindicato dos
Engenheiros do Rio Grande do Sul*





Decisões dos

Profissionais de todo o País debateram, ao longo de 2011, temas considerados essenciais para que o Brasil se torne uma nação desenvolvida, soberana, democrática e justa. Em cada um desses encontros, foram aprovados documentos com o diagnóstico da situação atual e propostas para aprimorá-la.



ENCONTROS

Carta de Maceió

Emprego, trabalho e qualificação profissional

A CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados), reunida em Maceió, Alagoas, em 20 de maio de 2011, para o seu 1º Encontro Regional voltado ao tema “Emprego, trabalho e qualificação profissional”, prepara-se localmente para a ampla discussão em curso neste ano, que culminará em novembro no 1º Encontro Nacional da entidade. Na ocasião, profissionais de todo o País se reunirão para debater e se posicionar sobre “Os profissionais universitários, o desenvolvimento do País e a política”.

A iniciativa da CNTU visa colocar em discussão um programa nacional de desenvolvimento econômico, social, cultural e tecnológico para o Brasil e parte da compreensão de uma importante agenda a ser cumprida e da sua responsabilidade nessa tarefa. O atual crescimento da economia brasileira não é suficiente para elevar e propagar substancialmente pelo sistema produtivo a inovação tecnológica e a valorização do trabalho qualificado, condições fundamentais para que se dê um salto qualitativo no desenvolvimento nacional.

Com base no passado, sabe-se que a expansão do PIB (Produto Interno Bruto) não supera necessariamente as distorções regionais e as deficiências em decorrência da dependên-

cia das importações de tecnologia, das limitações de formação educacional e da excessiva financeirização da economia, obstáculo à produção. É inegável que o Brasil possui setores e empresas modernas baseadas em tecnologia de ponta e trabalho qualificado. No entanto, é preciso estender a capacidade de inovação e geração de conhecimento e riqueza ao conjunto da economia nacional e fazer com que os benefícios desse avanço sejam apropriados pela totalidade da população brasileira.

Integra esse anseio dotar a nação de infraestrutura que atenda às demandas do desenvolvimento e do bem-estar da população, com destaque para um programa energético sustentável, que deve levar

em conta o potencial e o conhecimento acumulado nacionais, a importância de desenvolver fontes alternativas e a ênfase à eficiência e conservação. O Brasil já é uma potência nessa área, tendo uma das matrizes mais limpas do mundo. A segurança energética precisa ser mantida para as próximas décadas. Dessa forma, é necessário dar continuidade aos investimentos em fontes renováveis, como hidroeletricidade, biomassa, eólica e solar, e avançar na expansão do sistema interligado nacional, que permite que a energia gerada no Sul e Sudeste supra a demanda do Norte e Nordeste quando essas regiões estiverem com restrição de geração própria.

Apesar do crescimento de vagas ofertadas no ensino superior e da existência no País de uma densa rede de instituições universitárias, há que se enfrentar as altas taxas de evasão escolar no ensino superior e a baixa qualidade observada em significativa parcela do sistema educacional. Simultaneamente, é imprescindível que o País desenvolva com urgência um Sistema Nacional de Qualificação e Requalificação Profissional, juntamente com um fundo de recursos voltado ao seu financiamento,

É preciso estender a capacidade de inovação e geração de conhecimento e riqueza ao conjunto da economia nacional e fazer com que os benefícios desse avanço sejam apropriados pela totalidade da população brasileira

que dinamize a oferta de programas, cursos e vagas destinadas aos grandes contingentes de profissionais com formação superior que se encontram defasados e necessitados de atualização para o pleno exercício da profissão e da qual encontram-se também ausentes em virtude do desemprego, do desvio de função e da desqualificação a que foram submetidos durante o longo período de semiestagnação da economia.

O Encontro Regional apresentou informações da situação educacional no Brasil e as possíveis estratégias e possibilidades a serem desenvolvidas pelo sistema universitário, pelas empresas, pelos sindicatos, pelo poder público, de modo a criar um novo ambiente de intensa qualificação e requalificação fundamental para

Na luta pela justiça social, é necessário agir para incluir a parcela da força de trabalho hoje desprovida de qualquer qualificação e relegada irremediavelmente à informalidade

turbinar o desenvolvimento nacional e a valorização desses profissionais.

Pensando no papel que as camadas médias devem desempenhar na luta pela justiça social, é preciso agir para incluir a parcela da força de trabalho hoje desprovida de qualquer qualificação e relegada irremediavelmente à informalidade. Esse quadro faz parte da dívida social a ser resgatada, que exige investimento equivalente à sua enorme dimensão, marcada pela existência de um ambiente de trocas desiguais.

Conscientes de seu dever para com a sociedade, os profissionais liberais aqui reunidos, que representam importante capital intelectual do País, engajam-se em uma ação coordenada e propositiva por melhores condições de vida para todos os 190 milhões de brasileiras e brasileiros.



José Ailton Ferreira Pacheco, diretor da CNTU (2º da esq. para a dir.), faz a leitura da Carta de Maceió

Carta de Vitória

Reforma da administração pública, serviços públicos e aposentadoria

REUNIDOS EM VITÓRIA, Espírito Santo, em 12 de agosto de 2011, os profissionais representados pela CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados) apresentam nesta Carta de Vitória a síntese do debate realizado no 2º Encontro Regional “Reforma da administração pública, serviços públicos e aposentadoria”, como parte do processo de organização do 1º Encontro Nacional da CNTU, sob o tema “Os profissionais universitários, o desenvolvimento do País e a política”.

Há um movimento positivo no Brasil em favor do fortalecimento das políticas sociais, de grande importância para os indivíduos, para a sociedade como um todo e para a economia, promovendo decisivas conexões entre o bem-estar e o desenvolvimento econômico. Fruto de processo que se iniciou após 1930, hoje, entre avanços e retrocessos, as políticas sociais brasileiras envolvem investimentos da ordem de 22% do PIB (Produto Interno Bruto). Foi um marco nesse processo a Constituição de 1988, que possibilitou a consolidação de uma ampla rede de proteção formada pela seguridade social, garantindo cobertura ao trabalhador rural, seguro-desemprego, assistência social e programas de transferência de renda e universalização do acesso aos serviços de saúde e à educação básica. Nesse contexto, ressalta-se o decisivo papel da previdência pública na distribuição de renda, atendendo a mais de 28 milhões de beneficiários, constituindo-se essa para uma parte importante desses no único sistema de garantia de renda mínima de longo prazo. Não se pode desconhecer, no entanto, que as políticas sociais são

insatisfatórias e aquém do que o desenvolvimento econômico do Brasil é capaz de propiciar aos cidadãos. Destaca-se a baixa qualidade dos serviços públicos, incluindo saúde, educação, transportes urbanos, habitação, segurança, comunicação e cultura. Um dos graves problemas que atingem os trabalhadores, incluindo

*País precisa apostar
no fortalecimento
do mercado interno,
com aumentos
reais de salários,
manter direitos
conquistados,
reduzir juros
e elevar
investimentos*

incisivamente os segmentos médios da sociedade, é a informalidade, submetendo 42% dos trabalhadores à insegurança e à precariedade, em ocupações sem carteira assinada ou como conta própria ou autônomos, sem nenhum tipo de proteção social. Também após a década de 1930, o País viveu momentos de grande afirmação da cidadania, notadamente a reação ao suicídio de Getúlio Vargas, a promulgação da Constituição de 1988, a campanha pelas eleições diretas e o movimento que culminou com o *impeachment* de Fernando Collor. Tal protagonismo popular está no espírito da Constituição cidadã, que demarcou importantes avanços políticos ao implementar a participação direta da população no controle do Estado e do mercado. No entanto, a lei maior vem sendo desrespeitada e desfigurada, afastando a participação cidadã do debate, do planejamento e da gestão pública. Teve papel decisivo nesse retrocesso a reforma da gestão pública realizada na década de 1990, orientada pela visão mercadológica, privatista e de precarização das relações do trabalho. Além de não remover deformações históricas, como a corrupção e o favoritismo, tal processo, entre outros prejuízos, substituiu o conceito de cidadão pelo de consumidor, o que resultou em despolitização e alienação e desconstrução das noções de espaço público e bem comum. Em nome da eficiência e do fiscalismo, equipamentos e serviços públicos essenciais vêm sendo disfarçadamente privatizados e



O presidente da CNTU, Murilo Pinheiro, os diretores Allen Habert e Maria Maruza Carlesso, no momento de leitura da Carta de Vitória

precarizados, transferindo-se recursos do orçamento público para instituições privadas e afastando o Estado e a sociedade do planejamento, da gestão e do controle. O problema é gritante no setor da saúde, mas se estende aos diversos segmentos da sociedade.

Também no sistema de previdência, bradam-se os discursos do “déficit”, que buscam encobrir o grave problema da informalidade e de suas consequências sociais futuras, por trás dos quais estão os interesses dos negócios privados e disputas pelos recursos públicos. Os mesmos interesses transformam a aposentadoria complementar em produto financeiro, inacessível à maioria dos trabalhadores e sem o controle devido.

Assim, a CNTU manifesta que:

1 – Faz-se urgente a realização de uma reforma da gestão pública que:

- a) remova as graves deformações históricas e contemporâneas, como a corrupção, o clientelismo, o favoritismo e a especulação;
- b) remova os conceitos norteados pela última reforma administrativa que implementou a privatização do planejamento e da gestão pública e o esvaziamento

to da participação da cidadania;

- c) realinhe a gestão pública com as conquistas e direitos proclamados pela Constituição de 1988;
- d) adequa a gestão pública aos novos desafios do desenvolvimento brasileiro e da complexidade do tecido social;
- e) promova a profissionalização e a transparência da gestão pública, garantindo a qualificação e valorização dos servidores, o desenvolvimento das carreiras públicas e a informatização dos processos de gestão;
- f) assegure a renovação dos quadros técnicos mediante concursos públicos, eliminando a terceirização.

2 – Devem ser priorizadas no processo de desenvolvimento brasileiro a expansão e a melhoria da qualidade dos serviços públicos, garantindo-se a universalização e o atendimento integral das necessidades sociais básicas da população, considerando-se que essas compreendem atualmente saúde, habitação, saneamento ambiental, alimentação, transporte, segurança, comunicação, educação e cultura, com a mesma importância e urgência.

3 – É necessário ampliar a cobertura previdenciária como forma de garantir uma previdência básica universal para todos os trabalhadores, inclusive os servidores públicos.

4 – Apoia os projetos de lei que priorizem o fortalecimento dos regimes geral e próprio de previdência, para os servidores públicos, afastando a possibilidade de criação de regimes complementares, sempre no interesse dos segurados e seus dependentes.

5 – Defende a extinção do fator previdenciário no cálculo das aposentadorias.

No momento em que uma nova crise internacional se coloca, a CNTU reafirma a necessidade do País de enfrentá-la e a possibilidade de vencê-la, com a experiência positiva acumulada em 2008 e 2009, apostando no fortalecimento do mercado interno, com aumentos reais de salários, a começar do salário mínimo, manutenção dos direitos conquistados e distribuição de renda, redução dos altos juros e elevação dos investimentos públicos e privados.

O verdadeiro antídoto à crise é reafirmar a nossa vocação democrática, desenvolvimentista e soberana.

Carta de Goiânia

O desenvolvimento e a infraestrutura

REUNIDOS EM GOIÂNIA, Goiás, em 23 de setembro de 2011, os profissionais representados pela CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados) apresentam nesta Carta de Goiânia a síntese do debate realizado no 3º Encontro Regional “O desenvolvimento e a infraestrutura”, como parte do processo de organização do 1º Encontro Nacional da CNTU, sob o tema “Os profissionais universitários, o desenvolvimento do País e a política”.

O Brasil possui grandes e complexos sistemas de infraestrutura social e urbana, instalados no território nacional ao longo do século XX, frutos de investimento e trabalho de sucessivas gerações que permitem à economia brasileira se posicionar em sétimo lugar no *ranking* mundial. Durante mais de duas décadas, no entanto, a infraestrutura brasileira esteve sob forte ameaça de sucateamento, em função da crise fiscal do Estado, da restrição aos financiamentos externos, da instabilidade regulatória, das opções políticas neoliberais e de outras dificuldades. A retomada do planejamento estatal e do investimento teve momento importante com o advento do Programa de Aceleração do Crescimento, apontando nova fase de perspectivas positivas.

Mesmo atropelado por forte crise internacional, o País vem realizando avanços na geração de oportunidades, renda e empregos e na recuperação e ampliação de sua infraestrutura, especialmente de energia e logística, com alguns avanços também em infraestrutura urbana. Necessário levar a cabo essas ações e outras de modo a vencer os enormes gargalos e demandas não atendidas.

No setor energético, é fundamental afirmar o papel positivo do Brasil no

panorama mundial, fazendo avançar os projetos de exploração de petróleo e gás, bioenergia, hidroeleticidade e outras fontes, notadamente as renováveis e limpas, em favor do desenvolvimento agrícola, industrial e tecnológico do País. Necessário ainda possibilitar a entrada em operação de sistemas de fornecimento de energia para atender a demanda imediata. Também é fundamental e urgente levar energia à totalidade da população brasileira, esforço em andamento, mas ainda não concluído.

Para garantir maior integração e mobilidade de pessoas e mercadorias, em bases energéticas sustentáveis, é decisivo dar prioridade aos projetos ferroviários e hidroviários que deverão resultar em maior racionalidade da matriz de transportes. A expansão

do setor aéreo também é decisiva para atender o vigoroso crescimento da demanda, tendo em vista as dimensões continentais do País e a elevação da renda.

À parte do reconhecido papel das telecomunicações e das tecnologias de informação e comunicação nas sociedades contemporâneas, imperativo destacar seu papel transversal e o impacto que elas produzem sobre as demais infraestruturas e todos os setores econômicos, além de serem recursos indispensáveis à integração, segurança e soberania nacionais. Assim, governo e sociedade brasileira devem dar atenção qualificada a esse setor, marcado atualmente por alto grau de oligopolização e internacionalização e baixa geração de inovação interna, descolado, portanto, da dinâmica expansiva e integradora dos projetos de desenvolvimento dos demais setores. Na sociedade da informação, é ainda preciso reconhecer a universalização do acesso gratuito à internet como um direito do cidadão a ser provido pelo Estado em suas várias instâncias administrativas.

A Constituição Federal de 1988 ampliou a noção de direitos sociais e urbanos, fazendo a população demandar justamente por amplo con-

Durante mais de duas décadas, a infraestrutura brasileira esteve sob forte ameaça de sucateamento, em função da crise fiscal do Estado, da restrição aos financiamentos externos, da instabilidade regulatória e das opções políticas neoliberais

junto de sistemas, funções e serviços articulados. Qualidade de vida e justiça social são reconhecidos como sentidos maiores do desenvolvimento sustentável. Melhorar substancialmente a qualidade e garantir a universalização dos serviços públicos constituem o centro, e não as bordas, do projeto de desenvolvimento que devemos perseguir. Nesse sentido, urge cumprir a tarefa da universalização do saneamento básico, compreendido na plenitude de seu conceito e operado de forma pública, valorizando-se o conhecimento técnico acumulado dos sistemas estaduais já constituídos no País.

Ressalta-se a prioridade a ser dada à área da saúde e o combate aos fatores que dificultam o acesso da população ao atendimento de qualidade de forma universal e com o devido acolhimento, conforme os princípios do SUS (*Sistema Único de Saúde*). São esses o subfinanciamento, o modelo de gestão pública, a ausência de uma política de formação e valorização dos recursos humanos e incorporação de novos processos tecnológicos.

Essencial estabelecer como política de Estado a educação para o desenvolvimento sus-

tentável e a conscientização da população para o papel de todos e de cada um na preservação do planeta e combate aos efeitos das mudanças climáticas que afligem especialmente as grandes cidades.

Os projetos de infraestrutura apontados acima demandam planejamento de longo prazo, investimentos de monta, desenvolvimento tecnológico e formação de recursos humanos, além de escolha de prioridades, enfrentando fortes disputas regionais e setoriais. O Estado deve ser capaz de planejar e orientar o desenvolvimento do território nacional, no sentido de promover, nas mais diversas escalas e ao mesmo tempo, a eficiência econômica, a equidade social, a sustentabilidade ambiental e a diminuição das desigualdades espaciais. Nesse esforço, é decisivo exigir a melhoria da qualidade dos projetos básicos e executivos que antecedam a licitação e execução das obras públicas para reduzir custos e dificultar a corrupção.

Para que sejam de fato garantidos esses avanços, fundamental que o governo e a so-

Os projetos de infraestrutura demandam planejamento de longo prazo, investimentos de monta, desenvolvimento tecnológico e formação de recursos humanos

cidade brasileira mantenham e consolidem seu posicionamento claramente adverso à estagnação da economia e favorável ao crescimento econômico com inclusão social e equilíbrio ambiental, persistindo na política permanente de redução da taxa básica de juros. Faz-se, portanto, necessário que o País se mantenha unido para refutar os efeitos perversos da crise mundial e aja de forma favorável à expansão do mercado interno e da intensificação e agregação de conhecimentos e inovação na base industrial e econômica do Brasil.



Infraestrutura para o desenvolvimento: o presidente do Sindicato dos Engenheiros de Goiás, Gerson Tertuliano, lê a Carta de Goiânia.

Carta de Porto Alegre

Democracia, comunicação e cultura

OS PROFISSIONAIS REPRESENTADOS PELA CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados), reunidos em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, em 21 de outubro de 2011, apresentam, nesta Carta de Porto Alegre, a síntese do debate realizado no 4º Encontro Regional “Democracia, comunicação e cultura”, como parte do processo de organização do 1º Encontro Nacional da CNTU, sob o tema “Os profissionais universitários, o desenvolvimento do País e a política”.

A partir do diálogo com os pensadores e produtores da comunicação e cultura, vimos manifestar nossas posições e contribuições para a definição dos novos marcos legais dos dois setores. Assim, entendemos que a Constituição brasileira em vigor deve ser respeitada na sua orientação democratizante e de entendimento da comunicação e

cultura como direitos sociais. Precisamos ainda de legislação que contemple os avanços econômicos e tecnológicos dos últimos anos. Acima dos interesses mercadológicos, devem estar os interesses públicos e sociais, ou seja, de universalização e acesso. Decisivo, nesse sentido, retomar-se o conceito de bem público na comunicação

e cultura, mesmo quando operadas pelo setor privado.

Os déficits educacional, cultural e comunicacional da sociedade brasileira dificultam o potencial de desenvolvimento da economia apoiada no conhecimento e na conectividade. É decisivo, portanto, superar, com planejamento e ação persistente, a atual realidade em



A presidente da Fenafar (Federação Nacional dos Farmacêuticos), Célia Chaves, lê a Carta de Porto Alegre. Também à mesa, o diretor e o presidente da CNTU, Allen Habert e Murilo Pinheiro

É positiva a solução dada pela Lei 12.485 (de Serviços de Acesso Condicionado), recentemente sancionada, que diz respeito à ampliação dos recursos e dos espaços de veiculação da produção audiovisual brasileira

que o ensino médio não foi ainda universalizado e o superior é privilégio de poucos; mais de 40% da população brasileira está alijada do acesso a qualquer equipamento público de cultura; e, apesar do crescente uso dos computadores e da internet pelos brasileiros, menos de 1% dos mais pobres tem acesso à rede.

Na área cultural, percebe-se que a internet e a televisão por assinatura vêm moldando novos gostos e referências alienados da história e da cultura brasileira. Embora a nossa cultura seja naturalmente forjada na influência estrangeira, sobretudo europeia e africana, já se pode perceber a crescente desnacionalização das audiências, capturadas pelos produtos de corporações midiáticas sediadas principalmente nos Estados Unidos, em detrimento da produção brasileira. A globalização dos meios de comunicação é um problema a ser enfrentado no debate regulatório.

Nesse sentido, é positiva a solução dada pela Lei 12.485 (de Serviços de Acesso Condicionado), recentemente sancionada, que diz respeito à ampliação dos recursos e dos espaços de veiculação da produção audiovisual brasileira. Conquista essa que esperamos ver consolidada na sua regulamentação e aplicação. Está em curso um amplo debate na sociedade, visando o fortalecimento e a descentralização do setor,

criando-se novas fontes de recursos e sistemas mais transparentes e eficazes para o seu financiamento. A descentralização da produção e distribuição dos produtos culturais tem decisivas repercussões no desenvolvimento de valores éticos e políticos a partir do alargamento e diversificação das referências estéticas, propiciando também novas articulações entre o regional e o nacional e entre o local e o global, enriquecendo o diálogo entre as diversas culturas nacionais e mundiais.

Além de garantir o acesso a todos, a liberdade de expressão, a coibição ao monopólio, o incentivo à produção local de conteúdos, um dos desafios maiores da democratização da comunicação e da cultura no Brasil consiste no incremento do sistema público de comunicação. Ou seja, aquele constituído pela mídia não comercial, estatal ou produzida pelos movimentos sociais e culturais. Isso é fundamental para assegurar a criatividade e a diversidade e, sobretudo, garantir espaços de resistência social à redução da cultura aos limites do mercado.

Ao lado da oferta de uma educação de qualidade e de oportunidades de acesso ao consumo e à produção de bens da cultura, a internet é meio fundamental para a democratização educacional e cultural, na medida em que possibilita criar e distribuir conhecimentos a custos relativamente módicos. Nesse sentido, apesar de significativos avanços que prometem triplicar o acesso dos brasileiros à internet, entendemos serem limitadas as metas do Plano Nacional de Banda Larga, que optou pela massificação e não pela sua universalização, ao manter a diferenciação dos serviços em função das condições de pagamento dos usuários. Com isso, na prática, instituem-se duas internets, uma para os mais pobres, outra para os mais

ricos, além de manter 30% da população fora da rede. Devemos ter metas mais ousadas de uma internet de qualidade para todos, preferencialmente gratuita. No entanto, o uso eficiente das tecnologias de informação e comunicação, mais que apenas o acesso, exige qualidade educacional e cultural dos usuários, que devem ser capazes também de produzir informação e cultura.

Nós, economistas, engenheiros, farmacêuticos, médicos, nutricionistas, odontologistas e membros de outras categorias profissionais, temos clareza que é possível avançar a passos largos rumo a uma sociedade de comportamentos e valores não massificados, altamente criativa e colaborativa. A profunda crise econômica internacional em curso, que ameaça o desenvolvimento dos povos e nações, deve ser enfrentada pelo Brasil não com o apequenamento dos propósitos, metas e ações, e sim com o investimento no progresso social e na qualificação dos brasileiros. Nesse processo, educação, comunicação e cultura devem andar de forma articulada.

A CNTU trabalha para estabelecer uma ampla aliança entre o movimento sindical de camadas médias universitárias e o movimento cultural brasileiro, nas suas mais diversas manifestações. Para mudar este País, fazer avançar nossa democracia, estar prontos para os 200 anos de Independência em 2022, precisaremos desse amálgama de forças sociais. Promover a cultura e a sociedade criativa, além de gerar emprego para milhões de pessoas, em especial aos jovens, vai moldar nossa identidade cultural como uma sociedade plural e avançada num país cada vez mais influente e de responsabilidades mundiais com a democracia, o progresso, a universalização do conhecimento e a paz.

É necessário ter metas mais ousadas de internet de qualidade para todos, preferencialmente gratuita, além do uso eficiente das tecnologias de informação e comunicação

Carta de São Paulo

Classe média, desenvolvimento e democracia

OS PROFISSIONAIS representados pela CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados), reunidos em São Paulo-SP, em 18 de novembro de 2011, apresentam, nesta Carta de São Paulo, a síntese do debate realizado no 1º Encontro Nacional da CNTU, designado “Classe média, desenvolvimento e democracia”, encerrando o ciclo de debates que ocorreu nos encontros regionais da entidade, ao longo de 2011, sob o tema central “Os profissionais universitários, o desenvolvimento do País e a política”.

Uma sociedade equilibrada é aquela em que existe uma ampla classe média, na qual todos os cidadãos têm vida e trabalho dignos e acesso permanente à formação educacional e cultural, aos serviços de prevenção e amparo à saúde, à boa habitação, às cidades sustentáveis e boas de se viver, à alimentação saudável e prazerosa e ao trabalho de qualidade que provenha renda adequada para se viver conforme os padrões sociais de conforto. Para isso, é necessário que haja um sistema social de defesa e organização dos interesses coletivos mais amplos, no caso o Estado, que deve ter prerrogativas de planejamento e controle do espaço público, sob orientação democrática. Para além do espaço público, em que são partilhadas as normas de convivên-

cia e solidariedade, cada um tem plena liberdade para viver conforme suas preferências e escolhas, com o mínimo de regulação da vida privada e individual.

A classe média brasileira não vive dessa maneira. Apesar de ter renda muitas vezes bastante superior à da massa trabalhadora, boa parte enfrenta grandes dificuldades para sobreviver. Quando não açodada pelo desemprego ou subemprego, tem salários geralmente abaixo das necessidades. Paga duplamente por educação e saúde, em forma de tributos por um serviço público que não usa e comprando caro do setor privado. Quer utilizar mais os serviços públicos de saúde, educação, transporte e outros, mas não encontra a qualidade a que tem direito. Vive geralmente

em grandes cidades insustentáveis, poluídas, congestionadas, violentas e com limitados espaços de convivência e lazer. Encontra fortes limites para manter e reproduzir os padrões de vida que alcançou nos períodos de maior dinamismo do País. Os trabalhadores da classe média e a grande massa trabalhadora devem se solidarizar na defesa de muitos interesses partilhados, como o desenvolvimento sustentado, a distribuição da renda e a democratização do Estado. Transformações na estrutura econômica, social e política de uma nação não acontecem por milagre ou destino previamente traçado. São formuladas e construídas coletivamente através das decisivas lutas sociais e políticas. Mas não é fácil construir consensos na formulação de novos modelos. A classe média teve destacada e honrosa atuação na luta pela democracia, na campanha pela eleições diretas e no debate em torno das grandes questões nacionais na elaboração da Constituição brasileira. Processo que, no entanto, foi bastante enfraquecido com a forte propagação do ideário neoliberal pelos meios de comunicação. Ao invés de um jornalismo diversificado, expressando posições distintas e promovendo o debate de ideias, o que vimos assistindo é a “verdade única” sendo propagada como “opinião pública”. O que de-

É necessário que haja um sistema social de defesa e organização dos interesses coletivos mais amplos, no caso o Estado, que deve ter prerrogativas de planejamento e controle do espaço público



Carlos Alberto Grandini Izzo, diretor da CNTU, lê documento final do encontro: o papel da classe média na democracia e desenvolvimento

veria ser informação, capacitando os sujeitos a pensarem e se posicionarem por conta própria, não passa de sistemática formação de senso comum banalizados, que levam à despolitização, ao conformismo, ao ceticismo e à desorientação. Fundamental, portanto, para o aprofundamento da democracia no Brasil, erguer-se a bandeira da liberdade de imprensa também como direito da população a informação confiável e abordagens múltiplas.

A CNTU aglutina conjunto expressivo de entidades sindicais de trabalhadores com formação universitária. Sua criação e ações têm o sentido de colaborar para se diluir a nuvem de confusões e desorientações estabelecidas na sociedade pelas ideologias favoráveis ao capital financeiro especulativo, aos monopólios e outros interesses dominantes que não têm tido a capacidade ou a vontade de criar alternativas amplas e sustentáveis de desenvolvimento e civilidade includentes. Nesse sentido, cabe à CNTU e às entidades nela reunidas não apenas a de-

fesa dos seus direitos e interesses profissionais de classe média, mas também a decisiva tarefa de unir os trabalhadores dos vários segmentos sociais pelas lutas comuns em defesa do emprego, das melhorias salariais e de boas condições de trabalho, da distribuição da renda e da riqueza, da valorização do mercado interno, de dinâmicas e práticas que promovam a transparência do Estado e do mercado e de liberdade de opinião, organização e participação social.

Há, portanto, enorme campo comum a ser explorado para o entendimento e ação da classe média e da massa trabalhadora em prol do desenvolvimentismo econômico, assim como do cultural, artístico, espiritual e moral da sociedade brasileira. Essa é a verdadeira riqueza que devemos perseguir, pois não há valor maior do que uma vida socialmente equilibrada capaz de incluir todos em padrões dignos de existência, constituindo-se uma sociedade de maioria de classe média, socialmente dinâmica e culturalmente livre.

*Há enorme campo
comum a ser explorado
para o entendimento
e ação da classe
média e da massa
trabalhadora em prol
do desenvolvimentismo
econômico, assim como
do cultural,
artístico, espiritual e
moral da sociedade
brasileira*

Por que inteligente?

Marta Rezende

As instituições e a cultura fornecem boa parte das nossas atividades cognitivas; simetricamente, as instituições e a cultura são resultado de atividades cognitivas das pessoas

O SENSO COMUM ainda tem uma ideia de inteligência como capacidade excepcional de alguns para tratar com números, abstrações, raciocínio lógico e fazer leituras complexas. Os campeões de xadrez, por exemplo, são comumente tomados por seres de excepcional inteligência. Os cientistas também, sendo Einstein um dos mais fortes símbolos de inteligência. No contexto escolar, inteligente costuma ser o aluno que tem desempenho melhor que os demais nas disciplinas escolares, especialmente em matemática. Por trás da noção comum de inteligência está também a ideia de uma memória de curto prazo capaz de armazenar informações.

A inteligência é, nesses casos, fator de distinção. De um lado, os considerados inteligentes, mais ou menos, e do outro, os não inteligentes, ou seja, os que não têm muita destreza com números ou que não são bem-sucedidos no sistema escolar ou que não possuem habilidades intelectuais, e mesmo práticas, excepcionais, os que não demonstram possuir grande memória. É quando a inteligência serve para marcar o sucesso ou o fracasso, ou seja, incluir alguns e excluir muitos. Durante muito tempo, o senso comum sobre inteligência foi tam-

Tradicionalmente, o conceito serviu para marcar o sucesso ou o fracasso, ou seja, incluir alguns e excluir muitos

bém o da ciência. A psicologia desenvolveu ao longo do século XX uma série de testes para medir a inteligência, entendendo-a como atributo individual, estático e calculável. O primeiro tipo de teste desenvolvido com a finalidade de medir a inteligência foi o QI (quociente intelectual), muito aplicado nas crianças em idade escolar para separar os “normais” daqueles com dificuldades para aprender. Também muito utilizado para medição da inteligência de soldados e atletas. Há o famoso episódio ocorrido com Garrincha em 1958, em que o psicólogo da seleção brasileira aplicou o teste de QI nos jogadores, o qual classificou o genial Garrincha como “retardado”. Infelizmente, ainda hoje encontramos defensores dos testes de QI, pois há quem acredite que a inteligência seja uma entidade localizada em algum lugar do cérebro, e que seja transmitida geneticamente. Mas, há que se observar que os testes se adaptam aos novos entendimentos



científicos da inteligência, introduzindo-se outros critérios de inteligência que não apenas a lógica-matemática, como o QE que busca medir a inteligência emocional.

Nova concepção

Felizmente, a inteligência tem sido mais forte que o dogmatismo e vem desmontando as bases das concepções deterministas. Na psicopedagogia, durante o século XX, surgiram outros caminhos e concepções de inteligência. Piaget deu grandes contribuições ao entendimento da inteligência como construção contínua na adaptação do organismo a novas situações; Vygotsky entendeu a inteligência como resultado da construção social e histórica; e Feuerstein observou que inteligência pode ser moldada e modificada ao longo da história pessoal. Com os estudos de Howard Gardner, identificando múltiplos tipos de inteligência, terminou por ruir o dogma da inteligência padrão. Inteligente não é só mais o que lida bem e rápido com os números, com ideias abstratas, com raciocínios lógicos. Para Gardner, inteligência é “potencial biopsicológico para processar informações que pode ser ativado num cená-

rio cultural para solucionar problemas ou criar produtos que sejam valorizados numa cultura”. Ou seja, não há uma inteligência universal; a *priori*, a inteligência é um potencial biopsicológico que pode ou não ser ativado pela cultura. Há chance de mais gente ser classificada como inteligente, pois, além da inteligência lógico-matemática, Gardner reconhece a inteligência linguística, a musical, a corporal cinestésica, a espacial, a interpessoal e a intrapessoal. A inteligência artificial impulsionou e foi impulsionada enormemente pelas pesquisas e novos conhecimentos sobre a inteligência na neurociência, na ciência cognitiva e na robótica, especialmente. Impulsionada pela ideia de que as máquinas podem fazer o que fazem os homens, a ciência se enveredou pelo caminho de construir artefatos inteligentes. E assim foi constatando progressivamente que os seres humanos não são seres independentes e autogeradores; ao contrário, são construções e estruturas sociais, assim como a mente e a inteligência. Uma das hipóteses aceitas pela filosofia da mente e pela ciência cognitiva é que a inteligência surge da socialização na medida em que está relacionada com a capacidade de prever o comportamento alheio. Prever o comportamento do outro é tarefa difícil especialmente nas situações novas, mesmo muito simples, em que não há respostas-padrão. Atualmente, a robótica aposta na inserção social dos robôs de modo a desenvolver-lhes linguagem, conversação e percepção, baseada na ideia de que a complexidade do comportamento humano é derivada da complexidade do meio ambiente e a inteligência surge dessa interação ambiental. A inteligência é, portanto, entendida como determinada pela dinâmica interativa com o mundo. E mais, as inteligências sociais não são simples somatório de inteligências individuais. Em observação de enxames, verifica-se que coletivos formados por agentes não inteligentes, e pouco inteligentes e de capacidade individual limitada, são capazes de apresentar comportamentos coletivos inteligentes.

Cognição coletiva

Transgredindo as fronteiras das espécies reinos, Pierre Lévy mostra que elementos heterogêneos como a inteligência pessoal, as instituições sociais e as técnicas de comunicação articulam-se para formar co-

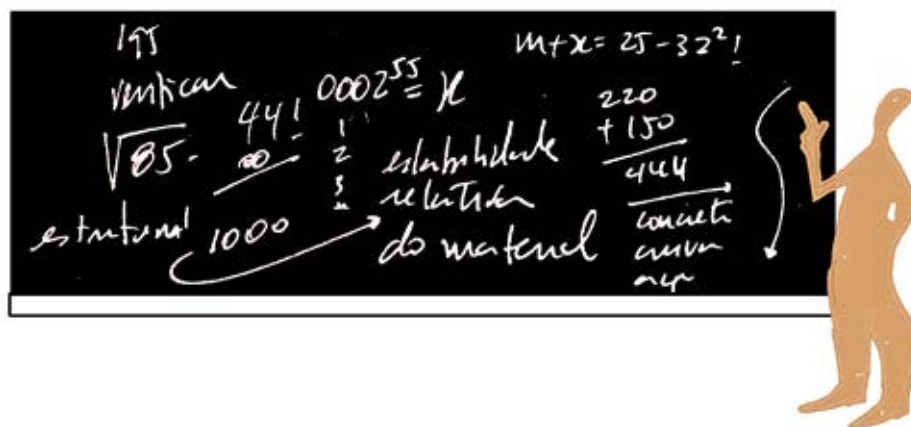
Com a invenção de máquinas cada vez mais potentes, como os computadores e os satélites, o corpo e o cérebro se estendem para fora do indivíduo, compondo uma enorme máquina social de calcular, enxergar, observar, comparar, ou seja, tecnologias da inteligência

letividades pensantes-homens-coisas. Portanto, não é o indivíduo bem dotado de inteligência que pensa autonomamente, pois pensam nele as instituições. As instituições e a cultura fornecem boa parte das nossas atividades cognitivas; simetricamente, as instituições e a cultura são resultados de atividades cognitivas das pessoas. As instituições pensam no sujeito cognoscente, ao mesmo tempo em que os indivíduos constroem e reconstroem permanentemente as instituições, podendo essas ser entendidas, portanto, como máquinas pensantes.

Uma nova antropologia das ciências, com destaque para os trabalhos de Bruno Latour, vem demonstrando que mesmo o pensamento científico ou formal é resultado de associações contingentes e heterogêneas, inclusive de coisas. Homens e dispositivos técnicos compõem as máquinas sociais inteligentes. Com a escrita, o processo de extrajecção do intelecto e dos sentidos humanos correspondeu a extrassomatização de certas habilidades da mente. Ao mesmo tempo em que a invenção da escrita significou a perda da memória individual, ela funcionou como uma memória da espécie. Com a invenção de máquinas cada vez mais potentes, como os computadores e os satélites, o corpo e o cérebro se estendem para fora do indivíduo, compondo uma enorme máquina social de calcular, enxergar, observar, comparar, ou seja, tecnologias da inteligência. Quem é o ser inteligente na megassociedade contemporânea, povoada por homens, signos, técnicas de transmissão e dispositivos de armazenamento? A inteligência e o pensamento se realizam numa rede de conjuntos impuros de homens, instituições de ensino, línguas, sistemas de escrita, livros, neurônios, computadores, todos eles interconectados, transformando e traduzindo as representações.

Quem leu esta revista deve ter percebido que a campanha Brasil Inteligente chama, reconhece, promove e pretende colaborar para ampliar a inteligência social brasileira, ou seja, a nossa inteligência.

Marta Rezende é consultora da CNTU



Desafios da campanha Brasil Inteligente

Allen Habert

Implantar um Sistema Nacional de Educação Continuada, acessível a todos os 10 milhões de profissionais de formação universitária do País, é meta colocada pela CNTU

A CAMPANHA BRASIL INTELIGENTE, lançada pela CNTU, é fruto de debates que envolveram centenas de profissionais de formação universitária em várias regiões do País. É a síntese, a senha de uma compreensão da realidade econômica e social que necessita dar um salto, superar-se para fazer frente aos desafios do presente. Compõe um leque coerente e necessário de itens pontuais a serem alcançados que propiciarão um efetivo desenvolvimento sustentável, inovador e democrático. Implantar a internet pública nas principais cidades do País, facilitar o registro de patentes, economizar 10% nas perdas de água e no ganho de eficiência energética, implantar o receituário agrônômico contra o uso indiscriminado de agrotóxicos, proibir a propaganda de remédios, viabilizar próteses dentárias para a saúde bucal de 7 milhões de brasileiros são exemplos concretos de conquistas a serem buscadas.



Nessa pauta, destaca-se a reivindicação por um Sistema Nacional de Educação Continuada, acessível a todos os 10 milhões de profissionais universitários do País. Apostar na inovação como fator impulsionador do progresso é investir em cérebros, principalmente visando o processo produtivo nas empresas, instituições e serviço público.

A CNTU é herdeira da tradição das entidades que a compõem (economistas, engenheiros, farmacêuticos, médicos, nutricionistas e odontologistas), que há décadas têm dado atenção à questão da qualificação permanente dos profissionais, entendendo-a como fundamental para o desenvolvimento das pessoas e para o acompanhamento da atual dinâmica acelerada de mudanças em todos os aspectos da existência humana. Tais transformações vão desconstruindo as referências do

passado, inclusive as educacionais e profissionais, e impõem às pessoas uma capacidade de recomeçar, aperfeiçoar-se, atualizar-se e criar novos caminhos de vida, conhecimento e trabalho. É nesse contexto de desafios e premência que a CNTU desenvolve a batalha da educação continuada, envolvendo as mais de 120 entidades sindicais de sua base.

Preocupação já presente na civilização grega, como expresso na República de Platão, a educação continuada como um direito da cidadania democrática é conquista do Iluminismo que entendeu a divulgação do conhecimento na perspectiva da redução de desigualdades e conflitos. Os grandes expoentes desse pensamento foram Diderot e Condorcet, com muitas teses ainda válidas.

Na atualidade, atingir tal objetivo passará pela educação a distância,

combinando o virtual com o presencial, de acordo com a necessidade do programa de estudos e o perfil da comunidade de aprendizagem. Nessa fórmula flexível, há enorme gama de possibilidades de combinações, que deverão lançar mão do conjunto cada vez mais diversificado e acessível economicamente de tecnologias para geração e compartilhamento de conhecimento. Importante ter em mente que, embora essenciais, os recursos tecnológicos não bastam a um projeto como esse, sendo necessário investimento em recursos humanos educacionais. Exigem-se equipes multidisciplinares de alta competência e especialização, além de capacidade de diálogo, de diversos saberes da engenharia, da pedagogia, do *design*, da gestão educacional, das artes, da psicologia, entre outros.

O Brasil vem desenvolvendo crescentemente competência nessa área de educação a distância baseada em novas tecnologias de informação e comunicação, nas universidades públicas e privadas e também nas corporativas. Há hoje mais de 1 milhão

Foi dessa forma, investindo em cérebros e estimulando as inteligências coletivas, que o País criou empresas de classe mundial como a Petrobras e a Embraer. A receita é conhecida. Precisamos horizontalizá-la.

Nossa indústria nacional poderá reinventar-se e mais uma vez superar as lombadas conjunturais, na medida em que aplicar essa prática de sucesso

de estudantes de vários níveis nessa modalidade, com boa qualidade educacional e nível de satisfação alta. Mas não é o bastante.

Educação continuada para o desenvolvimento nacional

A campanha Brasil Inteligente pretende atuar numa perspectiva ampla, tomando como ponto de partida a Convenção 140 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), de 1974, ratificada pelo Congresso Nacional em 1993. Essa assegura “uma licença concedida aos trabalhadores com fins educativos, por um período determinado, durante as horas de trabalho e com pagamentos de prestações econômicas adequadas”. Compete a cada membro signatário, como é o caso do Brasil, “formular e levar a cabo uma política para fomentar a concessão e licença paga de estudos com fins: a) de formação profissional em todos os níveis; b) de educação geral, social ou cívica; c) de educação sindical”.

A iniciativa da CNTU tem o objetivo de contribuir de forma decisiva para que as metas propostas pela OIT sejam concretizadas por meio de uma política nacional de educação continuada dos profissionais universitários. Com esse objetivo, a confederação trabalha na elaboração de um projeto de lei sobre o tema a ser encaminhado ao Congresso Nacional. A ideia é garantir ao menos 12 dias por ano (96h) de licença remunerada para que os profissionais possam se dedicar à educação continuada. Isso significa 5% dos dias úteis trabalhados. Propõe-se ainda a instituição de um fundo de financiamento ao programa, contando com recursos públicos e privados, o que se respalda também na Constituição Federal, no capítulo de Ciência e Tecnologia, em seu artigo 218, parágrafos 3º e 4º, que preveem estímulo ao investimento em recursos humanos. Criar um “cartão educação continuada” com créditos fa-

cilitará a expansão e a universalização para todas as cadeias produtivas.

Tal sistema deve abranger não só os profissionais das organizações tradicionais, grandes empresas dos setores privado e público, mas também a parcela considerável cuja inserção no mercado obedece a diferente dinâmica – autônomos, micro, pequenos e médios empresários e seus empregados, pessoal do terceiro setor – ou mesmo os que se veem excluídos momentaneamente exatamente por precisarem de requalificação. Todo esse contingente necessita de amplo arco de soluções de educação continuada para ampliar e diversificar competências, atualizá-las ou desenvolver talentos e saberes. Foi dessa forma, investindo em cérebros e estimulando as inteligências coletivas, que o País criou empresas de classe mundial como a Petrobras e a Embraer. A receita é conhecida. Precisamos horizontalizá-la. Nossa indústria nacional poderá reinventar-se e mais uma vez superar as lombadas conjunturais na medida em que aplicar essa prática de sucesso.

Para que tenha êxito nessa inovação que abrirá muitas oportunidades, a campanha Brasil Inteligente deverá ser capaz de en-

cetar uma proposta que articule e expresse o consenso das diversificadas vontades, necessidades, interesses e possibilidades dos vários atores envolvidos, incluindo profissionais, empresas, universidades, entidades e poder público. Obtida a vitória legislativa, a luta não estará concluída. A etapa seguinte será garantir sua implantação, o que demandará lutas, negociações, recursos e tempo. A tarefa, que nada tem de fácil, certamente vale a pena e deve nos empolgar, pois resultará em ganhos notáveis ao desenvolvimento nacional, que contará com um contingente mais apto e motivado a viabilizar a sofisticação e o avanço do sistema produtivo do País, além da oferta de serviços públicos de qualidade.

Allen Habert é engenheiro de produção e mestre pela Escola Politécnica da USP. É diretor de Articulação Nacional da CNTU, foi presidente do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo e membro do Conselho Universitário da Unicamp. Coordenou o 1º Encontro Nacional da CNTU



Clique



www.cntu.org.br

Acesse o site e entre nas redes sociais



e seus 114 sindicatos filiados abaixo relacionados

• Sindicato dos Economistas do Estado de Alagoas • Sindicato dos Economistas do Estado do Amazonas • Sindicato dos Economistas do Estado da Bahia • Sindicato dos Economistas do Estado do Ceará • Sindicato dos Economistas do Distrito Federal • Sindicato dos Economistas do Estado do Espírito Santo • Sindicato dos Economistas do Estado de Goiás • Sindicato dos Economistas de Londrina • Sindicato dos Economistas do Estado do Maranhão • Sindicato dos Economistas do Estado do Mato Grosso do Sul • Sindicato dos Economistas do Estado de Minas Gerais • Sindicato dos Economistas do Estado do Pará • Sindicato dos Economistas do Estado do Paraná • Sindicato dos Economistas do Estado do Rio Grande do Norte • Sindicato dos Economistas do Estado de Santa Catarina • Sindicato dos Economistas no Estado de São Paulo

• Sindicato dos Engenheiros no Estado do Acre • Sindicato dos Engenheiros no Estado de Alagoas • Sindicato dos Engenheiros no Estado do Amapá • Sindicato dos Engenheiros no Estado do Amazonas • Sindicato dos Engenheiros no Estado do Ceará • Sindicato dos Engenheiros no Estado do Distrito Federal • Sindicato dos Engenheiros no Estado de Goiás • Sindicato dos Engenheiros no Estado do Maranhão • Sindicato dos Engenheiros no Estado de Mato Grosso • Sindicato dos Engenheiros no Estado de Mato Grosso do Sul • Sindicato dos Engenheiros no Estado do Pará • Sindicato dos Engenheiros no Estado do Piauí • Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio Grande do Norte • Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio Grande do Sul • Sindicato dos Engenheiros no Estado de Roraima • Sindicato dos Engenheiros no Estado de Santa Catarina • Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo • Sindicato dos Engenheiros no Estado do Tocantins

• Sindicato dos Farmacêuticos do Estado do Amazonas • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado da Bahia • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado do Ceará • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado do Espírito Santo • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado do Mato Grosso • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de Minas Gerais • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado do Paraíba • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado do Paraná • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de Pernambuco • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado do Rio Grande do Sul • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado do Piauí • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de Roraima • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de Santa Catarina • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de Sergipe • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de São Paulo

• Sindicato dos Médicos de Pernambuco • Sindicato dos Médicos da Paraíba • Sindicato dos Médicos do Tocantins • Sindicato dos Médicos do Amazonas • Sindicato dos Médicos do Rio Grande do Sul • Sindicato dos Médicos de Santa Catarina • Sindicato dos Médicos de Sergipe • Sindicato dos Médicos do Vale do Paraíba • Sindicato dos Médicos do Rio Grande do Norte • Sindicato dos Médicos do Piauí • Sindicato dos Médicos do Acre • Sindicato dos Médicos do Paraná • Sindicato dos Médicos do Grande ABC • Sindicato dos Médicos de São Paulo • Sindicato dos Médicos de Santos • Sindicato dos Médicos de Campinas • Sindicato dos Médicos do Espírito Santo • Sindicato dos Médicos de Juiz de Fora • Sindicato dos Médicos de Minas Gerais • Sindicato dos Médicos da Bahia • Sindicato dos Médicos do Distrito Federal • Sindicato dos Médicos de Goiás • Sindicato dos Médicos de Mato Grosso do Sul • Sindicato dos Médicos do Ceará • Sindicato dos Médicos de Mato Grosso • Sindicato dos Médicos de Alagoas • Sindicato dos Médicos de Anápolis • Sindicato dos Médicos do Amapá • Sindicato dos Médicos de Campos • Sindicato dos Médicos de Caxias do Sul • Sindicato dos Médicos de Criciúma • Sindicato dos Médicos de Governador Valadares • Sindicato dos Médicos do Maranhão • Sindicato dos Médicos de Maringá • Sindicato dos Médicos do Norte de Minas • Sindicato dos Médicos de Niterói, São Gonçalo e Região • Sindicato dos Médicos de Novo Hamburgo • Sindicato dos Médicos do Pará • Sindicato dos Médicos de Petrópolis • Sindicato dos Médicos de Presidente Prudente • Sindicato dos Médicos do Centro-Norte Fluminense • Sindicato dos Médicos do Rio Grande • Sindicato dos Médicos de Rondônia • Sindicato dos Médicos de Roraima • Sindicato dos Médicos de Santa Maria • Sindicato dos Médicos de São José do Rio Preto • Sindicato dos Médicos de Sorocaba e Região Sul do Estado

• Sindicato dos Nutricionistas do Pará • Sindicato dos Nutricionistas de Pernambuco • Sindicato dos Nutricionistas de São Paulo • Sindicato dos Nutricionistas do Mato Grosso do Sul

• Sindicato dos Odontologistas do Acre • Sindicato dos Odontologistas do Amapá • Sindicato dos Odontologistas do Amazonas • Sindicato dos Odontologistas do Ceará • Sindicato dos Odontologistas do Distrito Federal • Sindicato dos Odontologistas do Espírito Santo • Sindicato dos Odontologistas do Estado de Goiás • Sindicato dos Odontologistas do Estado de Mato Grosso do Sul • Sindicato dos Odontologistas do Estado de Mato Grosso • Sindicato dos Odontologistas de Minas Gerais • Sindicato dos Odontologistas do Rio Grande do Norte • Sindicato dos Odontologistas de Rondônia • Sindicato dos Cirurgiões-Dentistas de Sergipe

Campanha



BrasilInteligente
